



INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
DADE - DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

LUCIANE DA CRUZ RABELLO

O ATENDIMENTO NO SETOR DE SAÚDE DO IFSC: UMA ANÁLISE COM
ESTUDANTES COTISTAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS

Florianópolis/SC

2023

LUCIANE DA CRUZ RABELLO

**O ATENDIMENTO NO SETOR DE SAÚDE DO IFSC: UMA ANÁLISE COM
ESTUDANTES COTISTAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – ProfEPT/IA Associada IFSC/DADE - Departamento Acadêmico de Desenvolvimento Educacional, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marizete Bortolanza Spessatto

Florianópolis/SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

RABELLO, Luciane da Cruz.

O atendimento no setor de saúde do IFSC: uma análise com estudantes cotistas do ensino médio integrado em vulnerabilidade socioeconômica do *Campus* Florianópolis / Luciane da Cruz Rabello; orientação de Marizete Bortolanza Spessatto, 2023. 131 p.

Dissertação de Mestrado - Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis/SC. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Departamento Acadêmico de Desenvolvimento Educacional.

Inclui Referências.

1. Educação Profissional Tecnológica. 2. Educação e Saúde. 3. Produto Educacional. 4. Vulnerabilidade. I. SPESSATTO, Marizete Bortolanza. II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. O atendimento no Setor de Saúde do IFSC.

LUCIANE DA CRUZ RABELLO

**O ATENDIMENTO NO SETOR DE SAÚDE DO IFSC: UMA ANÁLISE COM ESTUDANTES
COTISTAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Santa Catarina – *Campus* Florianópolis, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 26 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIZETE BORTOLANZA SPESSATTO**
Data: 26/04/2023 11:23:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marizete Bortolanza Spessatto
Instituto Federal de Santa Catarina - Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA PASQUALLI**
Data: 26/04/2023 12:54:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Santa Catarina – Membro interno

Documento assinado digitalmente
 **JANAI DE ABREU PEREIRA**
Data: 02/05/2023 19:37:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janaí de Abreu Pereira
Instituto Federal de Santa Catarina – Membro externo

Documento assinado digitalmente
 **MARLENE ZWIEREWICZ**
Data: 01/05/2023 10:55:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marlene Zwierewicz
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Membro externo

LUCIANE DA CRUZ RABELLO

**O ATENDIMENTO NO SETOR DE SAÚDE DO IFSC: UMA ANÁLISE COM ESTUDANTES
COTISTAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA DO CAMPUS FLORIANÓPOLIS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Santa Catarina – *Campus* Florianópolis, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 26 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIZETE BORTOLANZA SPESSATTO**
Data: 26/04/2023 11:25:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marizete Bortolanza Spessatto
Instituto Federal de Santa Catarina - Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA PASQUALLI**
Data: 26/04/2023 12:52:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Santa Catarina – Membro interno

Documento assinado digitalmente
 **JANAÍ DE ABREU PEREIRA**
Data: 02/05/2023 19:28:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janaí de Abreu Pereira
Instituto Federal de Santa Catarina – Membro externo

Documento assinado digitalmente
 **MARLENE ZWIEREWICZ**
Data: 01/05/2023 10:53:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marlene Zwierewicz
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - Membro externo

Dedicatória

À força maior que movimenta a Vida no Universo.
Aos meus Antepassados.
Aos meus amados e queridos pais Enilsa e Valdir.
À minha talentosa e incomparável irmã Luana.
Aos meus grandes amores filhas Nicole e Camila.
Ao amor para Além da Vida, o marido Amilton.
Amores eternos com os quais divido tudo intensamente.
E dão valor real à Vida.
Vidas que trouxeram sentido a essa conquista.
Realização do sonho.
E entendimento a tanto sentimento gratidão ao trabalho efetuado.

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Dr^a Marizete Bortolanza Spessatto, a qual externo todo carinho, admiração e respeito. Por transmitir o valor no que se refere ao acolher com paciência, docilidade e tudo que está relacionado ao lado mais humano; ao nos orientar enquanto mestrandos.

Ao IFSC por possibilitar o afastamento das atividades e garantir participar do ProfEPT.

Aos colegas de trabalho que apoiaram o meu afastamento para realização do Mestrado.

Aos colegas de turma por compartilharmos momentos intensos e singulares, a partir do vínculo virtual, mas caloroso entre todos.

Aos familiares e amigos pelo apoio, incentivo e, a todo momento, acreditar no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

As professoras, Dra. Roberta Pasqualli, Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra. Janaí de Abreu Pereira, Dra. Marlene Zwierewicz, por relevantes contribuições ao texto final. Com certeza, abrilhantaram este trabalho e favoreceram em muito à minha formação acadêmica e profissional.

Aos professores da linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT.

Aos estudantes participantes das entrevistas por tanta dedicação, carinho, parceria e compreensão.

Aos colegas do Setor de Saúde que, a todo momento, contribuíram e permitiram que eu pudesse estar afastada das atividades do setor, e assim, poder concretizar e finalizar essa pesquisa.

Mensagem

Existe no Universo sabedoria misteriosa, vivificante e poderosa.

O ser humano enquanto pensante e senhor do seu destino,
aloja dentro de si essa grandiosa sabedoria infinita.

E traz em seu recôndito, o desejo de:

SER ÚTIL

SER FELIZ

PROGREDIR

Envolvido por energia infinita e força universal:

ONISCIENTE

ONIPOTENTE

ONIPRESENTE

Luz:

DEUS ABSOLUTO!

Força da realidade que revela o BEM, a JUSTIÇA...,

A GRANDE VIDA!

*Adaptado por Luciane da Cruz Rabello dos livros Verdade em Orações e Sutra Sagrada – Chuva
de Néctar da Verdade – Escritos por Masaharu Taniguchi.*

RESUMO

O presente estudo, desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, teve como foco a análise do atendimento de estudantes cotistas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Setor de Saúde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) campus Florianópolis. Seguindo a linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica. Objetivo geral identificar qual o melhor fluxo de atendimento do Setor de Saúde, a partir das análises dos principais motivos que levam os estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica e que frequentam o Ensino Médio Integrado a procurarem por atendimento em saúde, propondo o desenvolvimento de um fluxograma como produto educacional. Teve-se como pergunta norteadora: como melhorar o fluxo de atendimento no Setor de Saúde, para atender às necessidades e demandas apresentadas pelos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica? O trajeto metodológico da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa com a participação dos estudantes através de entrevista. O produto educacional envolveu a criação de um fluxograma, com orientações aos estudantes e servidores das unidades operacionais da instituição. Como principais conclusões, destacam-se: a importância de divulgação de um fluxo claro e coerente na abordagem e direcionamento; os encaminhamentos aos estudantes cotistas, o comprometimento do bem-estar bio-psico-social e a análise das questões relativas ao processo ensino aprendizagem, que impactam na saúde desses estudantes da Educação Profissional de Nível Médio.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Educação e Saúde. Produto educacional. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

The present study, developed together with the Graduate Program in Professional and Technological Education, ProfEPT, focused on the analysis of the service provided to quota students in a situation of socioeconomic vulnerability in the Health Sector of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina. Catarina (IFSC) Florianópolis campus. Following the line of research Educational Practices in Professional and Technological Education General. Objective to identify the best service flow in the Health Sector, based on the analysis of the main reasons that lead quota students in socioeconomic vulnerability and who attend Integrated High School to seek for health care, proposing the development of a flowchart as an educational product. The guiding question was: how to improve the flow of care in the Health Sector, to meet the needs and demands presented by quota students in socioeconomic vulnerability? The methodological path of the research followed a qualitative approach with the participation of students through interviews. The educational product involved the creation of a flowchart, with guidelines for students and employees of the institution's operating units. As main conclusions, the following stand out: the importance of disclosing a clear and coherent flow in the approach and direction; the referrals to quota students, the impairment of bio-psycho-social well-being and the analysis of issues related to the teaching-learning process, which impact on the health of these students of Middle Level Professional Education.

Keywords: Professional and Technological Education. Education and Health. Educational product. Vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta baixa da reforma e ampliação do Setor de Saúde do <i>Campus</i> Florianópolis	70
Figura 2 – Atual fluxo de acolhimento aos estudantes pelo Setor de Saúde - <i>Campus</i> Florianópolis	84
Figura 3 - Proposta de fluxo de atendimento ao estudante do ensino médio integrado em vulnerabilidade	88
Figura 4 - Proposta de fluxo de atendimento ao estudante do ensino médio integrado em vulnerabilidade pelo Setor de Saúde do <i>Campus</i> Florianópolis	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação que instituiu a evolução da EPT	26
Quadro 2 - Principais desafios no exercício da docência	42
Quadro 3: estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressantes do EMI do IFSC-Florianópolis	62
Quadro 4: Estudantes atendidos no Setor de Saúde - IFSC <i>Campus</i> Florianópolis em 2019	63
Quadro 5: Estudantes atendidos no Setor de Saúde - IFSC <i>Campus</i> Florianópolis em 2020	64
Quadro 6: Atendimentos realizados no Setor de Saúde de acordo com o gênero feminino (f) e masculino (m) no ano de 2018	64
Quadro 7: Atendimentos realizados no Setor de Saúde de acordo com o gênero feminino (f) e masculino (m) no ano de 2019	64
Quadro 8 - Perfil identitário dos entrevistados	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACRI – Auxílio Permanência Compulsório Ingressante Cotista

AD - Assistência Domiciliar

AD - Atenção Domiciliar

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFET/SC - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina

CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERFEAD - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

CM - Clínica Médica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CGAE - Comitê Gestor da Assistência Estudantil

CONSUP - Conselho Superior

DADE - Departamento Acadêmico de Desenvolvimento Educacional

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EAA - Escolas de Aprendizes e Artífices

EaD - Educação a Distância

EIF/SC - Escola Industrial Federal de Santa Catarina

EIT - Escolas Industriais e Técnicas

EM - Ensino Médio

EMI - Ensino Médio Integrado

EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM - Educação Profissional e Técnica do Ensino Médio

ETF/SC - Escola Técnica Federal de Santa Catarina

Home Care - Atenção e Assistência Médica Domiciliar

IFs - Institutos Federais

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IN - Instrução Normativa

ISAAC - Sistema de Registro Acadêmico Eletrônico
HGT - Hemoglicoteste
HU - Hospital Universitário
HIC - Hospital Instituto de Cardiologia
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC - Ministério da Educação
MP - Medicina Preventiva
NAE - Núcleo de Acessibilidade Educacional
NAPNE - Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas
NMI - Nível Médio Integrado
PA - Pressão Arterial
PAEVS - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
PI - Projeto Integrador
PcD - Pessoa com Deficiência
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PRR - Policlínica de Referência Regional
RFEPT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SESSC - Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SV - Sinais Vitais
TAE - Técnico em Assuntos Educacionais
TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UCC - Unidade de Clínica Cirúrgica
UO - Unidade Organizacional
UTI - Unidade de Terapia Intensiva
UNIMED/GF - Cooperativa Médica da Grande Florianópolis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	25
2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	25
2.1.1 A educação na Rede EPT	28
2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	33
2.2.1 O papel Educação Profissional no combate às desigualdades sociais.....	45
2.3 VULNERABILIDADE SOCIAL	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS DA PESQUISA	60
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO RESULTADOS.....	68
4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: O ATENDIMENTO EM SAÚDE NO IFSC- FLORIANÓPOLIS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COTISTAS.....	73
4.1.1 Fatores de adoecimento no ambiente escolar	76
4.1.2 O Setor de Saúde na avaliação dos estudantes ouvidos	79
5 PRODUTO EDUCACIONAL: FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO DO SETOR DE SAÚDE DO IFSC- CAMPUS FLORIANÓPOLIS.....	82
5.1 DIAGNÓSTICO DO ATUAL FLUXO DE ATIVIDADES DO SETOR DE SAÚDE	83
5.2 A PROPOSTA DE UM FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC- FLORIANÓPOLIS	85
5.2.1 Fluxo de atendimento ao estudante do Ensino Médio Integrado em vulnerabilidade.....	87
5.2.2 Validação do Produto Educacional	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
APÊNDICES	111
APÊNDICE 1 - Diagnóstico do fluxo de atividades do Setor de Saúde	111
APÊNDICE 2 - Fluxo do Setor de Saúde e Acolhimento aos estudantes IFSC - Campus Florianópolis.....	114
APÊNDICE 3 – Produto Educacional.....	115

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o atendimento em saúde voltado a estudantes cotistas, vinculados ao *campus* Florianópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Trata-se de uma pesquisa que, pelo viés seguido, visa a contribuir com a análise para cumprimento do que é o papel da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em essência, as instituições da EPT devem estar comprometidas com as dimensões do trabalho e a formação profissional de qualidade, no sentido pleno do desenvolvimento do indivíduo em que, para isso, os cuidados com as questões que podem levar ao adoecimento são vistos como fundamentais.

Considerando o campo da pesquisa (uma instituição da Rede EPT), as diretrizes curriculares que normatizam o papel dessas instituições foram definidas pela Resolução CNE/CP Nº1, de 5 de janeiro de 2021. Destaca-se:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (BRASIL, 2021, p.01).

Quanto à estrutura, o pico de crescimento da Rede é historicamente recente. Do o de 1909, quando foram implantadas as Escolas de Aprendizizes Artífices, origem da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, até 2002, foram construídas 140 escolas técnicas públicas no país. Depois desse período, houve uma expansão acelerada, ou seja, de 2003 a 2016, o Ministério da Educação abriu mais de 500 novas unidades (BRASIL, 2016). Hoje, essa Rede conta com 654 unidades, com mais de um milhão de alunos, matriculados em cursos de Formação Inicial e Continuada, cursos técnicos de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos integrados à Educação Profissional, graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (IFSC, 2022). Desse total de estudantes atendidos, mais de 460 mil estão matriculados em cursos técnicos de nível médio e, desses, mais de 250 mil frequentam os cursos integrados¹, principal

¹ Conforme Araujo e Silva (2017, p.96), os cursos técnicos se estabelecem em formas distintas: a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) concomitante, ofertado a quem ingressa no Ensino Médio, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no

foco desta pesquisa. Conforme Araujo e Silva (2017)

Os cursos técnicos se estabelecem em formas distintas: a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) concomitante, ofertado a quem ingressa no Ensino Médio, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições. (ARAUJO; SILVA, 2017, p.96)

Esses cursos têm como referência e princípio educacional o desenvolvimento de ações comprometidas com a construção de uma proposta de integração, fortemente relacionada com a formação científica, humanística, profissional e tecnológica, embasada em valores éticos, técnicos, políticos, científicos, filosóficos e de desenvolvimento humano. Seus projetos educacionais estão direcionados a perspectivas inclusivas e uma educação que proporciona ao estudante a chance de compreender os processos complexos da sociedade contemporânea. Ou seja, visam capacitar estudantes a evoluírem, também, nas habilidades de caráter técnico, intelectual, social, físico e emocional.

Quando se trata especificamente do aluno do Ensino Médio Integrado (EMI), Wanzeler e Prates (2019, p. 3) destacam que: “o Ensino Médio Integrado na rede federal propõe a unidade entre a formação geral e a formação profissional”. Considerando a afirmação dos autores, é possível destacar que cursar o Ensino Médio Integrado deve permitir ao estudante uma educação que potencialize sua capacidade de autoconhecimento. Além disso, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, brevemente descrita aqui, caracteriza-se como única alternativa para muitos sujeitos que não têm acesso a EPT ou enfrentam dificuldades de permanência na sua trajetória individual, dentro do processo educacional.

Nesse sentido, a ampliação da Rede abriu portas a esses espaços formativos a um grande contingente de estudantes cotistas de baixa renda. Isso porque as instituições pertencentes à Rede EPT reservam 50% das vagas de ingresso ao EMI aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*, e que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. A medida tem base na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012

conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

(BRASIL, 2012).

As normativas de assistência estudantil das universidades e institutos federais de Educação são definidas pelo Decreto nº 7.234/2010, estabelecendo como base para análise a renda, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS. O artigo 9º do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC apresenta:

Para compor o IVS serão utilizadas variáveis de comprovação obrigatória e não obrigatória. É variável obrigatória a renda bruta e são não-obrigatórias a composição familiar, educação, ocupação, trabalho e emprego, moradia, saúde, transporte e participação em programas sociais, conforme segue:

I – Renda Bruta per capita se caracteriza pela soma da totalidade dos rendimentos obtidos pela unidade familiar, incluso o estudante, dividida pelo número de membros da unidade familiar. Considera faixas de renda entre 0 e 2 salários-mínimos per capita. (IFSC, 2017).

Quando se trata do cumprimento dessa medida inclusiva na instituição em análise, o IFSC, segundo Finger (2020):

As ações e os programas que compõem a assistência estudantil no IFSC dividem-se nas formas de atendimento universal e atendimento a estudantes em vulnerabilidade social. O atendimento a estudantes em vulnerabilidade social é específico e desenvolvido por meio do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS, regulamentado em 2014 pela Resolução nº 47 e alterada em 2017 por meio da Resolução CONSUP Nº 41, vigente até o momento. O PAEVS é composto pelos auxílios Permanência, Compulsório, Ingressante Cotista – ACRI e Emergencial. O Auxílio Permanência possui como critério exclusivo para concessão, o maior IVS ² (FINGER, 2020, p. 33).

Tendo os preceitos legais, aqui brevemente descritos (a serem apresentados adiante de forma mais aprofundada) como base, este trabalho tem como tema o atendimento no Setor de Saúde do IFSC - Florianópolis ao estudante cotista do EMI. O referido *Campus*, o mais antigo do IFSC, deu origem à história da instituição e foi inaugurado em 1910, como escola de Aprendizizes Artífices. Dados da Plataforma Nilo Peçanha³, referentes ao ano-base 2020, mostram que o *campus* tem mais de 15.900

² O PAEVS - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social é um dos braços do programa de assistência estudantil mais conhecido. Implementado em 2012, o PAEVS concede auxílio financeiro aos discentes com dificuldades de prover as condições necessárias para a permanência e o êxito durante o percurso escolar. Faz parte do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Segundo nota oficial da Reitoria do IFSC (2014), o PNAES tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. No IFSC, o recurso do programa é aplicado no auxílio à extensão e à alimentação, no apoio à participação de estudantes em eventos, no apoio ao esporte e na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre os recursos de custeio do IFSC destinados ao PNAES, 83% são aplicados no PAEVS, e o restante (17%) nas demais ações apontadas pelo programa. (RATEKE, 2018)

³ Plataforma Nilo Peçanha: Iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).
Fonte: <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>

estudantes, matriculados em 45 cursos. Desses, mais de 3.400 são estudantes dos cursos técnicos integrados (IFSC, 2021).

O atendimento de saúde voltado a um público amplo e diversificado implica em planejar cuidados técnicos adequados, hábeis e coerentes para se efetuar intervenções efetivamente assertivas, principalmente, pelo perfil jovem do estudante do EMI. Entende-se que, para esse atendimento, faz-se necessário compreender a realidade deste estudante, suas diferenças socioculturais, sua origem, seus sentimentos, expectativas e, principalmente, sua visão de mundo. Pensando nas especificidades e na importância desse atendimento, a presente pesquisa foi guiada pelo seguinte problema: como melhorar o fluxo de atendimento no setor saúde do IFSC-Florianópolis para atender as necessidades e demandas apresentadas pelos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica do Ensino Médio Integrado?

Alinhado a esse problema, a pesquisa teve como objetivo: identificar qual o melhor fluxograma de atendimento do Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis, a partir das análises dos principais motivos que levam os estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que frequentam o Ensino Médio Integrado do IFSC-Florianópolis a procurarem esse setor, propondo novos fluxos por meio do desenvolvimento do produto educacional.

Para alcançar o objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as características identitárias desses estudantes e quais os principais motivos que os levam a procurar atendimento no Setor de Saúde; b) Caracterizar as ações de atendimento aos estudantes cotistas do EMI, em vulnerabilidade socioeconômica, realizadas pelo Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis; c) Analisar, entre as razões que os levam a buscar atendimento nesse setor, quais estão relacionadas ao processo ensino-aprendizagem; d) Identificar a percepção dos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica em relação ao atendimento do Setor de Saúde; e) Avaliar na literatura e apresentar o fluxograma mais adequado para demonstrar o fluxo de atendimento e encaminhamentos realizados no Setor de Saúde ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica; f) Desenvolver um fluxograma como produto educacional que contribua para qualificar o atendimento e os encaminhamentos realizados no Setor de Saúde ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica.

Entre os aspectos que motivam e justificam a realização desta pesquisa está o fato de a pesquisadora atuar nesse contexto e ter a percepção prévia da necessidade

de construir um fluxo institucional organizado, o qual possibilite direcionamento efetivo ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica para que ele consiga sentir-se seguro ao necessitar de auxílio no ambiente escolar. A percepção do problema deve-se ao fato de a pesquisadora ter experiência em atividades de atendimento em saúde e vivenciar situações-problema em diferentes ambientes, além do espaço escolar, como descrito a seguir.

Iniciei⁴ minha carreira profissional, como técnica em enfermagem, em 1992, aos dezoito anos de idade, descobrindo nesse momento o início de uma incrível relação histórica entre saúde-educação-trabalho, respectivamente. Como egressa da Educação Profissional na área de saúde, ingressei como técnica em enfermagem no Hospital Regional de São José - HRSJ, atuando em unidade de Clínica Médica (CM), e, no mesmo ano, fui contemplada com uma vaga para ser aluna do curso de Pedagogia na Universidade do Vale de Itajaí – UNIVALI. Quatro anos depois, concluí a graduação, saí do HRSJ e passei a trabalhar no Hospital de Caridade (HC), atendendo pacientes renais crônicos em tratamento de Hemodiálise. Nos dois anos seguintes, ingressei na Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina - SES/SC, trabalhando na Unidade de Terapia Intensiva - UTI, do Hospital Instituto de Cardiologia (HIC) em São José. Fui transferida, mais tarde, para atuar com saúde pública na Policlínica de Referência Regional (PRR) de Florianópolis, no atendimento a mulheres, realizando palpação de mamas e exames de colpocitologia oncótica, no Programa de Prevenção ao Câncer de Colo Uterino/Mama.

No ano de 2000, fui aprovada no concurso público do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago de Florianópolis, passando a atuar em unidades organizacionais (UO), como UTI e Unidade de Clínica Cirúrgica (UCC). Em 2003, dando continuidade à formação profissional, cursei Técnico de Enfermagem do Trabalho no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) - SC, atual IFSC. Em 2001, iniciei com atendimento em uma empresa privada de atenção a pacientes *Home Care*, o que me serviu de experiência para trabalhar na Cooperativa Médica da Grande Florianópolis (UNIMED/GF), com atendimento a idosos, durante a coordenação de projetos direcionados à atividade física e organizar palestras com temas de prevenção e promoção à saúde, para clientes/pacientes da terceira idade. Ainda nesta cooperativa médica, atuei no exercício de *Home Care* profissional

⁴ Considerando tratar-se de relato de experiência pessoal, este trecho da Introdução é redigido em primeira pessoa do singular.

acompanhando pacientes em atendimento e internação na Assistência Domiciliar – AD e Medicina Preventiva – MP, desenvolvendo atividades complexas no domicílio junto a uma equipe multiprofissional de saúde. Em 2010, fui aprovada, no concurso público do IFSC, para a função de técnica em enfermagem. Diante disso, solicitei vacância, transferindo-me do Hospital-Escola Federal (HU) para o IFSC. Parti, assim, para uma nova atuação, agora na atenção à saúde de estudantes jovens e adultos.

Ao iniciar o novo ciclo, fazendo parte do contexto da Educação Profissional, dei continuidade ao trabalho como técnica de enfermagem, trazendo toda a bagagem profissional adquirida nos anos de realização dessa atividade, passando então a atuar na atenção a jovens estudantes do Ensino Médio Integrado no IFSC-Florianópolis, especificamente, no Setor de Saúde. Dentro desse novo cenário, somam-se mais de dez anos de experiência profissional na EPT. O cotidiano no atendimento a um público jovem evidencia a relação entre aspectos econômicos, pessoais e socioculturais que permeiam o processo de adoecimento dos sujeitos. As situações vivenciadas— muitas positivas e outras nem tanto—levam-me a crer que é preciso repensar os métodos procedimentais do Setor de Saúde em uma instituição de ensino.

Em um movimento conjunto, os profissionais desse setor precisam pensar no tipo de ações que efetivamente beneficiam e que promovem a saúde dos jovens estudantes. São ações que iniciam pelo acolhimento no setor, momento em que esses sujeitos demonstram suas aflições, carências e necessidades. Deixamos claro, desde já, o carecer de um olhar atento trazido especialmente pela pesquisadora, por desejar buscar meios de descobrir o que compromete o bem-estar desse público jovem, no percurso de formação escolar do EMI, em uma formação que seja, realmente, integral. Conforme Pinheiro (2009, s/p), na integralidade:

[...] existe em ato e pode ser demandada na organização de serviços e na renovação das práticas de saúde, sendo reconhecida nas práticas que valorizam o cuidado e que têm em suas concepções a ideia-força de considerar o usuário como sujeito a ser atendido e respeitado em suas demandas e necessidades (PINHEIRO, 20019, s/p).

Nessa perspectiva, a integralidade na formação dos estudantes se apresenta como elemento diretamente relacionado à questão de saúde e aos cuidados, que necessitam ser planejados para desempenhar um conjunto de ações de atenção individual, coletiva, de forma atenciosa, articulada e preventiva. Tudo isso para que possa funcionar com as mais variadas partes sem diferenciação social, dentro de uma postura ética.

Nesse sentido, a integralidade permite entender os movimentos apresentados no contexto e concretizar a promoção à saúde, superando os obstáculos, ao implantar inovações cotidianas de serviços, compreendendo, assim, a operacionalização dos direitos e seus processos organizativos em benefício à saúde. Conforme aponta Pinheiro (2009), esse movimento deve ser feito sem fragilizar a vida social e cotidiana, visto que esses sujeitos são submetidos a padrões de desigualdade, processo de marginalização, individualismo com estímulo à competitividade desenfreada, e, também, ao risco a uma condição de fragilidade, ocasionada por restrições, exclusões, discriminação ou desrespeito.

Entende-se, como já afirmado, que o atendimento no Setor de Saúde em uma instituição de ensino deve favorecer a solicitude com envolvimento, auxílio e articulação entre diferentes olhares profissionais. Portanto, a equipe que presta esse serviço deve ser composta por profissionais com formação qualificada, podendo estabelecer um compartilhamento de experiências profissionais de forma integrada.

Finalmente, enquanto profissional atuante na área da saúde, pretendo, com o compartilhamento dos resultados desta pesquisa (mesmo que de forma indireta), contribuir para que os estudantes consigam alcançar uma atitude com autonomia no ambiente educativo, desenvolvendo a capacidade de encarar contextos econômicos de produção e também dos modos de socialização. Assim, percorrendo os mais variados espaços de experiências culturais, das trocas sociais, do viver com a família e avançar para além do simples ato de aprender.

Parto do pressuposto de que é preciso dar incentivo e dignidade à vida das pessoas, investindo e inserindo-as no processo de ensino-aprendizagem de forma efetiva, atendendo a suas demandas e necessidades, promovendo o bem-estar físico, psicológico e social. É a isso que se refere a integralidade: atentar-se aos anseios, respeitar os desejos e manifestar sua satisfação com plenitude, por sentir-se pertencente a um ambiente educacional que oferece condições salutaras de convivência.

Quando procura por atendimento de saúde em uma instituição educacional, o estudante certamente espera restabelecer o equilíbrio do estado de saúde, tanto físico como também emocional, garantindo, assim, a integralidade do seu desenvolvimento educacional, social e humano, persistindo na sua formação enquanto ser, em busca do seu crescimento e da sua plenitude. Com esses princípios em mente, torna-se possível selecionar a melhor linha de abordagem a ser aplicada durante a realização

do atendimento, na expectativa deste ser preciso e efetivo, capaz de dirimir as angústias do estudante com suas incertezas e dos demais responsáveis envolvidos com os processos educativos e as variadas questões relativas ao espaço escolar.

Para atender ao desejo aqui explicitado em alcançar um atendimento efetivo ao estudante, entende-se a necessidade de a instituição dispor de um ambiente receptivo, organizado, preparado e inter-relacionado com o espaço acadêmico. É possível, assim, perceber que a “[...] integralidade das ações consiste na estratégia concreta de um fazer coletivo e realizado por indivíduos em defesa da vida” (PINHEIRO, 2009, s/p). Por isso, fica evidenciada a necessidade da construção de um fluxo institucional preparado para contribuir com todos os envolvidos e com o processo educativo, possibilitando o direcionamento adequado ao estudante.

Quando busca orientação em um Setor de Saúde, é preciso que o estudante seja ouvido por profissional qualificado ao cuidado, no intento de que, enquanto Setor de Saúde, possa ajudá-lo, quando se trata de questões que envolvam não somente problemas físicos, mas também de fundo emocional, de relação com o ambiente e possíveis situações de conflitos. Essas podem advir das relações com seus pares ou com o processo ensino-aprendizagem, sendo capaz também, de estar nas questões de desordem social, organizacional e institucional. Podem, também, ser resultado de incertezas, inseguranças, medo, instabilidade emocional, dentre outros fatores existentes na vida desse estudante.

Como pesquisadora, fazer parte da composição desta turma de Mestrado ProfEPT permitiu-me ampliar os conhecimentos que contribuíram com o processo de investigação da pesquisa. Inevitavelmente, utilizei-me dos saberes já constituídos através dos anos de experiências vivenciadas na área de assistência à saúde. Com isso, busquei ir além de minhas expectativas, ao superar-me, abrindo possibilidades para desenvolver um produto educacional, denominado fluxograma, o qual, acredito, contribuirá para dirimir as limitações existentes no ambiente de meu trabalho que é alvo deste estudo. Algo significativo que se possa utilizar durante o atendimento desse público jovem que integra o conjunto da Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com tudo o que implique em mobilizar, integrar, transferir e compartilhar conhecimentos. Assim, espero que possa ser útil não só aos profissionais do IFSC-Florianópolis, onde atuo e desenvolvi a presente pesquisa, mas nas demais unidades organizacionais (UO) de outros *campi* da rede e - quem sabe - de outras instituições educacionais que também voltam suas atividades a esse público.

Conforme Llatas (2012, p.105), o fluxograma “[...] é um recurso gráfico que serve para descrever a ordem em que é executado determinado conjunto de atividades, possibilitando a avaliação e o redesenho da operação”. Além disso, procura tornar os processos mais ágeis e eficientes, permitindo a identificação de falhas no fluxo de trabalho, bem como, propiciando uma visão clara e imediata do caminho percorrido pelos processos imbricados no objetivo final. Nesse sentido, o produto educacional desenvolvido a partir dos dados desta pesquisa buscou retratar graficamente os fluxos das operações necessárias para descrever ordenadamente as ações competentes, determinantes para contemplar todos os envolvidos e interessados na integralidade e no desenvolvimento educacional dos estudantes do EMI.

Em termos metodológicos, este trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, buscando analisar dados e fatos sobre a realidade dos sujeitos, utilizando como instrumento de pesquisa um roteiro de perguntas como ferramenta para realizar entrevistas presenciais. Foram ouvidos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que cursam o Ensino Médio Integrado no IFSC- Florianópolis e passaram por atendimento no setor. O *Campus* foi selecionado a partir da análise de registros eletrônicos informatizados do Setor de Saúde, os quais trazem em seu conteúdo elementos de medidas resultantes de um conjunto de dados referentes à média de atendimentos neste setor. Essa análise permitiu o acesso ao cadastro estatístico do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, sinalizando para os cursos de EMI que mais tiveram estudantes que buscavam atendimento no setor, nos últimos anos. O percurso de coleta e análise de dados seguiu os critérios éticos da Resolução CNS 466/12, de 12/12/2012, e também, à Resolução CNS 510/16 de 07/04/2016, complementares à Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Submetida à Plataforma Brasil, foi aprovada pelo parecer 5.768.264.

Os resultados da pesquisa, nesta dissertação, são apresentados em seis capítulos. Feita esta introdução, na sequência (Capítulo 2), mostrará um breve histórico sobre a Educação Profissional e Tecnológica, uma breve contextualização sobre o Ensino Médio e a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, fechando com a discussão acerca do que caracteriza a vulnerabilidade social. Em seguida, no capítulo 3, será descrito em detalhes o percurso metodológico da pesquisa. O capítulo 4 apresentará a análise e discussão

dos resultados da pesquisa que serviu como referência para a construção do produto educacional (capítulo 5). O capítulo 6 trará as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Este capítulo trata da história da Educação Profissional e Tecnológica. Inicia-se o texto com a apresentação da origem das Escolas de Aprendizes Artífices, até chegar à atual Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Dado o foco da presente pesquisa, voltada ao atendimento em saúde dos estudantes do EMI em vulnerabilidade social (conceito também a ser ampliado ao longo do capítulo), abordaremos o histórico deste nível de ensino, um daqueles que constituem o extenso catálogo de ofertas da EPT.

2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Um dos fatos mais marcantes para o ensino brasileiro, rompendo com o acesso à educação apenas às classes dominantes, deu-se por intermédio do Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha. Conforme Almeida (2010, p.14), esse decreto criou “[...] nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito”. Muito embora tenha-se, com isso, ampliado o acesso à educação, é preciso ter em mente que o ato se caracteriza como marco considerável para a indústria e principalmente à formação da mão de obra da época. O artigo 2º do decreto supracitado esclarece bem o objetivo da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices - EAA:

Nas Escolas de aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o número de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais. (BRASIL, 1909).

O documento esclarece a intenção de oportunizar o aprendizado de um ofício, mas além deste ponto, destaca:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime. (BRASIL, 1909).

Observa-se que o documento busca impelir ao Estado o acolhimento em instituições educacionais de grupos excluídos economicamente. Entretanto, é preciso deixar claro o que apontam Cordão e Moraes (2017 p. 67), quando afirmam que “[...] apenas no final do século XX, a educação passou a ser considerada como um direito social de todos os cidadãos brasileiros. Educação, saúde e profissionalização passaram a integrar a lista de condições fundamentais para cidadania”.

Em Santa Catarina, a primeira Escola de Aprendizes e Artífices foi instalada em 01 de setembro de 1910, no centro de Florianópolis. “A inauguração de um estabelecimento de ensino profissionalizante na capital catarinense representou, naquela época, uma conquista muito importante e por isso, mereceu o apoio e atenção dos principais meios de comunicação da cidade” (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Em 1937, essas escolas mudaram de nome, passando a ser chamadas de Liceu Industrial, pela Lei nº 378 de 13 /01/1937. Segundo Almeida (2010, p. 42):

[...] nesse período, o crescimento do processo de industrialização do Brasil clamava pela presença de mão-de-obra especializada e, sendo assim, o governo apostava nos liceus, como estabelecimento de ensino profissional, capazes de fornecer ao parque industrial esse profissional especializado.

Depois desse período, a evolução do ensino profissional perpassa uma série de ações, legislações, nomenclaturas e objetivos até chegar a se constituir na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O percurso pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir, que dá destaque, devido ao foco desta pesquisa, às implicações desse processo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina-IFSC:

Quadro 1 - Legislação que instituiu a evolução da EPT

Data	Legislação	Nome
23/09/1909	Decreto nº 7.566	Criação do ensino profissional no Brasil.
23/02/1942	Decreto-Lei nº 4.127/42	Extingue os liceus industriais, transformando em Escolas Industriais e Técnicas. Em Santa Catarina passa a se denominar Escola Industrial de Florianópolis.
20/08/1965	Lei 4.759	A escola industrial de Florianópolis passa a denominar-se Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

06/06/1968	Portaria ministerial nº 331	A Escola Industrial Federal de Santa Catarina é transformada em Escola Técnica Federal de Santa Catarina – ETF/SC.
08/12/1994	Lei nº 8.948	Transforma, automaticamente, todas as Escolas Técnicas, criadas pela lei nº 3.552 de 16/02/1959, em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET/SC (neste decreto, a ETF/SC ficou de fora, a transformação só aconteceu em 27/03/2002).
29/12/2008	Lei nº 11.892	Institui a Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica. E cria os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia.

Fonte: Adaptado de Almeida (2010); Cordão e Moraes (2017)

A partir de 1994, com a criação dos CEFETs, muitas transformações nas estruturas das instituições da Rede foram implantadas, como, por exemplo, no CEFET/SC, os objetivos estabelecidos passaram a ser:

- a. Ministrando cursos de qualificação, requalificação e re-profissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- b. Ministrando ensino técnico destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- c. Ministrando Ensino Médio;
- d. Ministrando ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- e. Oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- f. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade (ALMEIDA, 2010, p.127).

Com os objetivos apresentados, os CEFETs ampliaram sua atuação, abrindo um novo cenário para formação de estudantes, com a oferta de graduação e pós-graduação. A transformação dos CEFETs em Institutos Federais, em meados da primeira década do século XXI, foi um marco para a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Segundo Cordão e Moraes (2017),

[...] os institutos federais de educação, Ciência e Tecnologia são equiparados às universidades federais do ponto de vista administrativo. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 95).

A Rede Federal passou a se consolidar e atender sob vários aspectos as

necessidades da comunidade acadêmica, do mundo do trabalho e também às pretensões da educação brasileira na modernização da própria educação, seguida de significativas possibilidades de relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, em prol do desenvolvimento do conjunto de organizações e entidades corporativas de aprimoramento do especialista técnico. O processo de mudança foi definido com a interação desse movimento de modularização da educação com seus itinerários formativos e, principalmente, pela importância de sua amplitude junto às instituições da rede de educação profissional.

2.1.1 A educação na Rede EPT

Como já apresentado, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, destaca-se por ofertar educação básica, superior, profissional, pluricelular e multicampi. Quanto à estrutura da Rede:

Criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e
- V - Colégio Pedro II.

Em 2019, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira (MEC, 2022).

A estrutura educacional e as redes de ensino profissional constituem, em seu foco, a origem de um ensino especializado, articulado com base na reunião de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Entretanto, autores como Rateke (2018)

apontam para os problemas ainda existentes no acesso à Rede, por parte das camadas mais pobres da população. O autor afirma que, por mais que o papel dessas instituições seja o de assegurar formação “supostamente mais benéfica ao conjunto de trabalhadores” (RATEKE, 2018, p. 93), as defasagens de aprendizagem vividas pelos estudantes no Ensino Fundamental dificultam o acesso aos cursos integrados de nível médio, pois todos os cursos técnicos integrados do Campus Florianópolis são ofertados por meio de provas, para a formação profissional integrada à Educação Básica:

[...] as condições de permanência dos estudantes no ensino fundamental repercutem no acesso à educação técnica, já que a taxa de desistência e o baixo desempenho na educação básica reduzem as possibilidades de acesso dos jovens às escolas técnicas federais (RATEKE, 2018, p. 214).

Tese

É preciso que a Educação Profissional seja voltada à aprendizagem e preparação do sujeito para o conhecimento, fundamentado por um conjunto de normas, padrões e valores que constituam a ideia de compromisso, não somente de formação profissional ou de educação para o trabalho. A questão nos permite também compreender que devem ser levadas em consideração as relações interpessoais, a ligação do sujeito com suas práticas diárias. Assim, conferindo valorização às suas experiências, atitudes em comunidade, ao reconhecer o primeiro estágio em seu processo de conhecimento educacional inicial e percurso na trajetória escolar.

Os objetivos educacionais voltados à formação profissional, por muitos ressaltada pelo “saber fazer”, devem se estender para além da competência, habilidade de raciocínio, conhecimento apurado, facilidade de compreensão, poder de análise, entre outros. O “saber fazer”, para Ferretti (2020, p. s/n), “[...] remete, no entanto, a uma questão central no âmbito da educação profissional, [...] seja, qual for o seu foco. Há que reconhecer que o ‘saber fazer’ corresponde a expectativas sociais legítimas em relação à [...] educação profissional”.

A formação humana integral abrange os sentimentos, as emoções, as rejeições, as apreciações, os enfrentamentos e encorajamentos. Ou seja, aspectos que elevem a capacidade da pessoa de interagir com as mais variadas situações. Além disso, contribuindo com a possibilidade de o estudante ampliar suas relações interpessoais, seu entendimento do contexto da EPT, sua trajetória histórica na escola e sua ligação com educação-trabalho-sociedade.

[...] ao mesmo tempo, uma concepção de educação que a recoloca no âmbito

das práticas sociais, isto é, como uma prática constituída e constituinte das relações sociais e uma concepção de escola, cujo eixo básico centra-se na questão da escola unitária, de formação tecnológica ou politécnica e na necessidade de aprofundamento do sentido e dos desafios de tomar-se o trabalho como princípio educativo. Nesse debate, a relação trabalho-educação é colocada em novo patamar, buscando sobretudo resgatar a dimensão contraditória do fenômeno educativo, seu caráter mediador e sua especificidade no processo de transformação da sociedade. Se a escola tende [...] no seu interior a possibilidade e a necessidade de construir outras mediações que a articulem com os interesses dos trabalhadores no processo de sua qualificação, mediações que resgatem o homem em sua tripla dimensão – individualidade, natureza e ser social – e o saber científico-tecnológico produzido historicamente por esse mesmo homem. (PEREIRA; LIMA, 2009, p. s/p [grifo no original]).

De acordo com seu modo de fazer, agir, de como movimentar suas atividades laborais, aprendizagens educacionais e relações sociais, o sujeito vivencia experiências e adquire habilidades. Certamente, atentando-se em avançar na interação com o conjunto de normas comportamentais, sociais e, evidentemente, contemplando o desejo de ser compreendido pelos demais, dentro de todo esse processo educativo. Dessa forma, visando aprender a encontrar as soluções de como aplicar suas ações, interações e conhecimento apreendido durante o exercício do trabalho. Assim:

a prática e o aprender a fazer estão ligados à aquisição de conhecimento e ao uso de habilidades na resolução de problemas. Essas duas dimensões, juntamente com o aprender a viver com os outros, estão conectadas com o último pilar, o aprender a ser, no qual o indivíduo se desenvolve para se tornar um ser integral, desenvolvido tanto em seus aspectos cognitivos quanto nos afetivos e interpessoais (GORAYEB; MIYAZAK; TEODORO, 2022, p. 23).

O processo educativo proficiente da EPT envolve quesitos que trazem à tona não apenas um processo de adquirir conhecimento explícito, mas também o tácito, aquele mais difícil de ser transmitido. Trata-se da prática e do exercício de se relacionar a um conhecimento compartilhado por experiências, que trazem em sua composição a visão de mundo. No mesmo contexto, cabe também dentro da EPT a capacidade de adquirir uma postura ativa, uma atitude de aprender, emergindo a consciência de tomar decisões. Para que isso ocorra, é necessária:

[...] evolução na didática profissional da noção de competência em direção a de poder agir, importância da noção de desenvolvimento, pretensões de intervir nas situações de trabalho e não somente nos homens e suas capacidades de ação. [...] no objeto transformado, os instrumentos para fazê-lo e as condições que intervêm nos fenômenos e processos de transformação do objeto. Hoje [...] abre-se às dimensões de proteção de si, de relação psíquica e identitária, às interações entre humanos. Em outras palavras, é a própria natureza e o perímetro das situações consideradas, os objetos de conceituação a ser levado em conta que são induzidos a evoluir. [...] segundo dois eixos: a consideração das evoluções recentes do trabalho e questão do

desenvolvimento no trabalho (ALLAIN; GRUBER; WOLLINGER, 2019, p.76).

Apropriando-se de um saber fazer algo, conhecer determinado assunto, aprender novos recursos e pretensiosamente guiar a atividade, intensificando o conhecimento ao ajustar suas experiências às inusitadas situações do trabalho. Com isso, transformá-las em novos saberes apreendidos com o desígnio de criar possibilidades em obter domínio sobre a área de atuação e perspectiva devidamente favorável ao proporcionar continuidade à atividade local, a qual pode ser desenvolvida enquanto atua-se profissionalmente. A ampliação das ofertas formativas da EPT, segundo Allain, Gruber e Wollinger (2019, p.138), “[...] permitiu a exploração do mundo dos saberes do trabalho, de sua produção e de sua incorporação pelo trabalhador”. Para isso, segundo os autores, é preciso partir de projetos e perspectivas que motivem os estudantes, integrando-os ao trabalho, à sociedade produtiva moderna e buscando, incessantemente, construir conhecimentos diversos. Dessa forma, garantindo que se encontre alinhado em meio às exigências da vida, no sentido mais amplo dos estudos, pronto para desenvolver novas técnicas, habilidades, saberes, e também, aprender a fazer.

No entendimento de Allain, Gruber e Wollinger (2019, p. 8), tal “[...] entusiasmo pode ser sentido em uma gama enorme de [...] cursos de Educação Profissional. Representam um sinal de um mundo especial de aprendizagens, de outras formas de saber, da potência incorporada de um fazer.” A educação profissional fomenta ao sujeito entremeado ao seu ritmo transversal de aprendizado um pensamento extensivo, na iminência de fazê-lo compreender o verdadeiro sentido da sua atividade dentro desse sistema educacional.

O processo de ensino-aprendizagem na EPT precisa ter como princípio a construção de saberes tácitos, desenvolvidos conceitualmente a partir das percepções e aquisições sobre algum saber-fazer já experienciado.

A integração entre Educação Básica e Educação Profissional deve possibilitar o conhecimento técnico-científico de qualidade e a concretização de um propósito para si, em prol de aperfeiçoamento para a vida. Para Kuenzer (2000):

Além de demonstrar o caráter ideológico da reforma, é preciso retomar o trabalho em sua dupla dimensão, como prática humana e como *práxis* produtiva, estabelecendo o Ensino Médio relações mais imediatas com o mundo do trabalho sempre que os jovens, pela sua origem de classe, precisem desenvolver competências laborais para assegurar sua sobrevivência e a sua permanência na escola. Isso significa que a aproximação das finalidades do Ensino Médio far-se-á por diferentes

mediações, em face das condições concretas de cada região, de cada localidade, de cada escola, de cada clientela. Mais do que nunca, o Ensino Médio deverá superar a concepção dual e conteudista que o tem caracterizado, em face de sua versão predominantemente propedêutica, para promover mediações significativas entre os jovens e o conhecimento científico, articulando saberes tácitos, experiências e atitudes (KUENZER, 2000, p. 38).

Alcançados esses propósitos, os estudantes do EM terão acesso às novas formas de educação, de trabalho, à ciência e à tecnologia. Dessa forma, os egressos dessa formação poderão intervir na qualidade de vida, na perspectiva de ser um cidadão que conquistou seus direitos e deveres, políticos e civis, conscientes do próprio valor histórico, cultural e educacional. Segundo Frigotto e Ciavatta (2004),

[...] com isso colocamos a discussão sobre as finalidades do ensino médio ou, ainda, sobre o que lhe confere sentido: sujeitos e conhecimentos. Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura. Que têm necessidades diferenciadas, mas conquistaram direitos universais. Conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, a cujo acesso todos têm direito. É preciso, então, construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004, p. 39).

O alerta feito por Frigotto e Ciavatta (2004) aponta para a importância de que sejam levadas em conta as características reais dos estudantes, suas necessidades e as novas demandas do mercado de trabalho. Cordão e Moraes (2017), por outro lado, destacam a importância de que os processos de ensino-aprendizagem na EPT levem em conta as transformações presentes na sociedade contemporânea:

A nova educação profissional requer compreensão mais global do processo produtivo no atual mundo do trabalho marcado pela renovação contínua e pela complexidade crescente. Por isso mesmo é que as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional estão centradas exatamente no compromisso ético das instituições educacionais para com o desenvolvimento permanente de competências profissionais que conduzam os trabalhadores ao efetivo preparo para continuamente articular, mobilizar, e colocar em prática seus saberes e conhecimentos, suas habilidades e atitudes, seus valores e emoções, para atender aos requerimentos da sociedade e do mundo do trabalho com eficiência (nos processos), eficácia e efetividade (nos resultados), dando respostas novas e criativas, aos inusitados, originais e exigentes desafios profissionais, pessoais e sociais (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 32).

O percurso na Educação Profissional, considerada em seu sentido de formação integral, deve contribuir com o desenvolvimento do conhecimento técnico-científico deste jovem sujeito. Para tal, é necessário assegurar um aprendizado reflexivo, crítico e capaz de integrá-lo a um ambiente com ações causadoras de mudanças da sua

realidade social.

Enfim, o embate travado na atualidade, com relação ao ensino profissional, tem inúmeros componentes. Diz respeito a quem deverá favorecer, que tipo de ser humano/trabalhador objetiva formar. Está longe de significar um receituário neutro de medidas e intenções a serem adotadas. Aos que defendem o ensino politécnico, ou seja, uma formação geral, sólida, capaz de democratizar o conhecimento científico-técnico acumulado para humanidade e de resgatar no educando a sua dimensão crítica e transformadora da realidade, novos desafios são evocados pela realidade atual. Entre eles a explicitação desse princípio geral a cada situação concreta e uma visão abrangente de como concretizá-lo, não enxergando a sua implementação apenas via reformas educacionais, mas num contexto mais amplo de transformações sociais (ARANHA; CUNHA; MILITÃO, 1997, p. 13).

Nessa direção, a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional caracteriza-se como uma estratégia importante de formação integral. Esta, de acordo com Ramos (2017), deve-se materializar pelo princípio educativo do trabalho:

[...] ao se compreender que os bens produzidos pela sociedade em benefício da melhoria de sua qualidade de vida são produtos do trabalho humano, o qual colocou em movimento a produção de conhecimentos e de modos de vida – ciência e cultura – compreende-se também que todos são potencialmente produtores de novos conhecimentos e capazes de apreenderem os conhecimentos já produzidos. Sendo assim, não faz sentido que esses sejam reservados a uma classe ou a um grupo social. Da mesma forma, não faz sentido delimitar o horizonte de desenvolvimento humano precocemente, seja pela restrição de sua escolaridade, seja pela determinação seletiva dos tipos de conhecimentos a que o estudante poderá ter acesso, em quantidade e qualidade, pelo lugar ocupado na divisão social do trabalho. Ao contrário, na educação básica, o estudante teria acesso ao conjunto de conhecimentos que lhe possibilitaria compreender a totalidade da vida social e produtiva, assim como conhecer e desenvolver suas habilidades em diversos campos: nas ciências físicas, nas ciências humanas e sociais, nas linguagens, nas artes, na matemática, dentre outras. (RAMOS, 2017, p. 36).

O percurso de implementação e oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é o tema da próxima seção deste trabalho.

2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica visa proporcionar aprendizagem, atuando dentro e fora da sala de aula. Tem como meta, através da educação básica, que se consiga transformar a atuação do indivíduo no trabalho, quando for incorporado na sua formação o conhecimento e reconhecimento do trabalho como princípio educativo.

Quanto ao EMI, Silva e Ramos (2018) reconhecem duas dimensões: “[...] uma delas é formal, referente à possibilidade de integração da educação profissional ao

ensino médio. A outra é conceitual, pois representa um projeto de formação integral dos estudantes integrado ao ensino médio” (SILVA; RAMOS, 2018, p. 569).

É crucial assegurar ensino integrado, com leis e ações embasadas nas políticas de desenvolvimento social, ético, político, que se remetem ao papel importantíssimo das ciências sociais e humanas.

A forma integrada da educação profissional ao ensino médio foi inicialmente prevista pelo Decreto nº 5.154/2004, tendo seu conteúdo sido incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei nº 11.741, de 2008. Trata-se de uma das modalidades de articulação entre a educação profissional técnica e o ensino médio, cujo sentido está no compromisso ético e político de assegurar aos estudantes, em um único currículo, o direito à formação profissional, sem que esta substitua a formação geral, tal como foi descrito no parágrafo segundo do artigo 36 da versão original da LDB (SILVA; RAMOS, 2018, p. 569).

Assim, o EMI visa promover o indivíduo, dando condições a este de se inserir na coletividade e a conviver preparado para lidar com as exigências e condições contemporâneas do trabalho. Assim, “o Ensino Médio Integrado é aquele possível e necessário em uma realidade conjuntamente adversa, em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio” (MOLL *et al*, 2009, p. 56). Nesse sentido,

[...] a ampliação da oferta de vagas em cursos de ensino médio integrado pelos institutos federais, [...] representa democratização do acesso a uma instituição da Rede Federal, que conta com estrutura física em geral melhor equipada e com a elevada formação de seus servidores (MILLIORIN; SILVA, 2020, p. 664).

Portanto, a qualidade apresentada favorece a formação no ensino médio de egressos com domínio dos conhecimentos capazes de contribuir com o processo de produção, criando uma relação entre conhecimento e a complexidade da atividade vivenciada no contexto e exercício do trabalho. O percurso do estudante no Ensino Médio Integrado precisa deixar evidente a relação entre os fatores sociais, culturais, econômicos e históricos com o mundo do trabalho. Nesse sentido, Ramos (2017) destaca:

Com o exposto, reunimos o que temos designado como os sentidos da integração. O primeiro deles é de cunho filosófico e expressa a concepção de mundo, de homem, de sociedade e de educação que sustenta o projeto e as práticas político-pedagógicas da escola. A concepção de ensino médio integrado, assim, compreenderia o ser humano como produto das relações histórico-sociais e, nesses termos, a própria realidade. A formação humana é o processo de reprodução dessa realidade em cada ser, de modo que ele possa aprendê-la, criticá-la e transformá-la. O projeto político- pedagógico

visa integrar as dimensões fundamentais da *práxis* social – trabalho, ciência e cultura – na formação dos estudantes (RAMOS, 2017, p. 20).

A educação científico-tecnológica, ao apresentar como característica notável em sua formação geral e profissional a renovação no processo de ensino e aprendizagem, constitui como propriedade fundamental o papel de promover pesquisas e trabalhos tecnológicos que transformem tanto a realidade dos jovens de sentenciada classe trabalhadora, quanto a sociedade na qual esses jovens trabalhadores estão inseridos. Busca-se, por meio de normas jurídicas educacionais que delineiam as ações e estabelecem diretrizes para as políticas públicas, contribuir em um sentido mais amplo e intervir na formação profissional integral desses jovens trabalhadores, ao ingressarem nas instituições de educação profissional. Acredita-se na possibilidade de evitar a caracterização de uma educação fragmentada ou que reforçe certa desigualdade nos caminhos desses sujeitos, tornando-os diferentes segundo a classe social. Em outras palavras, furtar-se de criar situações e postos incompatíveis que propaguem a competitividade. Por isso, a expectativa sobre os CEFETs e IFETs, como órgãos públicos aptos a organizar a forma como se constitui a EPTNM, e inclusive, como sistema de ensino articulado é necessário conseguir valorizar mais a oferta de cursos integrados. O que leva à necessidade de se refletir sobre os desafios da política de educação profissional no atual momento presente, devido à expansão dos IFs. Pois, acima de tudo, o Ensino Médio Integrado visa possibilitar o acesso à educação profissional que tenha impacto na inclusão dos indivíduos, em um sistema de ensino que lhes assegure estarem aptos a resolver e enfrentar os mais diversos problemas encontrados na sociedade, na educação e no ambiente de trabalho.

Com relação à mudança dos destinatários das escolas técnicas percebidas no último meio século, esta não representou a inclusão dos mais diversos segmentos da classe trabalhadora, pelo contrário, acompanhou as mudanças advindas do processo produtivo e da divisão técnica e social do trabalho, que exige, a cada segundo, novas categorias de profissionais qualificados em processo permanente de competição. A demanda de níveis mais altos de escolarização levou a mecanismos restritivos de acesso ao ensino superior e a destinação induzida às carreiras técnicas e profissionais. Dessa forma, apesar da inserção de um novo segmento da classe trabalhadora nas escolas técnicas de nível médio da rede federal e da intensa ação dos segmentos da sociedade civil pela redemocratização do acesso e pela superação do modelo fragmentado de ensino, a educação profissional e tecnológica ofertada à classe trabalhadora não avançou muito além do adestramento, treinamento e/ou da formação para o mercado de trabalho (RATEKE, 2018, p.75).

A formação integral deve contribuir com a construção do conhecimento técnico-científico, a autonomia do sujeito, por meio da prática do cotidiano escolar e da gestão democrática de uma escola cidadã. Essa formação deve considerar as especificidades do jovem estudante-trabalhador, quando este precisa cursar uma formação de nível médio já inserido no mercado de trabalho. É necessário superar os sentimentos de desvalorização do desejo em fazer parte de um ambiente educativo promissor, no qual possa aperfeiçoar seus conhecimentos e aprimorar suas habilidades técnicas, dentro de um espaço escolar.

Impossível limitar-se a apenas falar das oportunidades educacionais, inclusive no contexto do EMI, quando se percebe uma mudança na forma como os jovens vêm apresentando em seu cotidiano escolar uma certa necessidade, em certos momentos, subjetiva, em buscar formas de se estabelecer. Em determinadas ocasiões, percebe-se que travam entre si e seus semelhantes na mesma faixa etária uma espécie de batalha, impedindo sua movimentação natural, impossibilitando-os de saber lidar com suas lutas internas e externas, para obter direitos de participação social, educacional e de liberdade de expressão. Bernardim (2014) trata, ainda, de muitos conflitos vivenciados no cotidiano das instituições de Educação Profissional, por conta da diversidade etária que constitui esse ambiente, levando-se em conta a heterogeneidade dos públicos atendidos.

De outro lado, esse híbrido etário cria na escola uma pluralidade propícia para a satisfação de outras necessidades dos estudantes, que não se limitam às aproximações etárias, mas que dependem também das interações entre alunos/colegas/professores que se identificam quanto às expectativas profissionais, grupos de pertença e projetos de futuro (BERNARDIM, 2014, p. 7).

Assim, certamente, procuram identificar o que pode levá-los à aproximação da realização de seus projetos, ao determinar sua característica de ser, buscando viver uma juventude com suas particularidades, heterogeneidade e variados grupos sociais. Constitui-se, assim, um cenário marcado pela diversidade étnica, de gênero, de classe, percurso educacional pregresso, entre outros aspectos.

Sendo assim, torna-se imprescindível observar a relevância em valorizar a participação social deste jovem, com um olhar mais atento, para reconhecer a importância deste tendo sua participação ativa no desenvolvimento da sociedade. Por isso, a carência em refletir sobre tudo o que possa contribuir para autonomia,

emancipação e promoção da criatividade desses jovens. É preciso que sejam respeitados como sujeitos de direitos que têm como garantia sua valorização participativa na vida social, pelo percurso da educação.

Esse ambiente educacional deve ter como base o preceito ético-político possível de materializar um ensino médio, fundamentado na formação humana integral. Ou seja, Ensino Médio Integrado à EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio como formação e melhoria na qualidade de vida do estudante; encarando como caminho o próprio interesse, esforço pessoal e prazer em levar uma vida comum, sem atribuir valores indiscriminadamente entre grupos.

É essencial desenvolver no jovem estudante a confiança e inclinação para viver bem na companhia de outros. Por outro lado, ele precisa consolidar novos sentidos perceptivos que comprovem, indubitavelmente, sua competência para alcançar suas conquistas. Assim, através de atitudes guiadas por uma visão consciente, emancipada e qualificada, esse sujeito conseguirá encarar os desígnios do trabalhador do século XXI, que enredam a formação escolar, alteram a vida de jovens estudantes, na luta referente ao ingresso à vida profissional. Tal percepção sobre as condições do estudante para uma profissionalização digna, confiante e autônoma, está relacionada ao estágio, uma das etapas do seu desenvolvimento do seu itinerário formativo na Educação Profissional, que pode ser observada no artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº1, de 21 de janeiro de 2004:

Art. 3º As Instituições de Ensino, nos termos dos seus projetos pedagógicos, zelarão para que os estágios sejam realizados em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos alunos estagiários experiências profissionais, ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio.

§ 1º Serão de responsabilidade das Instituições de Ensino a orientação e o preparo de seus alunos para que os mesmos apresentem condições mínimas de competência pessoal, social e profissional, que lhes permitam a obtenção de resultados positivos desse ato educativo (BRASIL, 2004a).

De um modo geral, todas as reformas educacionais exigem um acompanhamento cuidadoso e relevante, quando se refere a flexibilização, relações econômicas e trabalhistas. Até mesmo como forma de assegurar a promoção de igualdade de tratamento dentro do sistema educacional, no acesso ao mercado produtivo e ao mundo do trabalho. Esse é um fator relevante aos estudantes oriundos do ensino fundamental ao ingressarem para o Ensino Médio Integrado e sua formação à Educação Profissional, enquanto sujeitos em preparação para o mercado de trabalho e suas relações trabalhistas.

A reforma educacional brasileira, feita na segunda metade da década de 1990, estabelece Diretrizes Curriculares e definição das ações do Ensino Médio. Dentro desse cenário educacional diverso, encontra-se o enfrentamento de desafios, por ser o ensino médio uma etapa da educação básica que ainda reflete formas de desigualdades. A diversidade de perfis demanda que a escola atribua protagonismo aos estudantes:

De toda forma, nos convidam a apostar na capacidade dos sujeitos jovens da escola em produzir suas próprias narrativas sobre o espaço-tempo da escolarização no qual estão imersos. O desafio dialógico para educadores e formuladores de políticas educacionais é exercitar a abertura necessária para a incorporação dessas vozes juvenis na arena pública de tomada de decisões relacionadas com a melhoria da escola. Esses são desafios do diálogo com a diferença que precisam se associar com aqueles relacionados com a busca da equidade e a superação dos entraves causados pelas desigualdades sociais no interior dos sistemas. A escola pública de ensino médio no Brasil necessita enfrentar o duplo desafio: material e simbólico. É preciso equacionar as distorções geradas pela expansão das matrículas sobre frágil base estrutural das redes [...], principais responsáveis pela oferta deste nível de ensino e enfrentar os desafios da realização de processos educativos, que façam sentido no presente e se constituam como suportes para a elaboração de projetos de futuro para os jovens que habitam a escola (BRENNER; CARRANO, 2014, p. 1237).

Precisamos observar, no âmbito escolar, em que circunstâncias essas implicações podem ter relação com o trabalho e sua continuidade na escola.

Analisando a evolução e o funcionamento atual da escola, [...] como a formação dos atores e dos sujeitos não mais decorre harmoniosamente do funcionamento de uma instituição na qual cada um teria seu papel, é preciso substituir a noção de papel pela de experiência. Pois os indivíduos, nesse caso principalmente os alunos, não se formariam mais somente na aprendizagem sucessiva dos papéis propostos, mas nas suas capacidades de dominar as experiências escolares sucessivas. Estas se edificam como a vertente subjetiva do sistema escolar, sendo que os atores se socializam mediante essas diferentes aprendizagens e se constituem como sujeitos na capacidade de dominar sua experiência, de se tornar os autores de sua própria educação. Nesse sentido, toda educação é uma autoeducação, ou seja, não é apenas uma inculcação, é também um trabalho sobre si mesmo (SIROTA, 2001, p.17).

Diante desses aspectos elencados por Sirota (2001), observa-se que a escola se constitui como um ambiente de aprendizagem, crescimento e entendimento da valorização das relações sociais. Essas necessidades advêm, inclusive, de reflexões econômicas, políticas, morais e sociais que exigem uma contemporânea relação com o conhecimento.

A integração entre Educação Básica e Educação Profissional deve possibilitar

o conhecimento técnico-científico de qualidade e a concretização de um propósito para si, em prol de aperfeiçoamento para a vida. Para Kuenzer (2000, p.38),

Além de demonstrar o caráter ideológico da reforma, é preciso retomar o trabalho em sua dupla dimensão, como *práxis* humana e como *práxis* produtiva, estabelecendo o Ensino Médio relações mais imediatas com o mundo do trabalho sempre que os jovens, pela sua origem de classe, precisem desenvolver competências laborais para assegurar sua sobrevivência e a sua permanência na escola. Isso significa que a aproximação das finalidades do Ensino Médio far-se-á por diferentes mediações, em face das condições concretas de cada região, de cada localidade, de cada escola, de cada clientela. Mais do que nunca, o Ensino Médio deverá superar a concepção dual e conteudista que o tem caracterizado, em face de sua versão predominantemente propedêutica, para promover mediações significativas entre os jovens e o conhecimento científico, articulando saberes tácitos, experiências e atitudes (KUENZER, 2000, p. 38).

Alcançados esses propósitos, será possível observar que os estudantes do EM passarão a ter um perfil mais pluralizado em sua diversidade, integrando-se às novas formas de educação, de trabalho, à ciência e à tecnologia. Assim sendo, os egressos dessa formação poderão intervir na qualidade de vida na perspectiva de ser um cidadão, que conquistou seus direitos e deveres, políticos e civis, conscientes do próprio valor histórico, cultural e educacional. Segundo Frigotto e Ciavatta (2004),

com isso colocamos a discussão sobre as finalidades do ensino médio ou, ainda, sobre o que lhe confere sentido: sujeitos e conhecimentos. Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura. Que têm necessidades diferenciadas, mas conquistaram direitos universais. Conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, a cujo acesso todos têm direito. É preciso então, construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004, p. 39).

Caracterizam-se, assim, aspectos relevantes de um processo sócio-histórico marcado pela presença das diferenças de classes, precarização do trabalho, transformações nos processos de escolarização, formação profissional e reformas educacionais. Entendendo o quanto é importante e necessário cumprir com a função de se ter uma compreensão, em um sentido amplo, de como é relevante fundamento não apenas para uma formação de valor técnico e conhecimento prático. Mas também, em termos ético, político, comportamental, social, humano, entre vários outros que devem ser contemplados. Para que o sujeito tenha uma visão abrangente de mundo, e, de certa forma, condiga observar cuidadosamente as circunstâncias em que cada um vive dentro de uma coletividade.

Buscando-se alcançar um contexto formativo centrado na realidade em que

ocorre o processo de aquisição do conhecimento, objetivando a formação humana do educando dentro e fora da escola. Tendo esta como transformadora de vivências e lugar onde as pessoas envolvidas consigam realizar os processos e práticas educativas, levando em consideração as diferentes necessidades existentes em determinados contextos. Seja este social, educacional, profissional, econômico, dentre outros; que passam por mudanças de acordo com o período e eventos que acontecem no momento presente.

Onde certamente, tudo o que está relacionado ao processo educacional e ao engajamento com a comunidade, clama por ações educacionais que assegurem bons resultados em seu sistema de ensino e o sucesso no que diz respeito a: cidadania, equidade, socialização, inclusão, escolarização, entre outros. Exigindo de certo modo, organização e estrutura estabelecida por leis e regulamentos, para instituir gerenciamentos de ensino com ações que garantam aprendizado, invista em educação de excelência e possa levar a um aprendizado significativo ao estudante.

Em se tratando da EPTNM, atender às exigências relativa à sua nova relação entre educação e trabalho, quando se trata de atender as diferentes necessidades e demandas do público jovem que busca a erradicação da desigualdade, enquanto estudante da Educação Profissional Técnica e conseguir manter o acesso ao EM.

Kuenzer (2000) cita a relevância dos avanços e reconhece a autenticidade dos fatos, por dar unidade à formação ofertada aos jovens, sem a divisão entre um ramo da educação geral e outro profissional. Entretanto, segundo a autora:

[...] simplesmente estabelecer um “modelo dito único”, tal como o proposto na Resolução 03/98 CNE, não resolve a questão, posto que submeter os desiguais a igual tratamento só faz aumentar a desigualdade. É exatamente com essa compreensão que a LDB, ao apontar o caráter básico do Ensino Médio, e a necessidade de assegurá-lo para todos, permite distintas modalidades de organização, inclusive a habilitação profissional, com o intuito de tratar diferentemente os desiguais, conforme seus interesses e suas necessidades, para que possam ser iguais.

Pensar, pois, em oferecer um Ensino Médio de uma única modalidade, em substituição aos distintos ramos de ensino técnico que vinham sendo oferecidos para atender às demandas [...] é tão inadequado quanto manter a estrutura que existia até agora, com um ramo de educação geral e outro de educação profissional (KUENZER, 2000, p.27, [grifos do original]).

Buscam-se os rumos a se constituir com um conjunto de elementos de preparação técnico-profissional, regulamentados à educação profissional, a partir da inclusão do parágrafo 2º, do artigo 36, da LDB, que institui detalhamentos a respeito da sua possível organização. Segundo Ramos (2003),

[...] a possibilidade de o ensino médio preparar o educando para o exercício de profissões técnicas, porém, foi admitida pelo parágrafo 2º. do artigo 36 da lei, desde que assegurada a formação básica. Ao mesmo tempo, a educação profissional foi tratada em capítulo à parte, nos artigos 39 a 41, como prática educativa a que todos os cidadãos podem ter acesso, devendo integrar-se às diferentes formas de educação, de trabalho, à ciência e à tecnologia (RAMOS, 2003, p. 02).

Segundo Kuenzer (2000), por mais que se considerem os avanços dessas ações, é preciso pensar a atuação docente na formação profissional dos estudantes desse nível de ensino. Segundo ela, há sobrecarrega dos docentes das disciplinas do currículo do Ensino Técnico os quais podem ser professores, instrutores ou monitores, como orienta o Decreto 2.208/97. Essa situação, continua Kuenzer (2000), pode impactar nas relações no âmbito das políticas educacionais, o que de fato é implantado na educação escolar em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Como forma de contemplar significativamente as ações direcionadas a estes estudantes, como também, no intento de estabelecer a criação e normatização correspondente à organização desse processo de educação, apresenta-se a relevância em regulamentar a aplicação destas ações, para que estas possam vir a atender tais demandas trazidas por este público jovem. O Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica especifica algumas normas referentes ao conjunto de medidas legais que regem a EPTNM, com o intuito de facilitar o acesso às atividades específicas a este formato de educação, uniformizando e padronizando sua aplicação, na qual essa educação passa a ser sancionada legalmente ao instituir que

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é regulamentada pela Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008) e também pela Resolução CNE/CP nº 01/2021 (BRASIL, 2021), do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, que além de especificarem as formas de oferta, normatizam as cargas horárias correspondentes, organização curricular, avaliação, formação docente, entre outros (RAYMUNDO; RAITZ; GESSER, 2021, p. 272).

A partir da citação, observa-se que, além do regimento legal na forma de oferta, na normatização da carga horária, da organização curricular e avaliação, demonstrou que a formação docente também é importante e está envolvida legalmente no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Para Espíndola (2022, p.121), “[...] os saberes que os professores se apropriam no exercício da docência e diferenciais na sua maneira de ensinar, além dos

elementos da trajetória profissional que foram significativos para o aprimoramento da prática”. É importante perceber no que este está pautado em sua gama de experiências. Compreende-se, assim, o comprometimento do professor com seus estudantes traz em seu aprimoramento docente.

[...] os saberes que puderam ser aprendidos ao longo de toda a trajetória profissional e que no momento da observação e entrevistas puderam ser rememorados, justificados e refletidos pelos professores. Uma oportunidade que pode tornar-se formativa quando prevista, instituída e oportunizada coletivamente pela instituição, como espaço também de constituição da aprendizagem docente e de socialização da sabedoria da prática. Esta construção coletiva precisa ser instituída com a colaboração do apoio pedagógico e dos professores para sistematizar a aprendizagem entre os pares, socializar métodos eficazes e criar uma cultura de aprendizagem coletiva, em benefício de estudantes e professores. [...]

Com isso, será possível maximizar pontos positivos como: a dedicação ao planejamento e a aprendizagem; e a abertura ao diálogo com os estudantes. E minimizar os negativos que dizem respeito a ênfase no conteúdo, tomando todo o tempo das aulas e impedindo o diálogo construtivo da aprendizagem. A colegialidade pode superar a atual construção da aprendizagem docente que se mostra bastante solitária e circunscrita à sala de aula (ESPÍNDOLA, 2022, p. 147).

Dentro de todo este contexto trazido a partir da investigação e análise de Espíndola (2022) referente às características da conjuntura da instituição IFSC, aqui no caso, de modo especial, o *campus* Florianópolis e, sua dimensão educacional, percebe-se que o conhecimento base do docente, seu percurso formativo, as políticas de desenvolvimento profissional e a organização do trabalho docente podem estar relacionadas à aprendizagem compartilhada entre os pares. Deve-se considerar, também, os fatos/características e demandas trazidas pelos estudantes, entre outros aspectos. São fatores que fazem parte dessa estrutura e que trazem à tona desafios, necessidades essenciais de uma demanda carente de observação. Sobretudo, é preciso levar ao docente formas de viabilizar o andamento deste processo de aprendizagem.

A partir da análise e pesquisa realizada por Espíndola (2022), o quadro abaixo apresenta desafios listados por 60 professores do IFSC-Florianópolis.

Quadro 2 - Principais desafios no exercício da docência

Principais desafios no exercício da docência	Respostas
Organização Do trabalho docente: carga horária; múltiplas funções; controle institucional; excesso de burocracia; exercer cargos administrativos; necessária dedicação extraclasse; sobrecarga de aulas; gestão das	48%

atividades de Ensino, Pesquisa e extensão; realizar atividades de extensão e pesquisa.	
Ensino-Aprendizagem Dos estudantes: saber ensinar; mensurar o nível de conhecimento prévio dos estudantes (falta de base); turmas com muitos alunos; trabalhar com os diferentes níveis de ensino (integrado, subsequente e superior); dificuldade com a formação integral; instrumento de avaliação eficientes; estar atento às novas demandas de estudantes e tecnologias; elaboração das aulas e materiais didáticos: autonomia no uso de tecnologias no ensino; obter maneiras justas de avaliação.	47%
Lidar Com diferentes públicos e necessidades: desigualdade social em sala de aula; mediação de conflitos; limitações sobre a necessidade de mediações pedagógicas-psicológicas;	33%
Motivação Dos estudantes: manter o interesse pelo estudo.	25%
Formação continuada: Falta de preparação para a docência; abandono das discussões Pedagógicas; dominar plenamente o conteúdo; manter-se atualizado e buscar novos conhecimentos; melhorar a didática.	22%
Falta De infraestrutura adequada: corte do fomento à pesquisa; falta de apoio institucional;	12%
Motivação Docente: falta de reconhecimento; fazer o que gosta, diante de todas as demandas; manter-se motivado.	8%
Relações Interpessoais: entre os professores e demais profissionais; entre professor e aluno.	7%
Cultura Escolar: desvalorização da aprendizagem.	5%
Implicações Sociais: condição social do país; desvalorização da escola pública.	3%
Educação a distância: sistema de ensino que exige autonomia do estudante e muito planejamento docente.	1%

Fonte: Espíndola (2022)

É fundamental pensar nos aspectos pedagógicos e, portanto, na atuação docente, de modo a que a visibilizar esses jovens que procuram a Educação

Profissional e trazem nas suas relações pessoais, sociais, escolares condições e estilos de vidas das mais variadas origens, lutando para concluir a trajetória na educação básica e poder prosseguir seu percurso formativo. Assim,

podemos dizer que os estudantes se constroem como sujeitos socioculturais a partir das suas características pessoais, experiências e oportunidades proporcionadas pelo contexto familiar e social, inclusive pela efetividade de políticas públicas. Os contextos diferenciados nos quais os estudantes vivem, restringem ou ampliam as suas possibilidades e também estabelecem vulnerabilidades diferenciadas (CAMARANO *et al.*, 2004, p.275 *apud* RAYMUNDO *et al.*, 2021).

Uma questão importante, para Bernardim (2014, p. 14), é que “os alunos do EMI apresentam como principais razões para frequentar a escola: a formação profissional, a continuidade dos estudos no ensino superior, a convivência com amigos e a obtenção de um emprego”. Finalizando, este autor afirma que:

Podemos dizer que os alunos [...] menos jovens, que combinam situação econômica menos privilegiada, comprometimento de renda com a família e sensação de incapacidade para a continuidade dos estudos em nível superior, esses optam pela educação profissional (BERNARDIM, 2014, p. 20).

Institucionalmente, de acordo com Kuenzer (2000), é preciso assegurar nos documentos legais, mecanismos que garantam o reconhecimento das características do público atendido.

Dessa forma, cabe a cada escola a elaboração de um projeto político-pedagógico, com base num amplo e aprofundado processo de diagnóstico, análise e proposição de alternativas, cuja elaboração demanda a participação efetiva de todos os envolvidos: comunidade, pais, alunos e professores. Esse processo deverá contemplar as características da região, as demandas da comunidade em que a escola está inserida, as características e necessidades do alunado, a capacidade da escola no que diz respeito a recursos humanos, equipamentos, espaço físico e possibilidades de articulações interinstitucionais que permitam ofertas diversificadas e de melhor qualidade (KUENZER, 2000, p.31).

É preciso atentar às particularidades desses sujeitos, dando condições de acesso a serviços e bens, bem como favorecendo suas relações interpessoais perante às exigências do mundo do trabalho, do ambiente acadêmico e de formação profissional. Esses aspectos aumentam a chance de melhorias das condições de vida, com a possibilidade de igualdade entre os sujeitos que buscam um acesso mais garantido, ao ter seus direitos ampliados. Assim, dar maiores oportunidades a este jovem de conseguir um lugar nas instituições de ensino. É preciso democratizar a

entrada, garantindo o sucesso de permanência destes sujeitos que fazem parte de grupos com perfil diferenciado, em determinados contextos educacionais classificados por sua forma de ingresso, condição socioeconômica, instituição de origem, índice de desempenho acadêmico entre os estudantes, entre outros.

2.2.1 O papel Educação Profissional no combate às desigualdades sociais

O papel da educação profissional vai além do ensino, visto que seu propósito inicial, na sua origem, conforme descrito anteriormente, ainda se perpetua na Rede EPT, ou seja, ajudar a combater as desigualdades sociais por intermédio da educação. A Rede EPT buscou, nos últimos anos, aumentar investimentos para garantir, dentro das possibilidades, uma estrutura adequada para oportunizar uma educação de qualidade a todos os estudantes. Entretanto, Rateke (2018) aponta para aspectos de manutenção da estrutura de desigualdade social, ainda presente na lógica de organização de acesso à escolarização:

a justificativa para o aumento dos investimentos na educação profissional pode ser compreendida pelo modelo no qual o Estado, sem mexer nos aspectos nucleares e estruturais das relações capitalistas de produção, atua ideologicamente mais próximo da população, promovendo estrategicamente a continuidade da acumulação capitalista mediante o discurso da inclusão e da redução das desigualdades sociais. Esta análise explica, em parte, como o contexto de criação e expansão da rede foi acompanhado de euforia, uma vez que houve o aumento real das vagas privilegiando a interiorização. Na fala dos apoiadores dos IFs, se dizia também que aumentaria a consonância com as demandas de formação integral dos trabalhadores e numa perspectiva de educação tecnológica (RATEKE, 2018, p.94).

Por outro lado, a autora destaca que a função dos IFs, muito embora ainda precise avançar em termos de garantia de cumprimento da sua função social, está sustentada na resistência. Mesmo que existam fragilidades no sistema, ainda são instituições que oportunizam a formação de trabalhadores e filhos de trabalhadores.

A função social dos IFs segue, dessa forma, além de disputada, indefinida. É um espaço onde prevalece a disciplina e o controle social, mas certamente também é um espaço reivindicado pelos trabalhadores, constituído pela resistência, luta e conquista democrática (RATEKE, 2018, p.102).

Acreditamos que essas são instituições de ensino pertencentes a uma rede que procura constituir-se como um contexto educacional democrático, gerador de conhecimento inovador, facilitador ao acesso de bens/serviços e favorecedor ao desenvolvimento socioeconômico e cultural. Estão presentes nelas sujeitos que esperam adquirir formação básica e preparação para o trabalho, para que possam

seguir sua vida escolar, a partir de um sistema educativo efetivo, que o habilite para a vida enquanto cidadão, enquanto ser capaz de produzir para a sociedade, e também, em seu aspecto humano. No caso específico da instituição em análise, o IFSC-Florianópolis, de acordo com Rateke (2018):

o jovem que frequenta o EMI do Campus Florianópolis pertence à classe trabalhadora, situação atestada pelas condições de vida, renda, moradia, estudo e acesso aos bens materiais e culturais, como o fato fundamental de os pais ou eles próprios venderem sua força de trabalho para sobreviver. Em alguns aspectos surgiram diferenças nas condições de vida e de estudo que justificam a impressão de uma certa “elitização” do público; por outro lado, a renda média das famílias não destoou significativamente da renda familiar apresentada nas outras escolas campo da pesquisa, não representando uma diferença de pertencimento de classe. Evidentemente, é importante lembrar que o fato de pertencerem à classe trabalhadora não está direta e objetivamente interligado a um sentimento de pertencimento a essa classe (RATEKE, 2018, p.144).

Para Milanezi e Santos (2017), é preciso oportunizar ao estudante que se torne um cidadão crítico através da escola, um sujeito que possa se capacitar como membro participativo da sociedade, no ambiente de trabalho produtivo e social. Para isso, é preciso o desenvolvimento do pensamento crítico, emancipatório, tornando-o capaz de conquistar seu conhecimento dentro de um ambiente intencionalmente formativo, a escola. Nesse sentido, deve-se

trabalhar um processo educativo de qualidade exige a possibilidade de acesso a conhecimentos que estejam minimamente integrados, capazes de desenvolver dimensões afetivas, cognitivas, de compreensão e apreensão da realidade no seu todo, que são essenciais para atender as necessidades dos educandos, sejam elas situadas no âmbito individual ou social, considerando a atuação do egresso como cidadão, seu poder de participação ativa no meio em que convive de forma a contribuir para uma sociedade onde todos(as) tenham voz e vez. Não basta apenas a intenção de formar para a cidadania e para o trabalho. A escola deve realizar essa formação de fato, de maneira que o sujeito se constitua de conhecimentos nas várias áreas que o tornem capaz de atuar de forma crítica e consciente como protagonista da sua história no meio social (MILANEZI; SANTOS, 2017, p. 557 - 558).

Compreende-se, assim, a necessidade de perscrutar a configuração curricular universalizada, conectada às tarefas e rotinas educativas de uma instituição de ensino, acompanhado das mudanças estruturais da sociedade. Assim,

é possível dizer que uma escola pode combinar a busca da universalidade da experiência escolar com a singularização dos processos educativos. Considerar as singularidades implica reconhecer nos estudantes sujeitos de suas próprias vidas, culturas e trajetórias. É neste sentido que a escola necessita rever valores, reorganizar seus tempos e espaços de forma a permitir que as múltiplas vozes do cotidiano escolar possam interagir em arenas de convivência democrática (BRENNER; CARRANO, 2014, p. 1238).

Atenta-se, aqui, à possibilidade de essas singularidades descritas por Brenner e Carrano (2014) virem a se caracterizar de alguma forma, ou, de maneira mais acentuada, mais aparente, e, até mesmo, conflitante, com a entrada na escola de indivíduos provindos de famílias de baixa renda, oriundos de escola pública. Muitos já se encontram, de alguma forma, inseridos no mercado de trabalho, formal ou informal, para contribuir com o orçamento familiar ou garantir a própria subsistência/sobrevivência. Nessa perspectiva, entende-se que em uma instituição de ensino o processo deve contemplar as mais variadas formas de métodos educacionais, sob a justificativa de possibilitar e garantir que conhecimentos possam ser usufruídos por todos. Tudo isso como forma de cumprimento da função social da escola, garantindo igualdade perante o direito coletivo.

2.2.1.1 O combate às desigualdades sociais por intermédio do sistema de cotas⁵

Algumas das questões listadas na seção anterior deste trabalho indicam a necessidade de se criar possibilidades de mudanças, adotando políticas sociais que possam atuar como ações democratizantes do acesso à escolarização e à formação profissional. Segundo o “Censo da Educação Básica 2019 (INEP, 2020), as matrículas na Educação Profissional Média no Brasil, em 2019, totalizaram 1.914.749” (RAYMUNDO et al, 2021, p. 272). É representativo o número de jovens que esperam da escola uma oportunidade de crescimento pessoal, intelectual e o desenvolvimento das habilidades para uma atividade específica, como forma de, futuramente, inserir-se no mundo do trabalho. Dessa forma, ter esperança em obter uma condição melhor, com qualidade de vida e realização dos desejos. No entanto, segundo Raymundo, Raitz e Gesser (2021),

[...] a formação técnica não constitui garantia da inserção profissional imediata, pois as significativas transformações que ocorrem no contexto social e profissional acarretam o aumento das taxas de desemprego, principalmente dos jovens mais vulneráveis, delimitando o seu espaço e possibilidades no mundo do trabalho (RAYMUNDO; RAITZ; GRESSER, 2021, p. 273).

⁵ Informe do edital 04 – 2023 – Técnico Integrado - IFSC. Onde candidatos aprovados pelo sistema de reserva de cotas de escolas públicas (baixa renda, PPI e PcD) a matrícula é condicional as etapas por bancas. A apuração e comprovação da renda familiar bruta mensal per capita via informações fornecidas no processo da matrícula. O IFSC pode convocar o candidato a participar de entrevista e realizar consultas a cadastros de informações socioeconômicas. Os candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) deverão ter sua condição confirmada por Comissão de Heteroidentificação, à Instrução Normativa nº 16 de 29 de julho de 2020. Os autodeclarados indígenas passarão por Comissão de Validação da Autodeclaração Indígena. Fonte: IFSC. https://www.ifsc.edu.br/documents/177207/12900925/EDITAL_04_2023_1_TECNICO_INTEGRADO_PROVA_PER%C3%8DODO_1_vers%C3%A3o_c%C3%A2mpus.pdf/50ae1564-bbc0-48fa-aa10-c1ddbdd2148a. Disponível: 08/05/23

Neste sentido, a EP atua para, dentro de suas possibilidades, proporcionar condições para combater a desigualdade social, proporcionando aos vulneráveis o acesso a EP, mesmo que este não garanta, conforme análise de Raymundo, Raitz e Gesser (2021),

[...] incluir os denominados “vulneráveis” ou em situação de vulnerabilidade é uma questão de propiciar a todos igualmente ou de forma mais justa as condições necessárias para que possam competir seguindo as regras do mercado de trabalho. Não se discute a contradição desse direcionamento unilateral à inclusão educacional e os limites da conquista de uma formação humana emancipadora, criadora e crítica, o que dá destaque para o direcionamento de uma “visão social de mundo” a favor do capital nos documentos (RAYMUNDO; RAITZ; GRESSER, 2021, p. 273).

As instituições de EP devem, de acordo com as autoras, oportunizar condições para que os estudantes possam superar os desafios das relações desiguais e ações existentes para justificar as diversidades. Para Brenner e Carrano (2014), é necessário que as instituições sejam capazes de levar em conta as diferenças entre os indivíduos para obter igualdade e, também, que tratem tais diferenças de maneira personalizada em função de objetivos singulares e distintos entre si.

Uma das soluções encontradas é o sistema de cotas. O estudante cotista, por muitas vezes, pode ter sua situação de desigualdade invisibilizada por carecer, certamente, de acompanhamento, de discussões dos fenômenos de padrões sociais e educacionais excludentes, por momentos ignorados, mas conter suas históricas diferenças entre os grupos sociais, discriminados, por variadas questões que exigem serem estudadas, não menos relevantes sob o mesmo foco dentro da EPT.

Segundo nossa análise, os documentos carecem de diretrizes visando o acompanhamento, permanência e êxito do estudante cotista, bem como ignoram a divisão entre as classes sociais com seus interesses antagônicos, de modo que sugerem a possibilidade de conquistar a igualdade entre os trabalhadores assalariados por meio do acesso ao sistema de ensino. Sendo assim, incluir os denominados “vulneráveis” ou em situação de vulnerabilidade é uma questão de propiciar a todos igualmente ou de forma mais justa as condições necessárias para que possam competir seguindo as regras do mercado de trabalho. Não se discute a contradição desse direcionamento unilateral à inclusão educacional e os limites da conquista de uma formação humana emancipadora, criadora e crítica[...] (RATEKE, 2018, p.192, grifos no original).

Os cotistas da EP, em muitos casos, são oriundos das políticas de assistência ao estudante em vulnerabilidade social, os quais possuem sua garantia de vaga através de critérios e políticas públicas que abrangem o formato de acesso ao ensino escolar e a permanência, a partir de ações promovidas por auxílios. A atribuição desse

benefício passa por critério de seleção, e os quais, no caso da instituição aqui em análise, o IFSC, são captados pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS⁶). Este é um criterioso padrão de captação desses estudantes vulneráveis, constituído por um conjunto de valores, que caracterizam a situação de vulnerabilidade social do estudante atendido pela política de cotas, regulamentado pela Resolução CONSUP Nº 42/2017⁷. Diante desse aspecto, Finger (2020, p. 19) questiona:

que elementos o estudo avaliativo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), poderá fornecer no sentido de apontar caminhos na direção da defesa dos direitos dos discentes em situação de vulnerabilidade social?

A presença do estudante cotista é proveniente institucionalmente de movimentos sociais que clamam pela restituição de direitos à educação e ações favorecedoras ao acesso dos estudantes de baixa renda, em que boa parte da demanda é oriunda de escola pública. Esses compõem o cenário educacional graças a políticas públicas de inclusão, as quais, entretanto, ainda são insuficientes para alcançar de forma satisfatória em atender a essa demanda, garantindo a educação como direito de todos.

A política de cotas se caracteriza como uma possibilidade de superação das desigualdades. O sistema social tenta limitar essa superação, reproduzindo desigualdades de outras formas, no entanto, esta política, mesmo fazendo parte de um sistema que sofre violência simbólica, contribui para a promoção de modificações na estrutura da pirâmide social e educacional, pois uma vez que proporciona a elevação dos níveis sociais, esse movimento abre possibilidade para que aquelas pessoas que vivem em condições socioeconômicas menos favoráveis também sejam elevadas socialmente (SOUZA; BRANDALISE, 2017, p.515-538).

Esse processo implica em uma composição fortalecida por projetos internos da instituição, para alcançar o propósito de acesso à educação. Faz-se necessário um movimento de ação aparentemente frágil e que se apresenta como obstante, por se estabelecer sem muita garantia.

[...] os limites dessa mesma política, que não ataca o conjunto do sistema educacional brasileiro – pois não combate de modo universal as desigualdades e os bloqueios estruturais para a sua real universalização –, e concluímos que o sistema de cotas se reverte numa política eivada de discursos ideológicos, dado o fato de que encobre e ofusca a visão crítica que aponta a educação como direito de todos e a coloca a serviço de interesses

⁶ O IVS, regulamentado pela Resolução Consup nº 42/2017, é um índice que caracteriza a situação de vulnerabilidade social, calculado com base na renda e em agravantes sociais, e que pode ser usado como critério de acesso exclusivo ou associado em programas de assistência estudantil e/ou editais destinados aos estudantes do IFSC (IFSC, 2017).

⁷ Disponível

em:

https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/881763/consup_resolucao42_2017_aprova_criterios_IVS.pdf/7dfbc1_e6-aa30-23e0-8de6-2f6fa50bf1f5

imediatos de produção da existência sob a lógica do capital. O estudo demonstrou os limites do IFSC como instituição de excelência e comprometida com a inclusão escolar perante o sentido mais amplo da inclusão social numa sociedade de classes (RATEKE, 2018, p.15).

Isso se constitui como uma questão delicada por suas condições complexas e também relevantes ao contexto o qual, vem contemplando-se, pois se direcionam a um ponto de grande convergência ao se estreitaram na combinação de elementos e as semelhanças, entre os temas pertinentes, que exigem um olhar atento por equiparar a determinados problemas de âmbito político, ético, social fortemente tendenciosos quando estes seguem no mesmo caminho, assumindo suas carências de políticas educativas e adoção de meios e ações que combatam a rejeição, a privação, a desconformidade no ato de incluir. A situação clama por atitudes relevantes quando se trata de situações que requerem e exigem providências as quais possam amenizar os fatores de risco, insegurança, desigualdade, entre outros. Ao ouvir estudantes de baixa renda do IFSC-Florianópolis, campo deste estudo, Rateke (2018) observou existir, na visão desses estudantes, diferenças de rendimento e aproveitamento escolar entre cotistas e não cotistas. Segundo a autora, isso leva a um sentimento de inferioridade naqueles que não alcançam resultados positivos no processo

Então, [os estudantes cotistas] concluíam que os seus colegas de sala eram provenientes da rede privada de ensino e que esse fato os preparava para ter um desempenho acadêmico satisfatório no IFSC, encontrando menos dificuldades e acessando mais facilmente o ensino superior. Os jovens cotistas em vários aspectos trouxeram as diferenças entre os colegas do IFSC e os jovens que frequentavam suas antigas instituições, alegando que no IFSC os estudantes são mais interessados, focados, criativos e possuíam condições de custear uma escola particular, bem como apresentavam melhor base de conhecimento. [...] os estudantes acreditavam que a discrepância entre eles diminuía, ou seja, era mais perceptível nas primeiras fases do curso. [...], não é irreal essa percepção, uma vez que constatamos um menor rendimento escolar entre os estudantes cotistas. Segundo o servidor entrevistado do departamento de ingresso da instituição, a porcentagem de ingressantes de escolas particulares diminuiu nos cursos integrados com o sistema de cotas, mas ainda permanece significativa se considerarmos a existência da política (RATEKE, 2018, p. 176).

À medida que a desigualdade social se alastra, a população é afetada de diversas maneiras e isso pode diminuir a motivação na luta por mudanças. É preciso cuidado para não ser a educação, ou desprovimento da mesma, o indicativo de causa das desigualdades, dentro de todo um processo educacional envolvido por um poder que venha do fator econômico, das relações de força ou de classe. Por isso, as questões delicadas que se convergem vão de encontro à importância de se criar

possibilidades de mudanças sociais, atentando-se a um cenário constituído por diversas facetas sociais e suas particularidades, que necessita, também, de reflexões mais direcionadas à carência não somente sociais, mas às que elevam os sujeitos culturalmente. Pois, quando inseridos no sistema escolar eles vêm como elemento relevante para se tentar desvendar a excentricidade e, principalmente, as particularidades que circundam estes sujeitos que fogem dos padrões normais e revelam questões que implicam às desigualdades sociais. No caso específico do IFSC, de acordo com Rateke (2018):

para os estudantes [...], a instituição não trata os cotistas e os estudantes que ingressaram pelo acesso universal com diferença. Esse é um ponto positivo para os jovens. No entanto, o fato de não existir no IFSC nenhum trabalho específico ou pontual com os estudantes em dificuldade ou que tiveram trajetórias escolares descontínuas[...] pode ser avaliado pelos jovens como um mecanismo de exclusão e não reconhecimento (RATEKE, 2018 p. 228).

É importante ficar atento para não se permitir o surgimento de lacunas que levam ao desfavorecimento, à desvantagem, ao esquecimento, aos conflitos econômicos e à divisão social entre as classes no ambiente escolar. O sistema de cotas surge como uma luta em benefício desses sujeitos que pertencem às classes marginalizadas e que precisam de ajuda para ter acesso aos seus direitos, garantindo seu ingresso no sistema de ensino. “Assim, a política [...] de vagas por cotas se mostra de uma forma, muitas vezes possível, de inserção de alguns jovens da classe trabalhadora na educação profissional e tecnológica” (RATEKE, 2018, p. 255). Principalmente, quando se trata de contribuir com políticas sociais dentro da educação escolar, a fim de adotar uma postura comprometida com as situações de pertencimento, que requerem e exigem providências, as quais possam amenizar os fatores de risco, insegurança, diversidade cultural, desigualdade socioeconômica, entre outros.

Segundo Rateke (2018, p. 252), mesmo diante de muitos avanços listados pelos estudantes ouvidos em sua pesquisa, foram visíveis “[...] os limites do IFSC como instituição de excelência e comprometida com a inclusão escolar perante o sentido mais amplo da inclusão social numa sociedade de classes”. A autora exemplifica:

Documentos como o PDI e o Plano de Inclusão embasaram a resolução, assim como o Documento Referência para a Assistência Estudantil do IFSC, datado de 17 de novembro de 2010. A ação de maior impacto e visibilidade, bem como de emprego prático da política é o PAEVS, [...]. Os documentos internos do IFSC justificam as políticas de inclusão adotadas pela instituição

(IFSC, 2009; 2014), transparecendo o atendimento de um público-alvo sempre muito diversificado: mulheres, negros, indígenas, PCD, jovens e adultos, etc. (RATEKE, 2018, p.189).

Por fim, buscou-se, neste capítulo, trazer as bases iniciais que subsidiam a proposta de pesquisa aqui realizada. Isso posto, por se tratar de uma investigação a ser desenvolvida em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Médio Integrado, e, considerando a situação social dos sujeitos da pesquisa, jovens estudantes de cursos de nível médio de uma instituição da Rede Federal, a vulnerabilidade social será, portanto, o tema da próxima seção.

2.3 VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade social é uma temática que tem diferentes interpretações. Permeia uma população em processo de desvantagem social, principalmente quando se trata de condições econômicas.

Nesse sentido, a vulnerabilidade se refere a dadas condições desfavoráveis, remetendo às dimensões objetivas de exclusão social. Estar em vulnerabilidade social se expressa pela alteração ou diminuição da potencialidade de resposta frente às situações de risco ou constrangimento da vida. Quanto mais vulnerável for uma família, mais ela pode se expor a riscos. Os riscos comportam situações que podem afetar o bem-estar e a saúde de indivíduos, famílias, grupos e comunidades. As situações de vulnerabilidade social não prevenidas tendem a tornar-se uma situação de risco. Dessa maneira, os conceitos de vulnerabilidade social e risco remetem um ao outro e geralmente são abordados de forma conjunta (PAULON; ROMAGNOLI, 2018, p. 179).

A vulnerabilidade abre espaço para a suscetibilidade a fatores que privam o bem-estar individual, trazendo limitações de acesso a recursos no âmbito político, econômico e social. Encontrar-se em situação de vulnerabilidade social coloca o sujeito frente a fragilidades, comprometendo, inclusive, a integração social. “Para além das definições instituídas, podemos pensar como a vulnerabilidade se exerce no cotidiano, tanto de quem a vive como de quem trabalha diretamente com subjetividades ditas vulneráveis” (PAULON; ROMAGNOLI, 2018, p. 180).

Atender aos estudantes em vulnerabilidade social, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, demanda o trabalho de equipes multiprofissionais. Para Monteiro (2011, p.37):

[...] se atribui a vulnerabilidade a alguém, logo ao invés de se analisar a vulnerabilidade passa-se a olhar para o sujeito vulnerável. [...] numa perspectiva de culpabilização, numa perspectiva estigmatizante. Uma outra

concepção está sustentada na ideia de risco e de potencialidade, através do desenvolvimento de capacidades deste sujeito. Embora essa concepção se dê numa perspectiva mais ampliada, na medida em que considera elementos da realidade social como condicionantes do processo, também [...] não considera o caráter estrutural da sociedade capitalista, não problematiza a superação das suas contradições, na medida em que não as considera como produto das desigualdades sociais.

Cria-se, assim, uma perspectiva ao desenvolver ações direcionadas à regularização das normas de natureza pública, política, estrutural, educacional e social que demandam envolvimento e conhecimento para a execução de atividades em programas que possam fortalecer o acesso a bens e serviços. Esses, conseqüentemente, trazem em seu processamento atribuições e responsabilidades aos que convivem com o cotidiano de exercer os critérios estabelecidos por programas, resoluções e concessões de benefícios.

Entende-se que é necessário conhecimento e capacitação técnica dos profissionais para que estes possam atuar juntos no conjunto de atividades e ações que possam garantir o melhor desempenho na execução da série de tarefas e suas operações as quais precisam ser realizadas de forma eficiente. Para que o encadeamento de processos consiga interagir e se relacionar uns com os outros, e, estabeleça uma percepção de organização das atividades essenciais, agregando valor ao estudante e conseqüentemente à toda comunidade acadêmica da instituição. Compreendendo a relevância de se priorizar enquanto informação e conhecimento, os serviços prestados, para que estes ocorram de maneira conexa, permitindo uma visão funcional relevante a uma organização. E com isso, saber quais as carências de bens/serviços e demais demandas dentro da instituição clamam por um processamento de olhar mais atento, para que eles sejam satisfatoriamente realizados dentro dos processos institucionais de produção, atendendo à diferentes necessidades humanas. Entre eles, incluem-se as ações de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade. Os sujeitos que recorrem a esse atendimento são oriundos de processos discrepantes e antagônicos e de incompatibilidades existentes entres os variados grupos sociais. Quanto maior a diferença nos fatores educacionais, econômicos e sociais entre as classes, mais prejudiciais se tornam as situações condizentes à qualidade de vida.

Nem a literatura específica consegue unificar a significação do termo vulnerabilidade social.

Chamar este índice sintético de índice de vulnerabilidade social não foi uma escolha livre de problemas. Afinal, a expressão vulnerabilidade social tem sido amplamente utilizada na literatura acadêmica e oficial nos últimos anos, nem sempre com o mesmo significado, tendo se tornado bastante polissêmica (IPEA, 1990, p. 09).

De acordo com dados do IPEA (1990), é preciso considerar os vários cenários sociopolíticos, econômicos e sob diferentes perspectivas de análise. “Embora venha sendo discutida nos últimos anos, a expressão vulnerabilidade social não possui um significado único e consolidado na literatura” (IPEA, 1990, p. 10). Torna-se possível perceber, assim, limites nas avaliações de pesquisas que demonstrassem uma identidade com maior propriedade e identidade nas informações a respeito dos estudos realizados sobre vulnerabilidade e dos resultados de políticas já estabelecidas e sua trajetória histórica

Apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina (ABRAMOVAY, 2002, p.28).

Para que não se resumam a ações fragmentadas, o entendimento do conceito de vulnerabilidade social deve ser amplo. Deve prever a realização de ações que contribuam com a erradicação da pobreza, nos mais variados sentidos. A análise dessas ações permite avaliar assim como vem acontecendo a implementação das políticas sociais criadas para socorrer as necessidades conhecidas como básicas.

Nesse sentido, o enfoque de vulnerabilidade social constitui ferramenta válida para compreender a situação dos jovens, especialmente aqueles de camadas populares, e da sua relação com a violência já que, apesar de atualmente serem considerados os atores chaves do desenvolvimento, as estatísticas apresentam uma realidade muito menos festejada (ABRAMOVAY, 2002, p.31).

Por isso, conforme exposto por Abramovay (2002), ~~que~~ são questões delicadas que se convergem indo ao encontro da necessidade de se criar possibilidades de mudanças sociais, com a implementação de políticas que possam atuar como ações relevantes. Essas políticas públicas devem levar em conta o olhar dos atores em questão, em um espaço em que todos apresentem-se prontos a novas discussões que sustentem a efetivação de ações possíveis de elevar estes sujeitos culturalmente. O uso de indicadores, como o IVS, precisa assegurar o desmantelamento de um sistema que fortalece as desigualdades existentes entre grupos sociais, levando

aqueles em vulnerabilidade simplesmente à aceitação da sua condição de pobreza.

Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas (ABRAMOVAY, 2002, 28).

Tal fragilidade é decretada pela sensação de desamparo, acentuando o sentimento de desvalido e a circunstância de vulnerabilidade. Assim, esses sujeitos se encontram em situações instáveis, muitas vezes causadas pela má administração de recursos públicos, baixo investimento em programas culturais e de assistência e poucas oportunidades de acesso a atendimento de saúde, a uma moradia, à alimentação adequada, bem como à educação e ao estudo de qualidade, a uma família com renda alta e fixa etc.

Estudantes da EP em vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de famílias com renda baixa nas salas de aula das instituições da Rede EPT estão assegurados legalmente. A Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe que:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012).

Com o amparo em lei, muitos estudantes da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio são oriundos das políticas de assistência ao estudante em vulnerabilidade social, com garantia de vaga através de critérios avaliativos de permanência e políticas públicas de acesso ao ensino escolar, ingressando pelo sistema de cotas. No IFSC, eles são captados pelo Índice de Vulnerabilidade Social – (IVS), padrão de captação de estudantes vulneráveis, constituído por um conjunto de valores, que caracterizam a situação de vulnerabilidade social do estudante.

Para Finger (2020), o uso das variáveis do IVS dentro do IFSC passou a ser estabelecido no quadro das desigualdades socioeconômicas, no contexto das lutas por reconhecimento, acesso aos direitos e à justiça. De acordo com a autora, após processo de avaliação e discussões com assistentes sociais, foi apresentada proposta de uma nova resolução ao Comitê Gestor da Assistência Estudantil (CGAE) ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Posteriormente, a resolução foi

aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP) sob Nº 42, em dezembro de 2017, quando o IVS passou a ter regulamentação própria, desassociada do PAEVS, visando maior inclusão dos discentes em vulnerabilidade social a programas de intercâmbio, editais de concessão a auxílio para eventos, entre outros.

Destaca-se, mais uma vez, a importância da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando a ampliação de acesso aos jovens estudantes às salas de aula, tanto do IFSC, aqui em análise, quanto de outras instituições da Rede EPT. Neste contexto, Finger (2020) relata que esse processo de expansão ampliou consideravelmente o número de *campi*, cursos e vagas, bem como, a necessidade de ações de inclusão para acesso, demandando a regulamentação da Assistência Estudantil do IFSC, por meio da Resolução Nº 001/2010, respaldada pelo Plano de Inclusão do IFSC 1 2009/2013 e pelo decreto 7234/2010. Ambos, PAEVS e IVS, que possuem gerenciamento realizado por meio de sistema informatizado, desenvolvido internamente. Juntos, caracterizam a situação de vulnerabilidade social do estudante.

Manter a garantia dos direitos mínimos que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo e sua inclusão no processo educacional pode reduzir situações que venham a afetar a dignidade da pessoa humana.

As ações de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social permitem criar métodos que promovam condições de igualdade e liberdade de expressão, a partir das ações de políticas educacionais e sociais. Dessa forma, assegurando ao sujeito o respeito, a consciência do próprio valor; desde que consiga ter conhecimento e acesso ao que é seu por direito. Assim, ele pode atuar como protagonista na manutenção da sua integralidade, enquanto indivíduo com autonomia para tomar suas próprias decisões, estando apto a integrar-se em uma estrutura com atividades e demandas que atuem a favor dos direitos humanos, políticos, culturais e sociais, enquanto estudante.

[...] evidenciar em divulgar e socializar as ações e os programas que estão atualmente em vigor, para conhecimento dos alunos. As ações poderiam ampliar as expectativas e as possibilidades em participar do processo seletivo, principalmente, os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e convivem com diferentes modos de exclusão econômica e sociocultural e desejam ingressar no IFSC. Portanto, é fundamental que as escolas possam oferecer essas informações e encontrar caminhos para discutir as possibilidades de acesso, mas também conhecer a importância dos programas desenvolvidos pelo Instituto Federal durante o período de estudo no curso escolhido. [...] sobre o questionário socioeconômico, ao indagar como os candidatos foram informados do

processo seletivo do IFSC, os dados apontam uma forte interferência da família e de amigos, em seguida, participação da escola, ou após à visita ao IFSC e por último por meio de diferentes ambientes sociais como o trabalho, a igreja, o sindicato e outros. [...] revelando como os diferentes grupos sociais e as instituições colaboraram para divulgação dos processos seletivos do IFSC (RIBEIRO, 2020, p. 61).

Por se tratar de um grupo de indivíduos os quais necessitam de um olhar qualificado e específico, para cuidar de seus interesses, acabam exigindo uma demanda de recursos e dos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais -TAEs, que tratam deste tipo de assistência. No caso do IFSC, estudantes ingressantes no Ensino Médio Integrado em vulnerabilidade social podem participar do programa que acompanha este sujeito com

as ações e os programas que compõem a assistência estudantil no IFSC dividem-se nas formas de atendimento universal e atendimento a estudantes em vulnerabilidade social. O atendimento a estudantes em vulnerabilidade social é específico e desenvolvido por meio do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS, regulamentado em 2014 pela Resolução nº 47 e alterada em 2017 por meio da Resolução CONSUP Nº 41, vigente até o momento (FINGER, 2020, p.33).

Com isso, entende-se que é preciso compreender a relevância das questões que estão associadas ao atendimento do estudante em vulnerabilidade social, para tornar possível contemplar e constatar os momentos que passam por transformações nas suas normas e valores. Esses influenciam na construção social de uma sociedade, dentro de determinado momento histórico, porque estão submetidos às questões de políticas neoliberais, do Banco Mundial, da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) a partir das políticas de financiamento da educação, que constituem como instrumento de gestão e controle financeiro dos gastos públicos, dentro desse cenário, em que o andamento de parte do financiamento é atribuído ao atendimento do estudante carente dentro do processo educacional, como o PAEVS. Para Spricigo (2016), este processo apresenta-se como uma alternativa aparente, a qual o PAEVS funciona como um recurso de relevante coesão social e de harmonização, mas como forma de maquiar as incompatibilidades e incongruências existentes nas estruturas educacionais e, em seu contexto de atuação, o qual impossibilita a perspectiva de emancipação social. Por isso, o autor afirma que

[...] o PAEVS é pautado essencialmente pela lógica de serviço e não de direito, o que traz à tona sua instabilidade, que ora garante a “permanência” do aluno e ora o exclui devido a inúmeros aspectos que condicionam o recebimento e continuidade dos benefícios, pois não há como contemplar

todos de que dele necessitam. Assim, não é um programa universalizado, mas limitado a ações focalizadas. A esse respeito, Costa (2010), pesquisando o histórico da Assistência Estudantil no país, identifica que esta sempre foi pautada por ações pontuais, descontínuas e com falta de recursos (SPRICIGO, 2016, p. 185).

Por se tratar de um tema amplo, a reflexão acerca da vulnerabilidade social precisa, segundo Finger (2020), estar relacionada com o debate acerca da assistência estudantil. Para a autora:

qualquer análise que se pretenda criticar não pode dissociar as desigualdades sociais de suas determinantes estruturais e a assistência estudantil, enquanto política pública educacional precisa ser situada no contexto da educação enquanto direito, especialmente num momento crucial como este, de uma pandemia, que também coloca em relevo, além da saúde, a urgência de se contemplar outros direitos (FINGER, 2020, p.23).

Acredita-se que se trata, aqui, do desejo de indivíduos com fragilidade e privação socioeconômica que precisam de atendimento adequado em um ambiente de aprendizado. Muitas vezes, por si, procuram investir em oportunidades para se sentirem aceitos e criarem vínculos afetivos, e assim, talvez consigam relacionar-se com o outro numa perspectiva positiva e de ambiente favorável.

[...] o jovem não é algo “por natureza”. Como parceiro social, está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações; tem, então, o modelo para sua construção pessoal. Construídas as significações sociais, os jovens têm a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual (BOCK, 2007, p.68, grifos no original).

É preciso estabelecer ações por meio das quais o indivíduo possa ter sua participação e, ao mesmo tempo, agir de forma consciente durante suas escolhas, aplicando suas vontades e atuando com liberdade; com conhecimento da dimensão do cenário que este constitui. Enquanto sujeito inserido em uma estrutura vinculada a organizações públicas, a interesses do poder político e econômico, tem o direito de ser agente da sua história. Essas questões estão diretamente relacionadas com o comprometimento de todos os profissionais envolvidos com a questão da educação em querer desenvolver uma negociação séria e efetiva com a qualidade dessa educação, com a construção de uma socialização baseada na participação e integração do sujeito na escola. Esse é um caminho para a diminuição das desigualdades, dos danos socioculturais e da condição de vulnerabilidade.

[...] a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por

desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011, p.34).

Observa-se, com o percurso feito neste capítulo, que a Educação Profissional e Tecnológica integra sujeitos de diferentes classes econômicas, níveis culturais e trajetórias educacionais precedentes ao ingresso nos cursos, especialmente aqueles do EMI. Entre eles, estão aqueles que só ingressam na rede por meio do sistema de cotas. Com o apoio desse embasamento conceitual, apresentamos, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos que guiaram a presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa são elementos fundamentais que constituem a linha de trabalho, delineando todo o processo. Considera-se que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.11), “[...] método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados”.

Este trabalho segue os preceitos da abordagem qualitativa (GIL, 2008), por buscar entender os fenômenos que envolvem o cotidiano de estudantes da EPT, de forma a analisar bem mais do que dados quantitativos, a realidade dos sujeitos envolvidos no processo. De acordo com Gil (2008):

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (GIL, 2008, p. 55).

Ainda, Bogdan e Biklen (1994) destacam que os estudos de abordagem qualitativa permitem a incorporação das pesquisas e seus resultados na prática educativa. Como forma de estabelecer essa relação, os autores relatam que

em primeiro lugar, pode ser utilizada pelos indivíduos (professores, outros agentes educativos e conselheiros) que têm contato direto com os clientes (nas escolas os clientes são os alunos) para se tornarem mais eficazes. Em segundo lugar, quando a abordagem qualitativa começa a fazer parte do treino dos futuros professores, facilita-lhes o tornarem-se observadores mais atentos do meio escolar como um todo, auxiliando a transformar a sua formação num esforço mais consciente. Por último, a investigação qualitativa pode ser incorporada no currículo da escola, no sentido dos próprios alunos começarem a efetuar estudos baseados em entrevistas e na observação participante (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 285).

Em relação aos instrumentos empregados para a coleta de dados junto aos sujeitos desta pesquisa, estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que cursam o Ensino Médio Integrado no IFSC-Florianópolis, fez-se uso, inicialmente, de análise documental. Conforme Gil (2002), “Podem-se identificar pesquisas elaboradas baseadas em fontes documentais as mais diversas, tais como: correspondência pessoal, documentos cartoriais, registros de batismo, epitáfios, etc.” (GIL, 2002, p. 46). Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 56),

entendemos por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico). Todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas suas garantias e o valor de seu conteúdo. Normalmente, ela é aplicada apenas às fontes primárias e compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem.

Além disso, Gil (2002, p. 46) explica que a pesquisa documental apresenta como vantagens entre as estratégias de coleta de dados o fato de que os documentos “[...] constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

Uma segunda etapa da pesquisa se caracterizou como aplicada. Prodanov e Freitas (2013) argumentam que durante a investigação se traz informações que “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51). Este estudo partiu da interrogação direta das pessoas tidas como público-alvo, solicitando informações ao grupo, por meio da gravação de entrevistas. Essa estratégia metodológica permite ao pesquisador, durante o processo investigativo, criar interação com os sujeitos investigados, observar os fatos/fenômenos e contribuir com atividades compartilhadas, entre os agentes culturais envolvidos com a produção do conhecimento. Nessa perspectiva metodológica, leva-se em consideração o grupo a ser estudado, tendo como objetivo contribuir com o processo de desenvolvimento das ações que poderão intervir de alguma forma, no movimento dessa comunidade educacional. Explicamos, na sequência, a caracterização da pesquisa.

O público-alvo deste trabalho foi constituído por estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que frequentam o Ensino Médio Integrado no IFSC-Florianópolis e passaram pelo atendimento do Setor de Saúde. Partiu-se do levantamento do total de estudantes nessa condição, a partir do repositório institucional com arquivos de bases de dados. Foram analisadas informações constantes em planilhas eletrônicas, do sistema de controle de registros com armazenamento de dados de estudantes que procuram os serviços de atendimento sucedidos dentro do Setor de Saúde, da atual instituição-alvo da pesquisa.

Em uma etapa preliminar de coleta de dados, foi possível acessar algumas informações a respeito dos cursos e os respectivos estudantes da EPTNM e analisar dados documentados, referentes às intercorrências que os levam à procura dos serviços do Setor de Saúde. No Quadro 3, mostra-se o número de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressantes no EMI do IFSC-Florianópolis, em três cursos da EPTNM: Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. São esses os cursos os quais se encontram vinculados em maior percentual os estudantes que procuram o Setor de Saúde⁸. Foram computados e estão apresentados no quadro os dados referentes a 2018/01-02, 2019/01-02 e 2020/01-02. Esses dados foram extraídos do sistema de cadastro do processamento de informações do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), disponibilizadas via ISAAC⁹ - Sistema de Registro Acadêmico Eletrônico do *Campus*.

Quadro 3 - Estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressantes do EMI do IFSC-Florianópolis

Curso	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2
Eletrotécnica	20	18	20	20	19	19
Edificações	11	11	10	10	11	13
Saneamento	11	11	10	11	12	11

Fonte: Elaborado pela autora

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) contém em seu sistema de gerenciamento de informações e processamento dados referentes aos auxílios disponibilizados aos ingressantes cotistas em vulnerabilidade social, com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. De acordo com Finger (2020):

O maior número de IVS emitidos foi em 2018 e um dos motivos desse aumento pode ser o fato de que até 2017 a validade do IVS era de 1 ano e posteriormente passou para dois anos, assim sendo, os IVS solicitados até 2017 tiveram que ser reavaliados em 2018 e passaram a ter validade até 2020, o que também explicaria a redução em 2019. Mesmo assim os números são altos, o que pode ser um reflexo do agravamento das questões sociais nos últimos anos (FINGER, 2020, p.46).

⁸ O *campus* Florianópolis do IFSC conta ainda com os cursos integrados de Química e Eletrônica.

⁹ Em 2018 o IFSC implementou em substituição ao sistema informatizado ISAAC o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). No SIGAA, os dados acadêmicos dos estudantes e as informações sobre o acesso, ou seja, por qual cota o estudante cotista acessou a instituição, estão amplamente disponíveis a todos os servidores do IFSC (RATEKE, 2018).

Contudo, quando um curso possui mais vagas do que outros, não significa que este contenha, proporcionalmente, um número maior de estudantes cotistas; mas sim, um número mais elevado nas vagas de forma geral. Esses números variam um pouco, a depender da dinâmica de ocupação das vagas. Os quadros 4, 5, 6 e 7 mostram a quantidade de estudantes, por curso, que mais procuraram o Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis durante o período letivo de novembro de 2018 a fevereiro de 2020 (exceto o mês de janeiro), com foco nos cursos de Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. Os meses de janeiro de 2019 e janeiro de 2020 não possuem registros de atendimentos, por não haver atividades letivas no *campus* no período, conforme definido no calendário acadêmico letivo. O recorte temporal, aqui brevemente estabelecido, está baseado em fontes de informações com registros cadastrados eletronicamente no sistema informatizado do Setor de Saúde, que somente passaram a ter registros de suas bases de dados tecnologicamente a partir do ano de 2018. Por conta da pandemia da Covid-19, foi necessário cumprir as regras do plano de contingência sanitária, seguido do fechamento do *campus*. Dessa forma, nesse período – 2020 e 2021, foi impossível a obtenção de dados via acesso de material documental com informações mais específicas referentes às ocorrências de ordem setorial.

Durante a pesquisa, buscou-se investigar as causas que levam a procurar atendimento no Setor de Saúde do *Campus* Florianópolis. Com base nas informações disponibilizadas nos sistemas consultados, a partir de 2019, a partir dos dados nos quadros os quais apresentam as seguintes informações: sexo, cursos do EMI e o número de ocorrências, durante um período de dezesseis meses, extraídos do sistema de registro de dados informatizado do Setor de Saúde. Abaixo, os quadros 4 e 5, representando numericamente os cursos que manifestam maior procura, na busca dos serviços prestados no Setor de Saúde do *campus* em questão.

Quadro 4 - Estudantes atendidos no Setor de Saúde - IFSC *Campus* Florianópolis em 2019

Curso	Nov 18	Dez 18	Jan 18	Fev 19	Mar 19	Abr 19	Mai 19	jun 19
Eletrotécnica	24	07	00	24	40	48	42	36
Edificações	30	20	00	17	58	36	34	38
Saneamento	28	07	00	23	30	89	45	36

Fonte: elaborada pela autora¹⁰

Quadro 5 - Estudantes atendidos no Setor de Saúde - IFSC Campus Florianópolis em 2020

Curso	Jul 19	Ago 19	Set 19	Out 19	Nov 19	Dez 19	Jan 20	Fev 20
Eletrotécnica	07	34	68	38	37	16	00	28
Edificações	10	56	74	48	52	10	00	08
Saneamento	05	36	81	49	47	11	00	13

Fonte: elaborada pela autora¹¹

Quadro 6 - Atendimentos realizados no Setor de Saúde de acordo com o gênero feminino (f) e masculino (m) no ano de 2018

Mês / Ano	Nov 18	Dez 18	Jan 19	Fev 19	Mar 19	Abr 19	Mai 19	Jun 19
Gênero	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
Eletrotécnica	11 13	04 03	00 00	04 14	21 19	19 29	22 15	10 17
Edificações	18 12	09 11	00 00	13 04	41 17	30 06	47 05	37 06
Saneamento	21 07	07 00	00 00	21 03	26 04	73 16	29 16	32 04

Fonte: Quadro elaborada pela autora¹²

Quadro 7 - Atendimentos realizados no Setor de Saúde de acordo com o gênero feminino (f) e masculino (m) no ano de 2019

Mês / Ano	Jul 19	Ago 19	Set 19	Out 19	Nov 19	Dez 19	Jan 20	Fev 20
Gênero	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
Curso								

¹⁰ Quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema de cadastro e controle de informações de atendimentos, via planilhas disponibilizadas pela Coordenadoria do Setor de Saúde - IFSC - Campus Florianópolis. Em 28 de Nov. de 2021.

¹¹ Quadro 2 e 3 constituídas para elaboração deste trabalho de pesquisa, com base nos dados extraídos do sistema de cadastro e controle de informações, via planilhas disponibilizadas pela Coordenadoria do Setor de Saúde - IFSC - Campus Florianópolis. Correspondente aos respectivos cursos do EMI: Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. Pesquisa em: 28 de Nov. de 2021.

¹² Quadro 4 e 5 construídos para elaboração deste trabalho de pesquisa, com base nos dados extraídos do sistema de cadastro e controle de informações via planilhas disponibilizadas pela Coordenadoria do Setor de Saúde - IFSC - Campus Florianópolis. Correspondente aos respectivos cursos do EMI: Eletrotécnica, Edificações e Saneamento. Levando em consideração o quesito gênero: Feminino e Masculino. Pesquisa em: 28 de Nov. de 2021.

Eletrotécnica	07 00	15 19	18 50	28 10	15 22	08 08	00 00	11 16
Edificações	08 02	39 17	49 25	40 08	40 12	05 05	00 00	05 03
Saneamento	05 00	28 08	55 26	35 14	40 07	09 02	00 00	10 03

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Inicialmente, pretendíamos ouvir 20 estudantes com o perfil estabelecido para a pesquisa. Para a localização dos estudantes, foram consultados os dados do sistema de cadastro do processamento de informações do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), disponibilizados via ISAAC - Sistema de Registro Acadêmico Eletrônico do *campus*, que possui em seu arquivo registros referentes ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Ali, estão cadastradas as informações e processamento de dados a respeito dos auxílios disponibilizados aos ingressantes cotistas em vulnerabilidade social. Esse sistema é responsável pelo controle dos dados presentes em planilha, documentalmente distribuídos de forma sistemática, através do sistema de cadastro do IVS, o qual é temporariamente alimentado com os dados pessoais dos estudantes cotistas.

Com os dados em mãos, foi evidenciar que os estudantes dos cursos de Edificações, Eletrotécnica e Saneamento, que cursaram durante os semestres 2018/01-02, 2019/01-02 e 2020/01-02, apresentaram número maior e de forma mais significativa na procura por atendimento entre os cursos de EMI no Setor de Saúde do *Campus*. Relevante ressaltar que existe, dentre esses números apresentados, a reincidência de procura pelo setor, com mais de um atendimento ao mesmo estudante, no mesmo dia, apresentando os mais diversos acometimentos.

Na busca pelos estudantes para participação na pesquisa, foram usados como critérios de inclusão:

- Estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que frequentam o Ensino Médio Integrado do IFSC- Campus Florianópolis;
- Fator gênero (feminino/masculino);
- Os cursos com maior número de ocorrências no Setor de Saúde, durante o período letivo;
- Estudantes registrados no gerenciamento de cadastro estatístico do IVs.

Foram adotados os seguintes critérios de exclusão:

- Estudantes não cotistas, que não se encaixam no atendimento aos critérios.
- Não aceitação na participação da entrevista, por parte dos estudantes contatados;
- Estudantes que não se encaixam no critério de vulnerabilidade socioeconômica e não possuem registros no cadastro estatístico do IVs;
- Os cursos com baixa ocorrência de procura pelo Setor de Saúde.

Após uma insistente busca pelo agendamento das entrevistas, seguindo a listagem daqueles atendidos, foi possível o efetivo agendamento e gravação das entrevistas com oito estudantes (especificações sobre esses sujeitos estão presentes no próximo capítulo, de Análise e Discussão dos Resultados da pesquisa).

Em relação ao correto aproveitamento e armazenamento dos dados, a pesquisadora providenciou, antecipadamente, a solicitação de autorização para realizar a pesquisa e apresentar os resultados deste estudo, em eventos acadêmicos, com possíveis publicações em revistas científicas nacionais e/ou internacionais¹³. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo absoluto, atendendo ao que preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018).

Os procedimentos metodológicos adotados obedeceram aos preceitos éticos implicados em pesquisas envolvendo seres humanos, conforme normatizado pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais¹⁴, a qual que dispõe que:

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, [...] Capítulo I [...] Art. 2º Para os fins desta Resolução [...] XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e

¹³ O Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido desta pesquisa encontram-se nos Apêndice 4 (maior de idade) e 5 (menores de idade).

¹⁴ Pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e ainda se encontra sob análise.

políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção [...] (BRASIL, 2016).

Esta resolução reúne em seu conteúdo uma relação ordenada de ações de interesse estético, cultural, social, científico, político, econômico; reportando-se a elementos relevantes à ética, e contempla cuidados aplicáveis nos estudos com pesquisas humanas e sociais.

Apresentado o percurso metodológico da pesquisa, no próximo capítulo, seguiremos para a análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO RESULTADOS

A presente pesquisa, como já explicitado, teve como objetivo geral identificar qual o melhor fluxograma de atendimento do Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis, a partir das análises dos principais motivos que levam os estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica que frequentam o Ensino Médio Integrado do IFSC-Florianópolis a procurarem esse setor, propondo novos fluxos por meio do desenvolvimento do produto educacional. Considerando o propósito central do estudo, iniciamos este capítulo com uma breve descrição do contexto de desenvolvimento da pesquisa.

O ambiente em questão é o Setor de Saúde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - *Campus* Florianópolis, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Mauro Ramos, 950, Centro, CEP. 88020-300, com CNPJ nº. 11.402.887/0002-4. O Setor de Saúde está situado na Ala B 010 do Bloco B. Na estrutura operacional, o Setor de Saúde encontra-se alinhado aos objetivos organizacionais do Departamento de Infraestrutura e a Coordenadoria de Saúde, sendo o corpo clínico constituído por um profissional da área médica; o serviço de odontologia composto por dois odontólogos e o serviço de Enfermagem constituído por cinco profissionais da área de enfermagem. Após o Reitor em exercício, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve, a partir do Art. 2º, autorizar que os servidores acima citados, aqueles passam a atuar na coordenadoria do Setor de Saúde do *Campus* Florianópolis, durante o exercício profissional de forma flexibilizada. Assim, ~~seguindo~~ seguem com o objetivo do setor em prestar serviços e promover ações de saúde para discentes e servidores do *Campus*, dando prosseguimento ao artigo 3º, o qual refere os serviços a serem prestados:

- Realização dos encaminhamentos necessários de acordo com as intercorrências e atendimentos de emergência e urgência de discentes, docentes e servidores caso ocorram;
- Dispensa das aulas aos discentes impossibilitados de praticar atividades acadêmicas por motivo de saúde e comunicar o fato ao departamento acadêmico competente;
- Encaminhamento interno para atendimento especializado de discentes que assim necessitarem ou que forem portadores de problemas psicossociais;

- Exame, identificação e tratamento clínico e/ou cirúrgico das doenças bucais mais prevalentes;
- Ações de promoção, proteção e educação em saúde bucal;
- Atendimento em situações de urgências e emergências odontológicas;
- Realização de exames admissionais de servidores efetivos e substitutos;
- Exames periódicos de servidores;
- Realização de exame admissional de discentes PCD;
- Visto de atestados externos de discentes e de docentes substitutos;
- Avaliação e diagnósticos possíveis de patologias apresentadas com a consecutiva orientação terapêutica adequada;
- Pré-atendimento de discentes e servidores com sofrimento psicológico;
- Orientação dos pais de discentes para devidas providências com relação a serviços especializados em Saúde;
- Orientação sobre Autocuidados com a saúde de discentes e servidores;
- Prescrição e administração de medicamentos;
- Realização de atividades de assistência de enfermagem, como: verificação de sinais vitais, curativos, nebulização, glicemia capilar periférica, aplicação de calor e frio, retirada de pontos, verificação de medidas antropométricas, entre outras. Em casos de intercorrências mais graves com discentes, realiza-se contato com o familiar ou responsável;
- Orientações básicas de promoção à saúde e prevenção de doenças;
- Assistência e orientação de discentes no aspecto de saúde e higiene dentro das dependências escolares e outros temas pertinentes à formação plena e cidadã.

Atendendo o Processo no. 23292.039957/2019-32; a necessidade de atendimento ao público de forma ininterrupta por pelo menos doze horas e nos três turnos de funcionamento do *Campus* Florianópolis; considerando solicitação da chefia imediata e manifestação da direção-geral, em que a proposta atende aos dispositivos da IN - Instrução Normativa nº 11/2018/IFSC; conforme Portaria do Reitor Nº 3735, de 19 de dezembro de 2022¹⁵.

A estrutura física atualmente se encontra em processo de reforma, contando com espaço de recepção pré-atendimento; almoxarifado; dois consultórios odontológicos; uma sala de repouso; um consultório médico; dois banheiros

¹⁵ Informação acessada através do boletim de serviço IFSC - 19/12/2022 <https://sipac.ifsc.edu.br/public>

exclusivos do setor (um feminino e um masculino); uma sala para enfermagem; uma de utilidades; uma de triagem e uma de expurgo. A Figura 3, a seguir, apresenta a planta da reforma que no momento está sendo realizada na estrutura física do setor, de modo a melhorar a distribuição do espaço de atendimento.

Quanto à organização dos trabalhos realizados pelos profissionais que atuam no setor, o diálogo entre os envolvidos e a abordagem do atendimento podem vir a dirimir as angústias apresentadas, principalmente pelo público jovem de estudantes do Ensino Médio, que surgem no setor com suas incertezas em relação ao espaço escolar, o qual frequentam e onde o outro deve ser reconhecido com respeito, cuidado e ética. Essa é uma questão crucial no processo investigativo da pesquisa, pois, quando este estudante procura por atendimento no Setor de Saúde, pode ser um sinal de que algo não vai bem no seu cotidiano e no seu ambiente acadêmico.

Figura 1 - Planta baixa da reforma e ampliação do Setor de Saúde do Campus Florianópolis



Fonte: IFSC - *Campus* Florianópolis

Não há, na instituição, qualquer documento que formalize a avaliação do Setor de Saúde, nem mesmo através da CPA - Comissão Permanente de Avaliação¹⁶. O

¹⁶ A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos

campus não conta com uma comissão local interna para aplicar a avaliação das unidades organizacionais (UO) que o constituem:

O *campus* Florianópolis não constituiu comissão local e, conseqüentemente, não teve relatório produzido. Ressalta-se que a ausência do relatório não impactou a quantificação das respostas aos itens de avaliação, uma vez que a pesquisa, em si, foi normalmente realizada em todas as unidades organizacionais do IFSC (IFSC, 2022, p. 51).

A pesquisa foi realizada com os estudantes do Ensino Médio Integrado que participam do cadastro no PAEVS, vinculados ao índice de vulnerabilidade socioeconômico (IVS). Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, o universo de participantes que constituem o público-alvo da pesquisa, foram preteridos inicialmente vinte estudantes em vulnerabilidade social do EMI, com cadastro no IVS, doze agendados/confirmados e, desses doze, quatro estudantes não compareceram no ato da entrevista, sendo uma do curso de Edificações ingressante em 2016/1, outra Saneamento ingressante em 2022/2, outros dois do curso de Eletrotécnica ingressante em 2016/2 e 2018/2. Ao final do processo, somente oito aceitaram participar.

Vale destacar, desde já, que mesmo sendo uma amostra bem menos representativa do que o esperado, esses estudantes apresentaram respostas de proporção ampla a ponto de abranger a todos os questionamentos trazidos à pesquisa. O método de busca foi planejado minuciosamente para que de forma bastante atenta e minuciosa tornasse possível captar um grupo significativamente singular, em sua particularidade e em seu perfil, o qual determinantemente o elegeu como público alvo. Levando em consideração, principalmente, o desejo e a vontade deste público jovem de ser parte desta pesquisa:

- providenciou-se o acesso a uma planilha com todas as informações possíveis referentes aos dados dos estudantes cadastrados no IVS;
- contato com os estudantes da coordenação de arte, teatro, dança e orquestra;
- estudantes bolsistas que manifestaram interesse voluntariamente de participar da pesquisa;
- outros estudantes participantes que, por iniciativa própria, realizaram

campus, Reitoria e centro de referência. Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFSC. Fonte:

contato via *whatsapp* com a pesquisadora, por indicação de colegas que faziam uso, também, do mesmo auxílio: PAEVS e IVS.

Dessa forma, foi possível realizar contato com os estudantes que ainda permaneciam ativos no IVS, mesmo no final de suas fases dos cursos. Todas as entrevistas foram realizadas por meio da plataforma virtual *Google meet*. A opção inicial era a de realização das entrevistas na modalidade presencial. Entretanto, pelo fato de a que fez a apreciação ter ocorrido apenas no mês de dezembro de 2022, quando os cursos do EMI já haviam dado início ao seu período de férias, foi preciso mudar a estratégia.

Vale registrar, ainda, o fato de que quatro estudantes manifestaram interesse de participar da entrevista, mas, no momento exato agendado para entrar na sala do *meet*, não compareceram. Foram realizadas mais algumas tentativas de contato com os mesmos estudantes, todas sem sucesso. Alguns retornavam e justificavam a ausência, mas não se submetiam à entrevista. Outros simplesmente não realizavam mais qualquer tipo de contato e nem justificavam. Então, seguia-se com o trâmite na busca de novos estudantes, chegando a doze confirmações, mas com quatro desistências, como já explicitado.

Relatamos, também, o caso de uma estudante a qual frequentou o curso de saneamento e entrou em contato via indicação de colegas, por *whatsapp*, externando o interesse de participar da entrevista. Entretanto, no momento de iniciar a gravação, a mesma alegou não conseguir entrar na sala, por não estar se sentindo bem nem apta a falar. Referiu estar “em um momento difícil, em depressão, fazendo uso de medicamentos controlados, enfrentando bastante resistência em conectar-se com as pessoas. Dificuldade para dormir, principalmente à noite. Buscando encontrar forças e meios de ficar bem, para poder conversar e poder participar da pesquisa”¹⁷.

¹⁷ Trata-se este de um trecho transcrito durante conversa por *whatsapp* com a estudante, a qual havia pronunciado voluntariamente, seu desejo em participar da pesquisa. Cujos dados pessoais são omitidos para preservação da identidade. Seguindo procedimentos metodológicos obedecendo aos preceitos éticos implicados em pesquisas envolvendo seres humanos, conforme normatizado pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis; reportando-se a estudante, atendendo aos elementos relevantes à ética, contemplando os cuidados aplicáveis nos estudos com pesquisas humanas.

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: O ATENDIMENTO EM SAÚDE NO IFSC-FLORIANÓPOLIS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COTISTAS

Ao fazer uma análise das publicações sobre atendimento em saúde nos institutos federais de educação, Carvalho *et al.* (2022) observaram que, em grande parte das instituições, os profissionais que atuam na saúde não possuem formação específica em Saúde Escolar, sendo selecionados a partir de concursos públicos que exigem formação generalista. Os autores destacam a importância de que os estudantes dos IFs sejam ouvidos quanto a esse atendimento:

Nessa perspectiva, é salutar compreender as impressões dos estudantes sobre o serviço de saúde desenvolvido dentro dos IF a fim de instrumentalizar os profissionais na construção de uma proposta de trabalho com ênfase na proteção, prevenção e promoção à saúde (CARVALHO *et al.*, 2022, p. 237).

É este o ponto principal desta pesquisa: procurar mostrar o que os estudantes têm a dizer acerca do atendimento no Setor de Saúde entendendo sobre os aspectos que, por um lado, levam-nos ao adoecimento, e, por outro, influenciam na saúde durante o período de vida escolar no EMI. Assim, foram contatados doze estudantes, considerando que o efetivo durante o processo interrogativo foram oito, os quais no quadro a seguir mostra qual o perfil de cada um destes entrevistados, durante período em que ocorreram as entrevistas efetuadas, em janeiro e fevereiro de 2023.

Quadro 8 - Perfil identitário dos entrevistados

Entrevistado	Curso	Gênero	Idade	Período	Situação	Fase
EEL1 ¹⁸	Eletrotécnica	Feminino	23 anos	2017	Cursando	7ª fase
EEL2	Eletrotécnica	Feminino	26 anos	2014 a 2018	Concluiu	-
EEL3	Eletrotécnica	Masculino	16 anos	2021	Cursando	3ª fase
EEL4	Eletrotécnica	Masculino	19 anos	2020	Cursando	5ª fase
EEL5	Eletrotécnica	Masculino	25 anos	2012 a 2015	Concluiu	-
EEL6	Eletrotécnica	Feminino	21 anos	2018 a 2021	Concluiu	-

¹⁸ A fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, eles são apresentados pelas iniciais E (Estudante), seguida, a depender do caso, pelas iniciais dos cursos integrados que frequentam, sendo EL (Eletrotécnica), ED (Edificações) e S (Saneamento Básico); na sequência, os números seguem a ordem de gravação das entrevistas.

ESA1	Saneamento	Não binário	19 anos	2019 a 2022	Concluiu	-
EED1	Edificações	Feminino	18 anos	2022	Cursando	6ª fase

Fonte: Autoria própria

Dos oito estudantes ouvidos, seis são do curso de Eletrotécnica, um cursa Saneamento Básico e o outro Edificações. A diferença entre os cursos não compromete a análise, considerando que os aspectos abordados dizem respeito da saúde dos estudantes do EMI, como um todo. Temos uma equivalência entre estudantes cursistas e concluintes. Vale lembrar que os cursos de EMI do IFSC têm uma duração de quatro anos e as entradas são semestrais.

Quanto ao gênero, dos estudantes ouvidos, 04 indicaram gênero feminino, 03 masculinos e 01 não-binário¹⁹. Quanto à idade, a faixa etária dos entrevistados está entre 16 e 26 anos. De modo geral, não se observam discrepâncias entre o perfil etário esperado para o público do Ensino Médio e aquele identificado entre o grupo, com exceção, de forma mais evidente, do caso da estudante EEL2, que atualmente com 26 anos, concluiu o curso em 2018, portanto, com 21 anos. Quanto à trajetória de formação, a estudante EEL1, com 23 anos de idade e cursando a sétima fase do curso, afirmou ter trancado a matrícula por um tempo, devido à necessidade de trabalhar. Ela retornou à instituição com o fim da pandemia, quando foi selecionada como estagiária em uma empresa de segurança eletrônica. A incidência de reprovações também compromete a conclusão do EM dentro da faixa etária prevista, como veremos na seção 4.1.1 deste trabalho.

Quanto ao local de moradia, dos oito entrevistados, quatro residem em Florianópolis, dois em São José, um em Palhoça e outro em Biguaçu, todos, portanto, na região da Grande Florianópolis, a uma distância máxima de 30 quilômetros entre a sua residência e a instituição escolar. Todos, portanto, indicaram usar o transporte coletivo (ônibus) para chegar à instituição. Quanto ao grupo familiar, cinco estudantes moram com pai e mãe e três deles apenas com a mãe. Nenhum dos entrevistados tem dependentes, mas todos descreveram a importância da bolsa do PAEVS para a contribuição nas despesas familiares.

¹⁹ O termo Não-binário ou identidade não binária traz essa nomenclatura para identidades de gênero, referindo-se, assim, às pessoas que não se sentem exclusivamente pertencentes ao sexo masculino ou feminino. Ou seja, a expressão de gênero não se limita nem ao masculino e nem ao feminino. Fonte <https://www.significados.com.br/nao-binario/>

Um exemplo é o de EEL3. Trabalhado como jovem aprendiz, explica que o auxílio PAEVS permite auxílio financeiro para as despesas da casa, em um núcleo constituído por ela, a mãe e o padrasto. EEL4 conta que levou um ano, após o ingresso na instituição, para entrar para o PAEVS, sobre o qual tomou conhecimento por meio da Coordenação Pedagógica do *campus*. Atualmente, vive do auxílio e de bicos e ajuda da mãe. Reside com familiares (mãe, irmão, avó e tio). Trancou o curso durante a pandemia por depressão e retornou, cursando agora a quinta fase. Já o estudante EEL5 conta que ficou sabendo do programa através do Grêmio Estudantil. Ele levou três meses para receber o auxílio, com o qual complementa a pensão recebida do pai para auxiliar nas despesas da casa, na qual vive com a mãe e um irmão. A aluna EEL6 conseguiu receber auxílio em seis meses, soube do PAEVS através de uma amiga e a coordenação pedagógica, vive do auxílio e reside com os pais.

Dos oito, apenas o EEL4 relatou sentir certo preconceito por ser cadastrado no IVs e fazer uso do auxílio. Cujo o objetivo é formalizar como estes estudantes apresentam seus sinais e sintomas. Vejamos um trecho de seu relato:

A gente vê no IFSC muito a questão de: “- Ah! Você recebe auxílio?”
Fica aquela questão de as pessoas deixarem no ar, sabe!
Tem um certo preconceito, não vou mentir, que existe um certo preconceito. Entre os próprios alunos têm, digamos assim! Porque eu lembro que quando eu era chamado na coordenadoria pedagógica, eles viam me chamar, e, achavam que eu estava devendo alguma coisa, que realmente estava devendo algo.
E não porque eu estava recebendo uma ajuda, o auxílio.
E, falar que você recebe auxílio na sala, eu não tinha vergonha. Eu falava e ficava aquele ar assim: Nossa! Ele! O pobre! O que precisa!
Não falo só por mim! Mas pelos outros também, que por conta disso, muita gente tem vergonha, não se abre. Não falam! (EEL4)

E a estudante EEL 2, também deixa claro em sua fala quando relata que:

[...]a gente já tem um acesso à informação muito grande e acho que esse acesso à informação muito imediatista, muito explanado tem seus benefícios e seus malefícios, a pessoa já se sente mais vulnerável, a pessoa quer até esconder que usa o auxílio hoje, por conta de: “Ah! Tu! Não tem? Tu! É pobre?” Então...! Bem, sensível ...! Por que a pessoa que tá precisando sente.

Quando perguntado aos estudantes em que tipo de instituição cursaram na sua trajetória escolar, antes de entrarem para o IFSC, todos indicaram terem cursado escolas públicas. Seis deles fizeram o Ensino Fundamental em instituições da Rede Estadual e dois, em escolas públicas municipais de educação.

4.1.1 Fatores de adoecimento no ambiente escolar

No roteiro de questões feitas aos estudantes, procuramos saber quais os sintomas ou mesmo quais as situações ocorridas em sala de aula provocam ou aumentam a necessidade de procurar atendimento no Setor de Saúde. As respostas, desde o início da análise, acendem um alerta quanto a questões que ocorrem no ambiente escolar e que levam ao adoecimento dos estudantes. A afirmação parte do fato de que três dos entrevistados apontaram os efeitos da discriminação vivida no cotidiano escolar como uma causa pela procura de atendimento no setor. A estudante EEL1, por exemplo, afirmou ter enfrentado discriminação de gênero. Quando ingressou na turma de Eletrotécnica, segundo ela, havia apenas quatro meninas e, ao final, apenas ela se manteve no curso, com o restante dos colegas do gênero masculino.

É muito difícil ver meninas no curso de eletrotécnica, muito raro. E sempre, quando a gente é menina, o professor tipo ahhh [...], ‘vamos dar prioridade’ [...]! A presença feminina incomodava um pouco “os colegas”. Eu nunca esqueço dessa apresentação que eu fiz sozinha, da parte técnica; eram duplas, mas minha colega não havia comparecido, porque ela estava com medo de apresentar e eram só nós duas de meninas.

Então eu disse: — Professor, posso apresentar semana que vem?

Ele: Não. Vai ter que apresentar sozinha.

E sei que apresentei, o professor, bateu palmas de pé e os meninos não bateram palmas, ficaram [...] ²⁰! Porque nos apresentamos em dupla e ela apresentou sozinha o professor bateu palmas’. Em outros, raros momentos com outras meninas, mas a gente nunca tinha voz, era sempre a voz maior, masculina.

A estudante EEL2 afirma ter procurado atendimento em Saúde por iniciar um processo de sofrimento vivido por se sentir discriminada na turma.

No IFSC, logo no início tive muita dificuldade, eu me senti muito sozinha, muito deslocada. Não tinha colega, não tinha amigo, [...] estava sozinha eu encontrei dificuldades em me enturmar com alguns colegas, eu percebia muito que eles criavam grupos fechados, trabalho de equipe sempre os mesmos. Encontrei uma dificuldade maior de me introduzir ali, na parte social com eles, enfim. Não sei se por discriminação, mas [...]! No início tive bastante dificuldade de me relacionar com o grupo, no primeiro semestre, mais por essa cultura de fechar, fechei meu grupo e pronto. A questão social também porque não tinha ninguém né então tudo isso já me desestabilizava de uma certa forma. (EEL 2)

A discriminação racial foi citada como um fator de adoecimento pelo estudante EEL4. Como exemplificação do problema, vivenciado no percurso

²⁰ A ausência de continuidade na colocação de palavras durante descrição do relato deste parágrafo, é decorrente do silenciar da estudante durante entrevista, deixando sua fala subentendida. Por isso, o a presença do símbolo reticente aqui, representa a não expressividade completa do pensamento.

formativo, ele conta o caso de uma aula na qual estava sendo abordada a temática da escravidão.

A gente estava na aula, apareceu os escravos, e a professora começou a falar que uma das características dos escravos ladinos era que eles tinham roupas bonitas, porém, eles andavam descalços.

Daí o outro aluno falou: —Ah! O [cita nome do aluno que narra o episódio] não, ele anda de tênis.

Eu falei assim: [cita o nome do interlocutor], tem noção do que falou cara? Eh tu falou algo muito grave, não fala isso!

Daí, ele ficou meio assim, tipo:— o que eu falei?— Sabe aquela pessoa que falou algo horrível e nem sabe o que falou.

Eu falei: “[...] falou algo pesado!”

— Ah! Mas eu não quis ser racista, nem nada.

Eu falei: — Não faz mais isso! Então [...], é aquela questão estrutural, social. O racismo ainda está por aí, a gente ainda vê muito isso.

Faro e Pereira (2011 *apud* SCOLZ; SILVEIRA; SILVEIRA, 2014) atribuem efeitos graves sobre à saúde, resultantes do estresse vivido pelos estudantes que são vítimas do racismo. Seguindo a análise dos autores, podemos dizer que episódios como o descrito por EEL4 ameaçam a auto percepção de bem-estar psicológico dos estudantes.

Entendemos que fatores vivenciados pelos estudantes cotistas em vulnerabilidade social no cotidiano da sala de aula também podem impactar no processo de adoecimento. Quando perguntado aos estudantes ouvidos se haviam tido alguma reprovação ao longo do curso, todos eles afirmaram que sim, já haviam reprovado em alguma disciplina. Matemática foi a campeã de reprovações, EEL1, EEL2, EEL4, EEL5, EEL6, EED1 afirmaram terem reprovado nessa disciplina. Circuitos vem em segundo lugar, tendo sido apontada por EEL1, EEL4, EEL5. Houve reprovações, também, em Comandos Elétricos (EEL6), Eletrônica Digital (EEL2), Desenho/Topografia/Geociência (ESA1), Máquinas Elétricas (EED1) e Eletromagnetismo (EEL6).

Ainda no contexto escolar, outra questão versava sobre o conhecimento prévio do estudante sobre os conteúdos apresentados antes de ingressar no IFSC. Sobre o tema, ao ingressar no IFSC, a maioria afirmou não ter conhecimento a respeito dos conteúdos que seriam estudados durante a formação, somente ESA1 relatou conhecer o conteúdo, porque a irmã já havia estudado o mesmo curso no IFSC. Todos destacaram achar o curso que frequentam/frequentaram bastante interessante, mas extremamente difícil.

A definição do grau de dificuldade do curso pode estar atrelada com a carência de infraestrutura no ambiente doméstico, ou até mesmo, à falta de tempo para dar conta das demandas de um curso que integra a Educação Básica à Educação Profissional. É o caso de EEL1, que alegou falta de tempo para os estudos, por trabalhar durante o dia e somente conseguir dedicar-se aos estudos à noite e finais de semana.

[...] a rotina de estudo é muito difícil assim [...], porque eu trabalho, eu estudo e eu tenho só o tempinho da noite. E aí acorda cedo, vai pra aula, trabalha, chego em casa nove horas, pra ter que acordar às seis da manhã. Então é só aquele restinho de tempo, ou, só os finais de semana de tempo de dedicação para os estudos. E eu gostaria que fosse diferente, que eu não precisasse trabalhar, pudesse focar e tocar meus estudos. Sabe?!!! (EEL1).

Já a estudante ELL2 afirma que o fato de residir com uma família numerosa e, portanto, em uma casa com muito barulho, encontrava silêncio e momento para os estudos somente de madrugada.

Como eu morava longe, demorava uma hora, uma hora e meia para chegar em casa. Então, eu estudava muito na madrugada, muito. E assim, era um momento muito calmo, como a família é grande, muitos filhos, os netos moravam junto com os pais. Não tinha como estudar, era muito barulho, muita bagunça. Daí eu me centrava das onze e meia às duas e meia da madrugada. Não possuía celular, nessa hora ficava um pouco em desvantagem. (ELL2)

EEL4, diagnosticado com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), afirma que consegue se concentrar para estudar, apenas, quando está na instituição escolar, o que gera muita ansiedade.

Fora do IFSC tenho muita dificuldade de estudar, [...] eu não estudo em casa, eu estudo no IFSC. Porque eu me conheço, tenho dificuldade de me concentrar e uma facilidade grande de me distrair. Então, se estou estudando e vejo que tem alguma coisa para fazer aqui em casa eu me distraio ou vejo aquele momento como algo chato. Então quando eu tenho que estudar, eu vou no IFSC estudar (EEL4).

Os demais relatam administrar seus estudos em casa pela manhã, antes de sair e depois de chegar da escola ou estágio (EEL 5); à tarde e à noite (ESA1); antes e depois da aula e finais de semana (EEL 1); dentro do ônibus (EEL 3); durante as pausas na biblioteca, no estágio e à noite (EEL 6).

Estresse ou ansiedade também estão entre os fatores que fizeram os estudantes procurarem o Setor de Saúde. Esses sentimentos, para o estudante EEL3, foram causados por situações vivenciadas em sala de aula. Ele indicou ter enfrentado

dificuldades de relacionamento em sala de aula, especialmente, segundo ele, por não se sentir acolhido:

Algumas pessoas têm na cabeça que os alunos do IFSC, é um bando de robô. Tudo 'inteligentão'! E é como se o professor pensasse: “não vou me esforçar, não vou rebaixar meu nível, eles que se virem!” Fora outras questões que desencadeavam um estresse, em saber que você está sozinho.

EEL3 também indicou ter tido episódios de estresse e angústia, causados por situações relacionadas ao cotidiano de estudos e à organização das atividades pedagógicas. Ele relatou ter sentido fortes dores de cabeça, que o levaram a procurar atendimento, depois de um turno de aulas em um dos laboratórios do curso. “Foram três horas e meia em pé, quebrando a cabeça no laboratório”, explica.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção nos depoimentos dos estudantes é o quanto situações que podem até nem serem percebidas no cotidiano da sala de aula podem levar ao adoecimento dos estudantes. Isso pode ser percebido no relato do estudante EEL4.

Teve uma situação em que eu estava em uma aula com um professor excelente, muito bom! Porém a matéria eu lembro que estava com uma dificuldade muito grande. [...]. Para eles, era tipo: um mais um é dois. Mas pra mim, era resolver uma equação metade real, metade imaginária. Uma equação que pra mim, era muito difícil. [...] Chegou uma hora em que eu falei assim: “[...] eu preciso respirar”. Eu nunca falei abertamente pra você, essas coisas fortes, que me vinha assim! Chegava lá (SS) só pra esfriar a cabeça. Mas essas coisas de sala nem falava (EEL4).

São aspectos que acendem um alerta para a importância de todos os servidores de uma instituição educacional e tenham consciência dos fatores que podem levar ao adoecimento dos estudantes. A criação de um fluxograma de atendimento, a partir do qual as questões levantadas pelos estudantes, cheguem as demais unidades organizacionais e aos próprios professores é uma das alternativas. Essa proposição fez parte deste trabalho e será apresentada adiante.

4.1.2 O Setor de Saúde na avaliação dos estudantes ouvidos

Dos oito estudantes entrevistados, cinco relataram saber da existência do Setor de Saúde do IFSC, mesmo antes de precisar de atendimento. Um deles afirmou que ficou sabendo da existência do setor “por acaso”, sendo levado para lá, pela primeira vez, por estar passando mal devido a uma crise de hipoglicemia e fome. “Já fui ao SS porque estava passando mal! Fui lá, fui bem atendido! Prestaram ali os atendimentos

e foi assim que eu descobri o Setor de Saúde. Pouco açúcar no sangue, glicose baixa, passando fome” (EEL4). Outro aluno, EEL3, afirmou ter ouvido sobre a existência do setor durante um dia de prova:

A gente ficou três horas fazendo uma prova. Foi muito estressante, todo mundo saiu com dor de cabeça. Mas não procurei o SS.
E eles são para esse tipo de situação, mas não procurei pelo setor saúde. Só falei uma vez que tal pessoa tinha ido para a enfermaria, mas não fazia ideia, que tinha, onde era (EEL3).

Quanto às fontes de indicação do Setor de Saúde como referência para atendimento no *campus*, foram citados amigos e a equipe da Coordenação Pedagógica. É um aspecto para o qual os estudantes chamam a atenção, afirmando que esse serviço deveria ser mais divulgado:

No início o IFSC poderia ser mais divulgado quanto ao Setor de Saúde, quando tem a apresentação junto com os professores, enfatizar. Eu tive o primeiro contato com a indicação da pedagoga.
Desde então, [...] sempre me vinha na mente esse setor (SS).
O meu primeiro contato foi no pedagógico, porém eu sempre via uma enfermeira lá. Ela estava sempre lá, tinha uma pedagoga lá que me ajudava bastante, inclusive ela me falou: “[...] se tiver sintoma, vai na enfermaria”. E, logo no início, eu lembrei da enfermeira e fui pra lá. Não sabia nem o nome dela, e essa enfermeira me ajudou muito. Principalmente, a continuar no IFSC. Sempre que eu achava que ia ter um treco (crise epilética) eu ia pra lá (EEL2).

De um modo geral, todos os estudantes ouvidos disseram terem sido bem atendidos, quando precisaram de atendimento no setor. “Foi bom. Todos os setores que passei, nenhum me deixou dúvidas, todos me atenderam bem” (EEL3).

Na questão que trata da sugestão do estudante no EMI, a respeito do que pode ser desenvolvido ou feito para amenizar a saída durante as aulas, para ir à procura de atendimento no SS, eles referem que é necessário: mais divulgação a respeito do SS; encontros prévios entre estudantes e os profissionais da instituição (pedagogos, psicólogos, coordenadores de curso, assistentes sociais, etc). Como por exemplo durante a ambientação, para divulgar a existência dos serviços existentes na instituição; utilizar melhor as redes sociais (e-mail); adotar uma forma de identificar o problema em sala de aula; um setor psicológico para acompanhamento. Evitar o acumular de matéria e avaliação para o final do semestre e haver um entendimento melhor em conjunto entre professor, aluno e instituição.

Quando perguntados acerca dos serviços prestados no setor, cinco alunos descreveram que gostariam de receber outro tipo de acompanhamento, além dos já

prestados. Desses, quatro gostariam de atendimento de psicologia. Com relação a mudanças que poderiam ser feitas no SS, os estudantes sugeriram a divulgação ampla o SS, mais atenção ao estudante fornecendo um espaço de psicologia.

Em relação à sugestão ou crítica a unidades organizacionais de atendimento ao estudante no IFSC, dois se referiram à coordenação pedagógica; um sugeriu acompanhamento diferenciado ao estudante, outro sugeriu mais comunicação entre as unidades organizacionais por haver situações que dependem de diferentes equipes; um dos entrevistados sugeriu melhorar a relação dos docentes da área técnica com os estudantes:

Acho que tem que ser uma coisa em conjunto não tem como partir só do aluno porque tem que ser os professores também, dos colegas de sala de aula, porque tudo acaba influenciando. Então acho que fica tudo muito abrangente (EEL6).

Para persistir nos estudos com sucesso sem comprometimento à saúde, os estudantes indicaram a necessidade de participar de atividades oferecidas na instituição (teatro, dança, música e arte); apoio psicológico; orientação; o auxílio estudantil; o SS; Flexibilidade e mais compreensão dos docentes (aspecto voltado, na fala dos alunos, especialmente a questões ocorridas no período da pandemia).

Quanto à necessidade de receber outro tipo de acompanhamento foi citado: atendimento psicológico, médico para possível encaminhamento ao atendimento externo. Ao serem questionados a respeito do significado em apresentar o SS, tornando este de conhecimento aberto a todos os estudantes e envolvidos com a comunidade acadêmica, os entrevistados manifestaram, mais uma vez, a ser fundamental e de extrema importância o SS mais visível a partir de divulgação dentro da instituição.

As respostas dos entrevistados demonstram que o conhecimento e o compartilhamento das informações, principalmente na divulgação adequada do atendimento no SS, possuem sua relevância para contribuir com o bem comum no que se refere ao acolhimento aos estudantes e comunidade acadêmica. Por ser um serviço de fundamental importância à melhoria de prestação de serviços entre as unidades organizacionais e utilização consensual dos mesmos, torna-se imprescindível ressaltar que um dos entrevistados deixou claro o valor que o SS tem para os que já utilizam este atendimento e o quanto torna-se necessário compartilhar e divulgar a existência desse tipo de serviço dentro da instituição.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO DO SETOR DE SAÚDE DO IFSC- CAMPUS FLORIANÓPOLIS

O produto educacional, desenvolvido como parte integrante deste trabalho, visou contribuir com as ações do *Campus* Florianópolis, em especial voltadas ao Setor de Saúde, no sentido de impactar positivamente no cotidiano dos estudantes, sobretudo aqueles que se encontram em condição de vulnerabilidade social. A intenção foi apresentar, a partir do que apontaram as vozes dos estudantes ouvidos na pesquisa de campo, um fluxograma que efetivamente atenda às necessidades desse público.

Retrata-se, por meio de um fluxograma, o fluxo das ações dentro do Setor de Saúde e demonstrar o fluxo adequado ao atendimento, para autonomia e segurança do estudante EMI, em VS. E, inclusive, promover a conexão entre as unidades organizacionais afins; tornando-se útil, de fácil compreensão e funcional à instituição. Fornecendo informações que favoreçam ao estudante do EMI em seu processo de ensino aprendizagem.

O material produzido teve também como objetivo demonstrar a necessidade de integração entre as unidades organizacionais do *campus*, de modo a proporcionar maior busca de auxílio, em caso de dificuldades que impactam na saúde do estudante. Para isso, a proposta de produção levou em consideração as informações coletadas na etapa da pesquisa de campo com estudantes que possuem esse perfil, isto é, aqueles que estavam matriculados nos cursos da EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado do IFSC-Florianópolis.

Considerando as informações levantadas sobre o SS, especificamente o fluxo utilizado pelos seus servidores atualmente, foi possível realizar um diagnóstico que traz uma análise parcial, com o objetivo de subsidiar a visão do fluxo atual do Setor de Saúde, para que se possa entender, a priori, o funcionamento e como pode ser utilizado no processo de melhora de atendimento ao estudante em vulnerabilidade.

A realização do produto educacional levou em conta o que os estudantes apontaram como as principais causas que os levam ao adoecimento e o percurso que fazem para buscar auxílio na instituição em que estudam. De modo a guiar o leitor, na próxima seção, apresentamos o fluxo atual das atividades de atendimento a esse estudante.

5.1 DIAGNÓSTICO DO ATUAL FLUXO DE ATIVIDADES DO SETOR DE SAÚDE

Para chegar à proposta do produto educacional, há necessidades de entender inicialmente o funcionamento do ambiente pesquisado, caracterizado pelo seu fluxo atual, atuação dos profissionais e unidades organizacionais vinculadas às demandas envolvidas no atendimento aos estudantes em vulnerabilidade da EPTNM. A ideia central da proposta, como já especificado, surgiu pela atuação da pesquisadora como servidora do Setor de Saúde, o que tornou possível se aproximar de um pré-diagnóstico, baseado nos procedimentos e fluxos executados atualmente pelo SS para atendimento aos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Partindo do diagnóstico com o conjunto de informações, documentos e procedimentos prévios, foi possível criar um desenho do fluxo atual, utilizando a ferramenta organizacional de análise de processos chamada de fluxograma. A Figura 2 apresenta esse desenho:

Ao analisarmos o fluxo demonstrado pela Figura 2, observamos que as demandas de atendimento podem vir do próprio estudante, quanto serem repassadas ao SS pela observação em sala de aula, coordenação de curso e, mesmo, virem de demanda pontuais. Exemplos nesse sentido podem ser os acidentes na quadra de esportes, queda dentro da instituição, atropelamento, etc. Dessa forma, o diagnóstico atual apresenta os procedimentos a serem definidos no atendimento desse jovem estudante, que ocorrem de acordo com a queixa e propósito apresentado pelo mesmo. Ou seja, ao chegar no SS, a primeira conduta é providenciada pela enfermagem, que faz uma escuta atenta. Após ouvir o estudante, o acomoda em um lugar mais tranquilo e adequado. A equipe de enfermagem verifica os sinais vitais - SV (Temperatura, Hemoglicoteste - HGT, Oximetria, PA - Pressão Arterial), dando continuidade na observação aos demais cuidados que podem estar presentes durante o atendimento, como curativos, aplicação de injeção (com receita e medicamento), retirada de pontos e outros. Estão inclusos, também, atendimentos de amparo a crises afetivas, nervosas, pânico, convulsivas, ansiedade, asmática, entre outras. Na sequência, é verificado qual sinal encontra-se alterado e, caso exija parecer médico, o estudante segue para ser submetido a essa avaliação.

Quando a ocorrência trazida pelo estudante ao SS não puder ser resolvida com a enfermagem, com o médico do setor, com a participação de outros profissionais de demais unidades organizacionais, porque a intercorrência exige um atendimento de alta gravidade, chama-se o SAMU e/ou comunica-se à família.

Caso, durante a abordagem e procedimento estabelecido na atuação da equipe de saúde, não seja identificada a necessidade de intervenções, nem de outras avaliações, sendo essas médicas ou de enfermagem, encerra-se o atendimento na primeira abordagem. Em continuidade, verifica-se com o estudante se este veio à procura de atendimento odontológico. Caso sim, pede-se ao mesmo que aguarde, até ser chamado pelo profissional da odontologia. Após ter esgotado todas as possibilidades de atendimento no SS, orienta-se o estudante quanto às suas necessidades e, se necessário, redireciona-se a outro tipo de atendimento em outras UO fora do SS.

5.2 A PROPOSTA DE UM FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC-FLORIANÓPOLIS

Para o desenvolvimento da proposta de um fluxograma como produto

educacional, usou-se o *software* Visio²², uma ferramenta com processos digitais que oferece automatização, com intuito de estruturar estrategicamente o curso constante do movimento contínuo intersetorial e de pessoas dentro de uma organização. Dentre as diversas funções do *software*, uma delas é facilitar a elaboração de fluxogramas por intermédio de símbolos e conexões que descrevem como pessoas, documentos e processos circulam para alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, buscam otimizar o andamento das ações, de forma a suprir as solicitações de seus agentes.

Conforme Chiavenato (2010, p. 199), “[...] fluxogramas são gráficos que representam o fluxo ou sequência de atividades ou rotinas. O fluxograma tem a vantagem de representar a sequência dos processos envolvidos, as unidades envolvidas e os responsáveis pela execução”.

Essa ferramenta para o Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis foi constituída a partir do levantamento de dados da presente pesquisa para possibilitar sua criação e expressar graficamente o fluxo de processos e pessoas que se mantêm vinculadas ao Setor para, assim, demonstrar meios de qualificar o atendimento ao estudante do EMI em vulnerabilidade. Da mesma forma, espera-se que as unidades administrativas, ao atenderem esse estudante na sua necessidade, também passem a saber o direcionamento mais adequado de encaminhamento, caso surjam impasses e dúvidas em relação ao bom andamento e direcionamento a ser efetuado, durante o atendimento dos casos e fatos que se apresentarem.

Quanto às formas de socialização do Produto Educacional, propõe-se, após validação e aprovação por banca, que o fluxograma seja disponibilizado no Portal do IFSC-Florianópolis na página que trata dos assuntos direcionados aos estudantes. Isso pode ser feito com apoio da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTI).

A partir de todo o entendimento alcançado a respeito da demanda real de estudantes cotistas do EPTNM integrada ao Ensino Médio que procuram o atendimento no Setor de Saúde, pesquisa e fluxo atual, identificaram-se os procedimentos necessários para acolher esse estudante durante o processo de atendimento no Setor de Saúde. Assim, deve-se progredir avançando na forma mais adequada de dar continuidade ao acompanhamento desses estudantes em outras

²² “O Visio é uma solução inovadora que ajuda você a visualizar fluxos de processos empresariais conectados a dados”. disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/visio/flowchart-software>. Acesso em: 16 nov.2022.

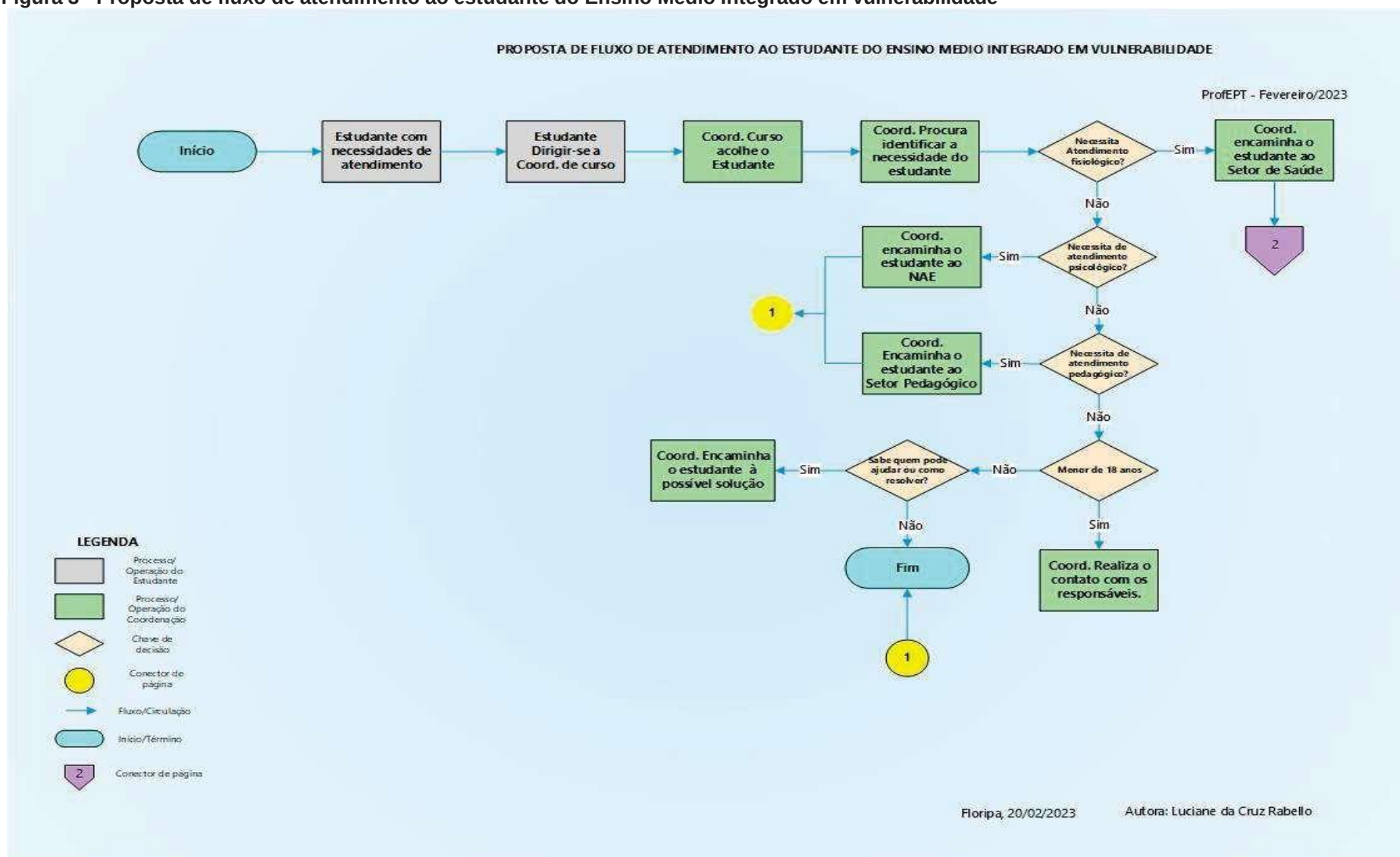
unidades organizacionais da instituição, como também o encaminhamento deles quando necessitarem do acompanhamento de profissionais de outras instituições.

Por fim, o fluxograma está dividido em duas partes, como se observa nas Figuras 03 e 04, a seguir. A primeira descreve o fluxo de processos e pessoas da origem das necessidades dos estudantes à provável solução das mesmas, ao passo que a segunda detalha uma proposta de atendimento, a partir da orientação ao encaminhamento para o Setor de Saúde.

5.2.1 Fluxo de atendimento ao estudante do Ensino Médio Integrado em vulnerabilidade

Destacamos, que o papel de um fluxograma é permitir ao usuário entender o esquema de distribuição de um serviço como um todo, ao acessar um prático mapeamento de informações, composto por estruturas das unidades organizacionais e coordenadorias envolvidas. Neste caso específico, permitindo ao estudante acessar o setor que atenderá sua necessidade. A proposta está detalhada, a seguir, na Figura 3.

Figura 3 - Proposta de fluxo de atendimento ao estudante do Ensino Médio Integrado em vulnerabilidade



Fonte: Autoria Própria

Para esta proposta de fluxo entre as áreas o estudante, ao sentir necessidade de procurar orientação, deve iniciar se dirigindo à coordenação de curso para identificar sua necessidade. Essa proposta atende ao que foi apresentado pelos estudantes ouvidos nesta pesquisa, já que muitas das situações de adoecimento listadas por eles têm alguma relação com questões vivenciadas em sala de aula, como sentimentos de discriminação ou de dificuldades de acompanhar o processo ensino-aprendizagem (cf. descrito no capítulo 4). Caso não seja questão de situações referentes à coordenação, este irá decidir junto ao coordenador qual o direcionamento definido. Pode o estudante seguir de acordo com a identificação do caso a ser direcionado para:

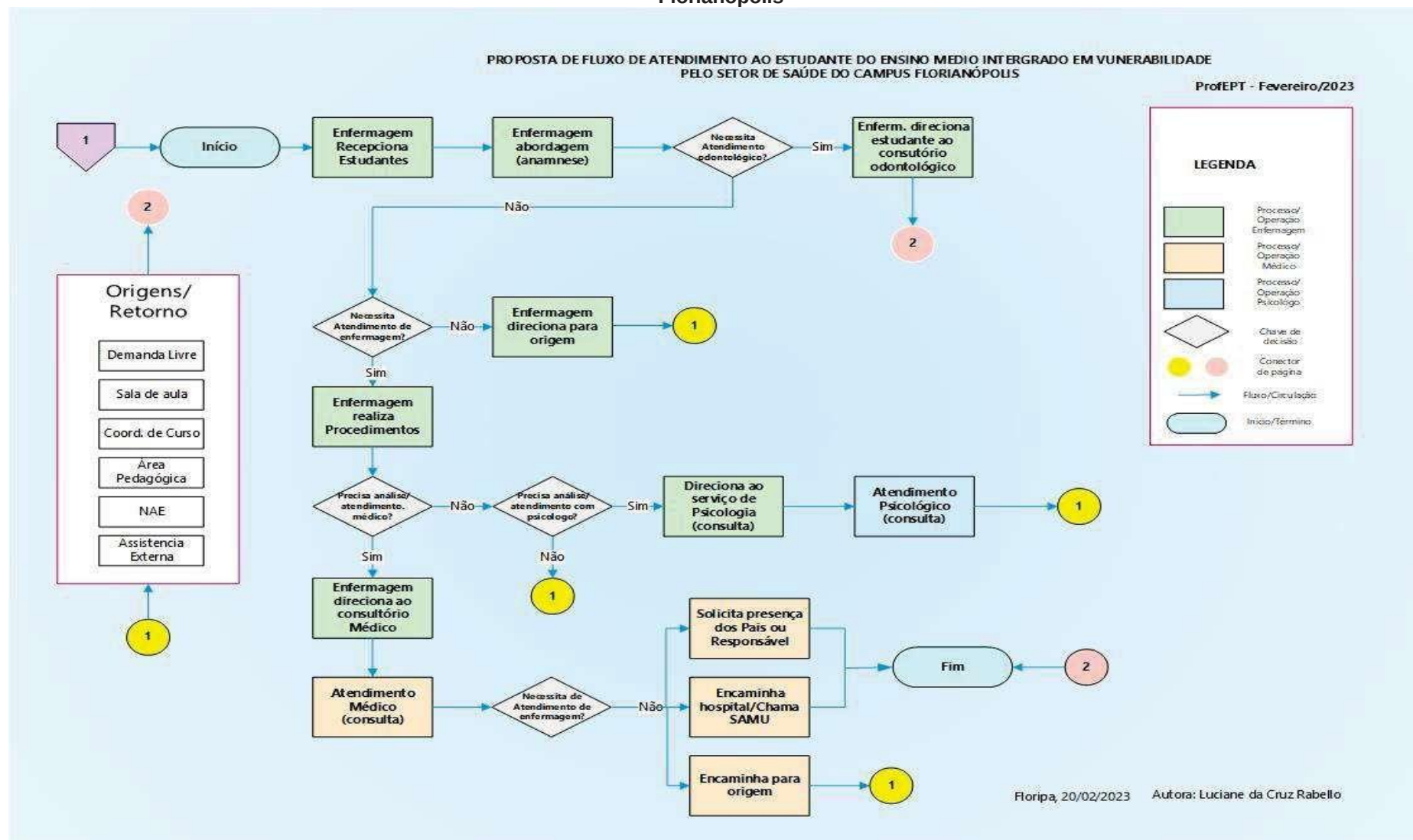
- Setor de Saúde;
- Coordenação Pedagógica;
- NAE (Psicologia);
- Pais ou responsáveis.

Ao iniciar o encaminhamento pela coordenação do curso, espera-se estabelecer uma comunicação com maior aproveitamento entre demais serviços, possibilitando ao estudante receber orientação a partir das áreas comuns existentes dentro da comunidade acadêmica. Dessa forma, ele seguirá na busca da solução do seu problema de forma coerente, clara, objetiva e dentro de um direcionamento efetivamente organizado.

O ponto de partida é acionar inicialmente a participação das coordenadorias e departamentos, no intento de envolvê-los com as questões e situações ocorridas com o estudante do EMI, dentro e fora da sala de aula. Quando a atenção inicial de determinada área esgotar o seu papel de resolutividade do problema, as demais podem ser acionadas e, sequencialmente, seguir com o compromisso de manter a continuidade no acompanhamento ao estudante.

Na Figura 4, a seguir, detalhamos como o fluxo de atendimento ao estudante especificamente no Setor de Saúde do *campus*. O percurso sugerido visa assegurar uma abordagem ética e humanizada, dirigida à resolução de problemas, atendendo às necessidades de cuidados de saúde e promoção ao bem-estar da pessoa.

Figura 4 - Proposta de fluxo de atendimento ao estudante do ensino médio integrado em vulnerabilidade pelo Setor de Saúde do Campus Florianópolis



Fonte: Autoria Própria

O percurso desenhado pretende dar uma definição clara ao atendimento. O direcionamento, indicados por setas, visa orientar no trajeto e como retornar ao ponto de partida, dentre a circulação dos fluxos representados visualmente. Pretende estabelecer um direcionamento adequado para oportunizar ao estudante, enquanto ainda discente na instituição, conhecimento dos serviços prestados dentro e pela mesma comunidade acadêmica. A fala de um estudante entrevistado demonstra bem o atendimento que este espera.

Eu procurei o SS quando tive um problema no dente, e foi muito bom o atendimento, muito humanizado.

Eu acho que o SS na questão de dor, essas coisas, tudo ok.

Mas essa busca do aluno ao SS, para questões pessoais. Não ser mais divulgado, é complicado. Mas, deveria ser mais..., mostrar que existe SS pra isso. Para mim não apareceu, não sabia que existia isso. Mas deixar mais visível essa questão. Eu acho que o SS seria mais ideal para esse tipo de situação: medo, insegurança.

Eu acho que o SS tem que ser a primeira porta. Não ser só a primeira porta, porque assim, eu acho que como uma ajuda mais pessoal. E como uma ajuda acadêmica ali com o professor, para levantar, conseguir desvendar e ter todas as coisas! Como posso falar, é acho que ter mais acompanhamento, ou, algum tipo de acompanhamento de começo, procurar caminhar com o aluno. De acompanhar como é que está o desenvolvimento. Ter esse acompanhamento e essa conversa, sempre! (EEL1)

Outro exemplo da importância de uma definição clara do fluxo de atendimento se encontra na explanação de outra estudante do EMI em vulnerabilidade socioeconômica, deixando sua impressão a respeito de sua experiência com o SS.

Nos momentos que eu achei que não ia conseguir, era demais pra mim, tive esse apoio essa rede de ajuda. O SS foi assim, essencial talvez eu estivesse ainda no curso, repetindo várias vezes a mesma fase, porque seu eu não tivesse essa orientação da enfermeira "X", sempre pedindo para eu ter calma, que tudo faz parte, que eu vou conseguir; isso, que ela me passa desde lá no início, me alertando da minha crise de ansiedade! Talvez, se eu não tivesse essa orientação de saúde emocional. Talvez eu estaria ali ainda. Tentando achar o meu lugar! Achando que eu tinha que me encaixar. E, pra mim, aquilo não servia. Eu estava tendo dificuldade, esse conhecimento, todo esse tempo de instituição dos profissionais do SS, te dizendo sempre: "- Você precisa ser firme, que é normal, é assim mesmo tu estás no início, vai conseguir. Vai passar". Eu acho que isso me ajudou a seguir de uma forma pra cima, sabe! Sem subir e descer, subir e descer. Mas sempre subindo, até concluir! Porque foi um apoio e tanto. Me possibilitando perceber o meu lugar dentro da instituição. (EEL2)

Dessa forma, em meio a todas essas questões, observa-se que, para o jovem estudante em vulnerabilidade socioeconômica do EMI, ao qual é relevante permear pela instituição orientado de como encontrar o lugar ideal para sanar suas dúvidas, especialmente quando se encontra em situação de adoecimento. Entende-se que,

enquanto estudante menor idade e/ou ainda cursando disciplinas propedêuticas, este deva dirigir-se ao Departamento Acadêmico do curso no qual está matriculado. Então, a partir do atendimento nesse espaço, junto aos profissionais desta unidade organizacional, e após a identificação do direcionamento que deverá seguir, este estudante dará sequência no atendimento adequado à sua necessidade.

Conforme o fluxo proposto, no intento de acontecer o acolhimento e atendimento aos estudantes de maior idade, quando necessita de um direcionamento adequado, assim, inicialmente, devem procurar a coordenadoria de curso. Para, somente a partir desse primeiro momento, se direcionar ao destino desejado, que dependendo do caso, pode ser o SS. Como sugeriu em sua fala a seguir, o entrevistado EEL3.

Geralmente, quando a gente tem que resolver um problema é na coordenadoria do nosso curso (DALTEC), geralmente quando tem que entregar o atestado é sempre lá. Porque fica mais familiarizado, eles são bem queridos com a gente lá, sempre resolve o que a gente tem pra resolver de problema. Fui ao DALTEC pela primeira vez para saber dos auxílios, para saber como é que eu fazia, eles me mandaram para a coordenadoria pedagógica, aí lá fui ver certinho como é que era. Teve um caso no dia que o Daltec pediu para procurar a coordenadoria pedagógica, não tinha nenhuma moça onde elas atendem normalmente, elas estavam numa salinha do lado, aí eu fiquei um pouco inseguro porque eu não sabia se eu podia ir até ali chamar elas ou..., e acabou que eu não fui, eu saí e fui pra aula normal. E voltei mais tarde, quando tivesse gente, onde é pra atender no local adequado. Voltei no dia seguinte e fui atendido. Foi bom. (EEL 3)

Assim, nota-se que o estudante segue o atendimento de acordo com o caso do seu problema, recebendo o direcionamento adequado, quando este deve realmente ser atendido no Setor de Saúde. A partir da demanda descrita na orientação de fluxo da Figura 3, o estudante, ao chegar ao SS, vindo da coordenação de curso, tem como início de seu atendimento a recepção da enfermagem que irá realizar as primeiras abordagens, direcionando-o de acordo com a queixa. Caso a situação seja de competência da enfermagem, ~~esta~~ realiza-se o procedimento para atender esse jovem estudante, acolhendo-o no setor. Ela ouve o estudante, acomoda-o em um lugar tranquilo, avalia a situação e define qual o caso. Se a ocorrência for consulta odontológica, ele aguarda na recepção, e o profissional da odontologia o chama.

Caso o atendimento se mantenha com a equipe de técnicos, ela realiza o atendimento de enfermagem, seguindo com procedimentos de rotina como: verificação de sinais vitais; curativo; administração de injeção; aplicação local de

calor/frio; realização de hemoglicoteste; orientação de saúde; dentre outros. Se necessário, quando possível, orienta-se o estudante a procurar outras unidades organizacionais que possam solucionar o problema e/ou libera para o local de origem.

Se for em relação à consulta médica, por exigir avaliação diagnóstica com parecer clínico, o estudante recebe avaliação do médico que atua dentro do SS; podendo necessitar de encaminhamentos que exigem: atestado médico; parecer médico para encaminhar a demais serviços externos; acionar SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência; chamar pai/mãe ou responsável para retirar da instituição, quando for menor de idade e o caso envolver aluno maior de idade, pode ocorrer de chamar acompanhante, caso estudante estiver impossibilitado de se deslocar independentemente.

Como visto, o redirecionamento da demanda, proposta neste fluxograma, parte de iniciativas que se adequam conforme cada caso, as quais devem ser empregadas em conformidade a cada situação apresentada e que podem necessitar de outros tipos de atendimentos profissionais como: profissionais da área médica, da odontologia, da psicologia, da pedagogia, dos docentes; da assistência social; dos chefes de departamento do estudante.

Após reconhecimento da causa e tipo de acompanhamento que deve ser aplicado, parte-se à finalização com a saída do estudante do SS, sendo orientado a seguir para onde se dará a continuidade do seu atendimento: sala, casa, outro setor do IFSC ou atendimento externo. Nessa proposta, a equipe de profissionais da saúde procura interagir em conjunto para manter o atendimento mais adequado a situação que. Geralmente, o encaminhamento médico ou redirecionamento da enfermagem ocorre verbalmente e/ou contato telefônico, não segue regra declarada por autoridade administrativa reconhecida por poder de resolutividade e atuação.

As intercorrências apresentadas pelo estudante que procura atendimento no SS podem demandar apoio de um profissional da psicologia. Essa é uma característica de atendimento que vem crescendo em sua demanda, passando a ser rotina no atendimento do SS. Nesses casos, destina-se espaço do SS para que, de forma privativa, possa preservar a integridade do estudante, e assim, realizar o atendimento.

Por isso, destaca-se aqui o quão é importante estabelecer um fluxo inicial no qual as coordenações de curso sejam, a priori, o ponto de partida e ciência para suprir a necessidade de orientação ao estudante. Ao entrar na instituição, deve ser informado a entrar em contato com o servidor do departamento e área a que pertence e a qual deverá se dirigir antes de procurar direto o SS, resolvendo situações como a indicada pelo estudante, neste trecho de sua entrevista:

Nunca fomos instruídos a procurar o SS, normalmente, só se machucasse ou tivesse com alguma dor. Principalmente, agora, com o pós-pandemia, caso tivesse com algum sintoma, procurar o SS. Em se tratando da relação entre os discentes e com os docentes, sempre foi instruído para a gente conversar primeiro com o professor e depois procurar direto a coordenação do curso. E antes de ir para a quarta fase, procurar o DALTEC. Não tenho experiência de sala de aula, para procurar especificamente o SS. Nunca incentivaram a gente para algo do tipo. (ESA1)

Entendemos que esse encaminhamento demanda um diálogo entre os diferentes setores da instituição. Sobretudo, requer que seja claro para todos os servidores o papel do Setor de Saúde no *campus*. Com a orientação adequada, os estudantes em processo de adoecimento, seja ele físico ou psicológico, se sentirão acolhidos, evitando o agravamento da situação e permitindo que sigam suas trajetórias acadêmicas e pessoais.

Para que essa proposta realmente funcione, destacamos mais uma vez a importância de que este fluxograma seja apresentado no portal do IFSC-Florianópolis, em uma área específica aos estudantes que utilizam os serviços intersetoriais. Por fim, com a proposta de um novo fluxo, espera-se contribuir com o êxito no atendimento dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica do Setor de Saúde e prover condições favoráveis ao contexto estudado.

Todo esse processo tem o intuito de impulsionar a execução das atividades, categorizando seus procedimentos técnicos, capaz de propiciar um funcionamento permanente e potencializador ao andamento do Setor de Saúde. Consequentemente, espera-se que o trabalho desenvolvido possa motivar o estudante em vulnerabilidade socioeconômica a prosseguir, persistindo no seu propósito e mantendo-se na instituição, com o intuito de concluir seus estudos. Dessa forma, impacta positivamente na redução da evasão escolar, ampliando a chance de sucesso na vida profissional desse estudante oriundo da Educação Profissional e Tecnológica.

5.2.2 Validação do Produto Educacional

A proposta de fluxo apresentada aos servidores das unidades organizacionais envolvidas no processo de atendimento ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica do EMI, sendo estas: Coordenadoria de curso - DALTEC, Coordenadoria pedagógica, Setor de Saúde, NAE - Núcleo de Acessibilidade Educacional, estes os quais colaboram para validar, dentro das suas atividades cotidianas o objeto sugerido como forma de contribuir à elaboração do produto educacional, tendo-o como instrumento e ferramenta propícia a orientar e direcionar o atendimento às necessidade de saúde ao estudante do EMI.

O processo metodológico, foi construir um formulário eletrônico, com questões que pudessem analisar a efetividade do produto educacional para uma possível validação, com base na concessão e adesão ao fluxograma proposto. Disponibilizando sua utilização entre as unidades organizacionais que estes servidores representam, e, por onde o estudante permeia na busca de atendimento. O formulário foi encaminhado a um grupo de onze servidores, distribuídos nas unidades organizacionais citadas acima.

O objetivo da validação pelas unidades organizacionais é proporcionar um instrumento que trouxesse a contribuição ao produto educacional proposto. Sendo o fluxograma indicado como instrumento relevante à forma de direcionamento aplicado ao atendimento das necessidades de saúde prestada em relação ao estudante em vulnerabilidade do EMI.

Para referenciar a validação do instrumento, buscou-se trazer o entendimento dos Servidores em alguns pontos específicos, obtendo como resultados:

- Dez servidores, os quais concordaram que o fluxo proposto, atende as expectativas das unidades organizacionais envolvidas, dentro da comunidade acadêmica. Ao servir como estratégia e permitir seguir um caminho claro de fluxo, principalmente, entre o Setor de Saúde e as coordenações, por contribuir na orientação ao estudante do EMI.
- EM relação a simbologia na representação do fluxograma, dos onze servidores respondentes, nove referem que o desenho demonstra ser de fácil compreensão à visualização. Na qual, apenas dois servidores

apresentam dificuldade, e, citam não ter ficado claro alguns aspectos pontuais, na função de determinados vetores representados na simbologia do fluxograma. Onde um servidor refere no comentário tal questionamento: *“Após a consulta médica, para mim, não ficou claro o fluxo. Falta o ‘Sim’, após a pergunta. Também fiquei com a dúvida se somente o médico definirá e fará o encaminhamento”*. E, outro servidor com, basicamente, a mesma linha de raciocínio e dúvida, na observação sobre o fluxograma, diz: *“Para mim não ficou claro o que são os números 1 e 2. Mas, nos demais aspectos está excelente! Parabéns!”*

Apresentando suas dúvidas em relação a função do símbolo do vetor denominado conector de rotina, o qual é representado pelo número “1” se refere aos possíveis direcionamentos que irão ocorrer, a partir da rotina determinada pelo setor em questão. Já o conector simbolizado pelo número “2” realiza a função de ligação. Caracterizando-se, como conector de página que leva à sucessiva representação do próximo fluxograma. O qual traz em sua demonstração e simbologia vetorial, a proposta de fluxo para o atendimento ao estudante do EMI em vulnerabilidade, acolhido pelo Setor de Saúde do campus Florianópolis.

Contribuindo objetivamente, através de suas observações, na adequação de certos aspectos referentes a significação da função dos vetores, e com isso, oportunizar melhor apreciação do produto educacional proposto; a partir do seu olhar no lugar de servidor e favorecimento aos demais envolvidos, enquanto usuários desta possível ferramenta como produto educacional.

Todos os onze servidores participantes afirmaram que o produto educacional proposto é passível de ser implantado. O fluxograma permite, principalmente ao público jovem em situação de vulnerabilidade a possibilidade em direcionar-se, de identificar-se e perceber o fluxo mais adequado à sua necessidade, podendo definir o local, ou melhor, unidade organizacional a qual deva se dirigir.

Durante as análises fornecidas pelos servidores que responderam ao questionário de validação do produto, observou-se que um dos onze sujeitos ouvidos trouxe em seu comentário a importância de maior esclarecimento a respeito do Setor de Saúde e sua função, quando este, o servidor “A”, diz: *“Acredito que o*

escopo do trabalho da coordenação de saúde, necessita ter maior divulgação em nossa comunidade acadêmica. O que pode ser feito? O que não?”

Percebendo durante a continuação do processo de análise das respostas, que surgiu realmente outra dúvida, semelhante a do servidor “A”, demonstrando também a necessidade da comunidade acadêmica carecer de maiores informações a respeito do Setor de Saúde e sua funcionalidade. Quando o servidor “B” a seguir, também traz em seu comentário, o relato onde sugere: *“Incluir possibilidade de atendimento ao estudante[...]que necessita de outros procedimentos com intervenção médica/da enfermagem”*. Com isso, evidencia-se a urgência em haver um conhecimento maior, dentro da instituição, a respeito do funcionamento deste Setor de Saúde.

Na apresentação do fluxograma, a proposta é possibilitar ao usuário do serviço, ou seja, servidores, estudantes e comunidade acadêmica como um todo, onde estes consigam identificar o melhor direcionamento a ser seguido; ao prestar orientação em relação ao fluxo catalogado. Quando busca-se resolver efetivamente as dúvidas, anseios e necessidades de atendimento em relação as questões, não somente relacionadas a saúde, deste jovem público em vulnerabilidade socioeconômica do EMI. Mas, também, as demais situações que venham estar envolvidas a fatos, condizentes com a instituição e a comunidade acadêmica como um todo, em suas demandas educacionais.

Demonstrando o fluxograma ser uma ferramenta que a partir da sua representação e simbologia, possa, e também passa a ser, um instrumento facilitador à compreensão e favorecimento de um direcionamento uniformizado e catalogado dentro da instituição, favorecendo a conexão entre as unidades organizacionais afins. Ao tornar-se este, um elemento preciso em orientar, direcionar e ajudar, na resolutividade de circunstâncias, proposições e demandas que surgem, relacionadas a vários aspectos educacionais.

No intento de trazer funcionalidade às dimensões como: a efetividade do serviço; a integralidade; o acesso aos serviços prestados dentro da comunidade acadêmica; a satisfação dos usuários; a intersetorialidade entre as unidades organizacionais; o adequado uso das tecnologias utilizadas pelos interessados e bem comum dos envolvidos; a promoção da saúde. E, principalmente, atender a

diligência dessas demandas todas com o cuidado de se prover um olhar atencioso às necessidades tidas como problema.

Apresentado uma busca por acolhimento, a partir da reação que é manifestada por comportamentos, desejos, ou até mesmo, ousadia em dizer, por exigência trazida através da condição que é revelada com a presença deste público alvo, em situação de vulnerabilidade. O qual nos leva seriamente, de modo categórico, sensível e claro, dar condições de trabalho onde se consiga acreditar na possibilidade de dirimir essas questões bem pertinentes e relevantes ao processo de ensino e aprendizagem dentro da EPT. Promovendo, o compartilhamento de sugestões entre profissionais com forte talento para contribuir com grandes sugestões, a partir de pequenos, mas extremamente importantes fatos, que irão fundamentar na aplicação de recursos adequados a uma prestação de serviço, útil, funcional e favorecedora ao bem comum de todos, que fazem parte da EPTNM.

Com relação ao alinhamento do atual método de atendimento do Setor de Saúde, a maioria concorda que este fluxograma proposto, encontra-se alinhado, ao modo como o Setor de Saúde vem atendendo. No entanto dos onze servidores respondentes que se submeteram ao questionário do formulário de validação do fluxograma, cinco servidores relataram que sim, a proposta do atual fluxograma, encontra-se alinhada com o atual método de atendimento do Setor de Saúde. Dois servidores relataram: *“não saber avaliar”*. Um terceiro servidor apenas disse: *‘Não’*. E o quarto disse: *“Parece que não”*. Após estes registros de negativa, seguido vem mais dois relatos que diz: *“Não tenho conhecimento suficiente para responder”*. E o outro, fala que: *“Não sei. Pois desconheço o fluxo atual do Setor de Saúde, na sua integralidade”*. Assim, entre todos os nove servidores respondentes, ficou claro na fala destes dois últimos que contribuíram a partir do formulário de validação, que o fato de desconhecer o atual fluxo de atendimento do Setor de Saúde na sua integralidade, ou, por não saber o suficiente sobre o Setor de Saúde, impossibilitou relatar a respeito do atual alinhamento de atendimento desta unidade organizacional.

Mas todos os onze servidores participantes envolvidos no levantamento de dados e coleta de informações, a partir do formulário de validação, unanimemente,

concordaram e acreditam que o produto educacional aqui proposto, em forma de fluxograma, pode beneficiar o estudante do EMI e também a comunidade acadêmica do IFSC, câmpus Florianópolis.

Para uma clara compreensão da relação Instituição de Educação Profissional Tecnológica e o ambiente educacional, procurou-se desenvolver um produto preciso e dentro do que torne possível ampliar o conhecimento a respeito das expectativas e necessidades de tudo o que possa favorecer o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da aprendizagem e do ambiente da EPT. Segundo Oliveira e Silva (2019):

Esses benefícios vão desde a contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade à democratização do conhecimento acadêmico. Uma razão para se estudar a relação destas instituições com o seu ambiente externo é a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, através do impulso à profissionalização, qualificação e ação na emancipação de indivíduos, incentivando a investigação por produtos e serviços que transformem a vida das pessoas de maneira coletiva. (OLIVEIRA; SILVA, 2019, p.14)

Caracterizando assim a criação do produto como instrumento hábil à ação, e por que não, que sirva de inovação e incentivo ao desenvolvimento e continuidade de futuras produções educativas que tragam consigo um papel relevante como objeto de aprendizagem por servir de apoio nas atividades, situações e demandas dentro da comunidade acadêmica e no dia-a-dia da EPT. Pode-se, assim, estimular mudanças que permitam o desenvolvimento de novas informações e conhecimentos, fazendo com que estes sejam possíveis de serem utilizados de acordo com o interesse coletivo e dentro do que se procura como recurso favorável a um ambiente de ensino e aprendizagem. A fim de aprimorar o desempenho dos estudantes, como também atender as demandas educativas dentro da EPT. E principalmente, superar os desafios da educação e do mundo do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como tema refletir acerca do atendimento do estudante cotista em vulnerabilidade social do EMI no Setor de Saúde do IFSC - Florianópolis. Esse sujeito, à medida que procura o acolhimento contínuo junto ao SS, busca cuidados de saúde, das emoções, da resolução de conflitos pessoais, entre outros.

Para entender o processo de atendimento ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica do EMI, foi necessário realizar uma pesquisa guiada pelo seguinte problema: como melhorar o fluxo de atendimento no setor saúde do IFSC-Florianópolis para atender as necessidades e demandas apresentadas pelos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica do Ensino Médio Integrado? Chegou-se à constatação de que, com um fluxo mais coerente e adaptado à necessidade do estudante, consegue-se resolver suas demandas de forma mais efetiva.

A análise dos depoimentos dos estudantes, ao longo desta pesquisa, demonstrou que o conhecimento e o compartilhamento das informações, principalmente na divulgação adequada do atendimento no SS, é uma medida fundamental no cotidiano escolar. Nessa direção, ouvir os estudantes foi fundamental para solidificar a proposta de criação de um fluxograma de atendimento no setor. Conforme destacou o estudante EEL6, em depoimento anteriormente citado, “Acho que tem que ser uma coisa em conjunto não tem como partir só do aluno porque tem que ser os professores também, dos colegas de sala de aula, porque tudo acaba influenciando. Então acho que fica tudo muito abrangente”.

Ao tornar conhecido o fluxo de atendimento no SS, por meio do fluxograma aqui produzido, é possível assegurar aos estudantes o amparo em momentos nos quais estão mais vulneráveis, diante do adoecimento físico ou psicológico. Os depoimentos mostraram, inclusive, que alguns alunos, por saberem que existe uma unidade organizacional à qual podem recorrer e ter certeza que a qualquer momento serão recebidos e atendidos, já ficam mais tranquilos.

O desenvolvimento desta proposta sempre esteve cercado da certeza de que esse magnânimo, intenso e curioso objeto de pesquisa, constituído por um conjunto

de proposições emitidas por relevante acervo teórico, traria retorno voltado ao estudante. Na pesquisa, sempre se buscou ouvir e compreender o sentir do jovem estudante em vulnerabilidade, que a todo momento nos contagia com sua vontade de vencer, conquistar e superar seus limites.

Os estudantes mostraram em seus relatos o quanto são imbuídos de um desejo e curiosidade imbatíveis, em querer usar sua curiosidade e demonstrando, a partir da sua fala, a capacidade de renovação de energia e coragem para chegar a lugares jamais imagináveis em suas mentes e vidas. Um dos objetivos deste estudo foi identificar as características identitárias desses estudantes e quais os principais motivos que levam os estudantes cotistas do EMI a procurarem atendimento no Setor de Saúde;

Eu ia pela questão de eu estar realmente muito ruim, seja por uma questão de pressão baixa ou ficar ruim por questões pessoais, financeiros e tal. Não eram muitas vezes, mas eu lembro que pelo menos uma vez por semana eu ia de certeza. Algumas vezes eu estava cabisbaixo aí eu procurava, bem na época que eu tive mais problemas, da terceira até a sexta fase, foi onde tive mais problemas. [...] Querendo ou não, o SS ajuda muito. E se não está afim de conversar o estudante irá demonstrar. Mas justamente, às vezes, a pessoa precisa apenas conversar. O Setor de Saúde é dez, tive atendimento, uma questão de machucado, recebi os primeiros cuidados. É só por que, como posso explicar, não dava de resolver ali, uma torção é mandado para fora, tem que ir um responsável buscar e tudo mais. Mas, para as minhas necessidades o atendimento é ótimo. (EEL5)

O papel do Setor de Saúde foi destacado pelos próprios estudantes. Em seu relato, o aluno EED1 afirmou que ele próprio orienta os colegas a procurarem o setor, inclusive para amenizar crises de ansiedade, diante das exigências da rotina de estudos:

Eu geralmente quando um amigo precisa ir ao SS, eu incentivo ele a ir, eu acho que é o melhor que ele faz. Porque eles são profissionais da saúde vão saber dizer o que que tá acontecendo de repente. [...] O pessoal da minha sala que eu vejo são todos muito ansiosos, inclusive eu! Chega no final do semestre, principalmente, o pessoal começa a ficar muito nervoso a gente vê as pessoas se matando a estudar ou chorando. As pessoas ficam em estado de pânico. Porque também tem um monte de gente que tem que trabalhar e tal, e, é bem difícil. (EED1)

A caracterização das ações de atendimento aos estudantes cotistas do EMI em vulnerabilidade socioeconômica, realizadas pelo Setor de Saúde do IFSC-Florianópolis, foi mais um dos objetivos específicos. Para alcançá-lo, foi realizado um diagnóstico, representado na Figura 2, que retrata o fluxo de atendimento realizado pelo SS, bem como o estudante é atendido e direcionado após isso. Quanto ao

objetivo proposto de análise das razões que levam os estudantes a buscarem atendimento nesse setor, quais estão relacionadas ao processo ensino-aprendizagem e a identificação da percepção dos estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica em relação ao atendimento do Setor de Saúde, foram alcançados por intermédio das entrevistas. Elas apontaram respostas relevantes que descrevem as razões e as dificuldades dos estudantes e sua vinculação com os aspectos de ensino-aprendizagem, bem como a situação socioeconômica que fazem o estudante optar em participar ou optar pelas cotas e estar vinculado ao IVS.

Para uma boa construção do fluxo de atendimento, fez-se necessário realizar uma breve abordagem com os funcionários lotados no SS, coordenação pedagógica e NAE, trazendo para a pesquisa dados relevantes, que levaram a uma gama de informações primordiais ao direcionamento e definição de novos processos, referentes a inovação dos procedimentos e possíveis encaminhamentos entre setores. A partir do olhar atento às metodologias utilizadas por esses profissionais da psicologia lotado no espaço do NAE. Contando com o envolvimento da equipe lotada na coordenadoria pedagógica que contribui com dados relevantes a pesquisa. A participação indispensável e primordial dos servidores lotados no SS, que diretamente acolhem os estudantes e auxiliam estes a como integrar com a comunidade acadêmica e tudo o que a instituição pode oferecer, de projetos benéficos a sua permanência enquanto estudante na instituição.

Foi no produto educacional que os dados da pesquisa se tornaram ainda mais significativos, possibilitando apresentar uma proposta que pudesse atender às necessidades apresentadas pelos estudantes. Consequentemente, espera-se que o trabalho desenvolvido e depositado na criação do produto educacional motive o estudante em vulnerabilidade socioeconômica do ensino médio a prosseguir, persistindo no seu propósito e mantendo-se na instituição, com o intuito de concluir seus estudos e de ingressar na vida profissional, acreditando confiantemente no seu futuro promissor. Assim, também impactar positivamente na redução da evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica.

A proposta de um novo fluxo possibilita ao Setor de Saúde um olhar mais amplo às relações do estudante em vulnerabilidade com o contexto educacional ao qual está inserido. Com o intento de impulsionar e melhorar a execução das atividades dentro

deste setor, categorizando seus procedimentos técnicos junto as demais áreas de atuação educativas e de atendimento ao estudante do EMI, uniformizando os serviços intersetorialmente, tornando-se estes, capazes de contribuir ao bom andamento dos serviços prestados conjuntamente entre as unidades organizacionais.

É importante destacar o fato de os sujeitos desta pesquisa serem estudantes que, por si, já enfrentam dificuldades financeiras e que, muitas vezes, trabalham e estudam para ajudar a família. É fundamental estarmos atentos para entender quando o sofrimento e a tristeza podem estar influenciando no dia a dia, fazendo com que este se apresente ansioso, nervoso, depressivo, triste, aflito, entre outros. Por isso, é relevante a comunicação dentro da instituição de ensino e, sobretudo, nos atendimentos em saúde, criando um movimento de empatia, com compartilhamento de ações e informações que favoreçam falar dos sentimentos e das dificuldades, bem como se dispor a partilhar, para que o outro possa escutar, como forma de amenizar ou, até mesmo, resolver quando perante a alguém preparado para ouvir.

Como proposições de continuidade desta pesquisa, avaliamos ser necessário rever a posição do Setor de Saúde na estrutura organizacional do IFSC-Florianópolis. Infelizmente, o estudo da estrutura não fez parte do foco deste trabalho, mas ficou demonstrada a importância de reflexões nesse sentido. Ou seja, a posição em que se encontra atualmente o Setor de Saúde é desfavorável ao atendimento dos alunos, visto que se encontra fora da Direção de Ensino (DE), estando atualmente junto ao Departamento de Infraestrutura. No olhar da pesquisadora, após a análise das falas dos estudantes, da estrutura e do funcionamento do Setor de Saúde, esta unidade organizacional deveria estar junto à Diretoria de Ensino. A justificativa é formalizada por perceber a necessidade de dados dos alunos que não são captados pelo Departamento de Infraestrutura, comprometer a atenção sobre alguns aspectos como: a vinculação entre professor/aluno; acompanhar critérios de atendimento de saúde do estudante; observar ações desenvolvidas no processo didático-pedagógico junto ao método utilizado durante operação das atividades de ensino-aprendizagem; atentar à necessidade de inter-relacionamento entre os setores que hoje dão suporte ao Setor de Saúde. Ou seja, todo esse relevante contexto educacional e tudo o que diz respeito ao atendimento do jovem estudante em situação de vulnerabilidade do EMI, não estar sob o olhar da Direção de Ensino.

Acredita-se que as instituições de ensino pertencentes à rede EPT fazem parte de um contexto educacional democrático, no qual o estudante, em seu processo de desenvolvimento pessoal, busca se incluir em ambientes que o conduza a novas experiências, saberes e fazeres. Nessa direção, a presente pesquisa mostrou o quanto esses jovens estudantes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica do EMI, têm a contribuir quantos aos processos de ensino-aprendizagem. É preciso pensar que esse espaço social passa por constantes ressignificações, em meio às relações de poder estabelecidas por componentes interligados pelo sistema escolar, pelo contexto social e também econômico. Diante disso, é preciso enxergar as particularidades existentes em cada indivíduo desde a entrada na instituição de ensino, até o mais simples fato de se permitir compreender o real sentido de desejar fazer parte deste ambiente. A pesquisa trouxe todo o aprendizado adquirido junto à análise, e também, a tudo o que foi entendido neste envolvente trabalho acadêmico. Por isso, é importante compreender como encontrar alternativas de superar os obstáculos, fazendo com que o estudante acesse seu meio educacional de forma autônoma, direta e tranquila.

Enquanto profissionais da EPT, precisamos criar alternativas para superar desafios educacionais, com ações educativas e políticas, sociais e institucionais voltadas sobretudo ao público jovem em vulnerabilidade socioeconômica. É preciso, no espaço educativo o sentimento de pertencimento, na convivência junto ao outro, compartilhando saberes, com liberdade de igualdade, transformando realidades. O que se almeja é possibilitar aos que atuam no mundo do trabalho da Educação Profissional e Tecnológica constituir uma visão ética, sensível e humanizada.

Obra Didático-Pedagógica
Rica à Práxis do Conhecimento
Útil ao Promissor Mundo do Trabalho
Uno ao Processo de Ensino e Aprendizagem
Fomento à Educação Profissional e Tecnológica
Bálsamo Educativo
à VIDA, às PESSOAS, ao HUMANO
Ao TODO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas – Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em:

<<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Busca/Download?codigoArquivo=16>> Acesso em: 30 ago. 2022.

ALLAIN, Ollivier; GRUBER, Crislaine e WOLLINGER, Paulo Roberto. **Didática profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional - Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2010.

ARANHA, Antonia Vitória Soares. CUNHA, Daisy Moreira. MILITÃO, Maria Nadir de S. Amaral. Trabalho & Educação. Universidade de Minas Gerais. Faculdade de Educação. **Revista do NETE**. Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte nº 1 – 1997.

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/8957/6444/>>. Acesso em 22 jan. 2023.

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino Médio Integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.

<<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/81>>. Acesso em 12 jun. 2022

BERNARDIM, Márcio Luiz. **Quem são e o que buscam na escola os estudantes da educação profissional e do ensino médio noturno?** In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ANPED, 2014. disponível em

<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1403-0.pdf > Acesso em: 23 Nov. 22.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOOK, Ana Mercês Bahia. **A adolescência como construção social**: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. SciELO, 2007. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>>. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909**. Brasília, DF: Presidência da República, [1909]. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº1, de 4 de fevereiro de 2004**. Brasília. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 21 [2004a].

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2022

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS/DOU Nº 510, 7 de abril de 2016.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 24 maio 2016. Ministério de Estado da Saúde [2016]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em 24 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Técnica Nº 67/2016/CGDP/DDR/SETEC/SETEC. Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal - PLAFOR.** [2016]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40981-nt-67-setec-12maio2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em 24 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº1, de 5 de janeiro de 2021.** Brasília: Ministério da Educação [2021]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 26 maio 2021

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Os sentidos da presença dos jovens no ensino médio: representações da escola em três filmes de estudantes. **Educação & Sociedade**, v.35, n. 129, p. 1223-1240, out./dez. 2014. disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143847>>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARVALHO, Emily lima; JESUS, Ludmila Anjos de; SANTOS, Jairo Oliveira dos; PAZ, Osni santos; VIEIRA, Gabriel Nóbrega; NEVES, Robson da Fonseca. Saúde Debate. Saúde do adolescente na rede federal de ensino brasileira: uma metassíntese. 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ShjTk4RwRNj9sfFxpY4tKrg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 mar 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a sistemas, organização e métodos - SO&M.** Barueri: Manole, 2010.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectiva.** São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2017.

ESPÍNDOLA, Cristiane Antunes. **A Constituição da aprendizagem docente na educação profissional e tecnológica: desafios e dilemas**. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234788>>. Acesso em: 22 dez. 2022>

FERRETI, Celso João. **Educação profissional**. 2020. Disponível em: gestrado.net.br/verbetes/educacao-profissional/. Acesso em: 02 jan. 2023

FINGER, Solange Janete. **A Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: estudo avaliativo do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS e do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS /**. – Florianópolis, SC. 2020. Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado) – Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e Educação à Distância – CERFEAD. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1478>>. Acesso em: 30 abr. 2021

FRIGOTTO. Gaudêncio, CIAVATTA. Maria. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORAYEB, Ricardo; MIYAZAKI, M. Cristina; TEODORO, Maycoln. **Formação profissional para uma prática competente em psicologia clínica e da saúde**. 2022. Secad Artmed. Disponível em: <<https://portal.secad.artmed.com.br/artigo/formacao-profissional-para-uma-pratica-competente-em-psicologia-clinica-e-da-saude>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2015/2019)**. IFSC, 2017. Disponível em: <<https://pdi.ifsc.edu.br/download/faca-o-download-do-pdi-2015-2019>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Conselho Superior. **Resolução CONSUP Nº 42/2017**. IFSC [2017b]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/175813/881763/consup_resolucao4_2_2017_aprova_criterios_IVS.pdf/7dfbc1e6-aa30-23e0-8de6-2f6fa50bf1f5>. Acesso em: 5 jul. 2021.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Relatório de Autoavaliação Institucional - CPA 2021**. 2022. disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/pesquisacpa>>. Acesso em: 10 dez. 22.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Vulnerabilidade Social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>>. Acesso em: 19 jun. 2022

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação & Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. **O Ensino Médio agora é para a vida**: Entre o pretendido, o dito e o feito. Ano XXI, nº 70, Abril/2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKVWFjwJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 02 jan. 2022.

LLATAS, Maria Virginia. **OSM**: Organização, Sistemas e Métodos. 1. Ed. Pearson Prentice Hall. São Paulo, 2012.

MEC - Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. 2022. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>> Acesso em: 08 Nov. 2022.

MILANEZI, Márcia Helena; SANTOS, Akiko. **Ensino integrado na perspectiva da educação para o trabalho e para a vida**. In: Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Anais Brasília(DF) Instituto Federal de Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/snemi2017/55211-ensino-integrado-na-perspectiva-da-educacao-para-o-trabalho-e-para-a-vida>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MILLIORIN, Simone Aparecida; SILVA; Monica Ribeiro da. Mundo do trabalho, políticas educacionais e o direito à educação: o Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 14, n. 30, p. 656-669, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1222/pdf>> . Acesso em: 14 fev. 2022.

MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**. Pelotas, v.17 n.2, p. 29-40, jul. - dez. 2011. Disponível em: <<http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Erinaldo Silva. SILVA, Daniel Nascimento e. **Manual de criação de portfólio digital**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus. 2019.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta. Quando a vulnerabilidade se faz potência. **Interação em Psicologia**. Curitiba, v. 22, n. 3, dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/56045>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Educação profissional em saúde**. 2009. disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/eduprosau.html>>. Acesso em 10 dez. 2022.

PINHEIRO, Roseni. Integralidade em Saúde. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. [2009]. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>>. Acesso em 01 fev. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>>. Acesso em: 10 abr. de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 1, n° 1, 2017. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>> Acesso em: 12 maio 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **O "novo" ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura**. 2003. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/522>>. Acesso em: 05 jan. 2023

RATEKE, Deise. **As contradições em torno do acesso e permanência de estudantes da classe trabalhadora por meio da implementação da Lei de cotas nos cursos de ensino médio técnico integrado do IFSC Campus Florianópolis**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206044/PEED1375-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 out. 2022.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino; RAITZ, Tânia Regina; GESSER, Verônica. **Revista. FAEEBA – Ed.Contemp.** Salvador, v. 30, n. 64, p. 266-285, out./dez. 2021. Juventude em foco: a diversidade no perfil dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_articulo3620877-juventude-em-foco-a-diversidade-perfil-dos-estudantes-dos-curso-t%C3%A9cnicos-subsequentes>. Acesso em: 02 dez. 2022.

RIBEIRO, Estela Maris. **Guia Educacional Sobre os Fatores de Permanência e Êxito dos Alunos Egressos da Rede Pública do Ensino Fundamental no Ensino Médio Integrado do IFSC-Campus Florianópolis**. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1788>>. Acesso em: 22 out. 2022

SANTOS, Eloisa Helena. Artigo: **O ensino profissional em foco**. Editorial Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8803/6307>>. Acesso em: 08 Nov 22.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. RAMOS, Marise. **O Ensino Médio Integrado no Contexto da Avaliação por Resultados**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mMBRdc48cqBFxSCJjpzLSPb/?lang=pt&format=pdf>>. acesso em: 15 dez.2022

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos; SILVEIRA, Marta Irís Carmargo Messia da; SILVEIRA, Paulo Roberto. As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras. 2014. **Identidade!** São Leopoldo. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>. Acesso em 08 mar. 2023.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Tema em Destaque - Sociologia da infância: novos enfoques** • Caderno de Pesquisa. (112). Scielo. Mar 2001. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100001>>. Acesso: 24 jan. 2023

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE Mary Ângela Teixeira. Política de Cotas e Democratização do Ensino Superior: A Visão dos Implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas. São Paulo. 2017; v.3; p. 522. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650621>>. Acesso em: 29 Jun. 2021.

SPRICIGO, Fabrício. **A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**: em análise o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/fabricio_spricigo.pdf>. Acesso em: 22 out 2022.

WANZELER, Gisele Oliveira Ribeiro. PRATES, Admilson Eustáquio. Ensino Médio Integrado do Instituto Federal e o Ensino Médio Integral e Integrado de Minas Gerais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. 2019. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8568>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Diagnóstico do fluxo de atividades do Setor de Saúde

A proposta de produção do produto educacional levará em consideração as informações coletadas na etapa da pesquisa de campo com estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica da EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrado no *Campus* Florianópolis. No entanto, para chegar à proposta, há necessidades de entender inicialmente o funcionamento do ambiente pesquisado.

A ideia central da proposta surgiu pela atuação da pesquisadora como servidora atuante no dia a dia do Setor de Saúde, o que tornou possível aproximar-se de um pré-diagnóstico baseados nos procedimentos e fluxos executados, atualmente, pelo setor para atendimento aos estudantes do Ensino Médio Integrado.

O diagnóstico (apêndice 1) traz uma análise parcial, com o objetivo de subsidiar a criação do fluxo atual do Setor de Saúde, para que se possa entender, a priori, o funcionamento e como pode ser utilizado no processo de melhora de atendimento ao estudante em vulnerabilidade.

Partindo do diagnóstico, com o conjunto de informações, documentos e procedimentos prévios, pode-se criar um fluxo atual, que será examinado com mais profundidade no decorrer da pesquisa, mas que por hora ajuda a entender visualmente o funcionamento do setor. Assim, para demonstrar graficamente o fluxo atual do Setor de Saúde do IFSC – *Campus* Florianópolis, utilizou-se a ferramenta de análise de processos chamada o fluxograma, conforme apêndice 2.

A proposta de produção e criação do produto educacional levará em consideração informações coletadas na etapa da pesquisa de campo, com estudantes cotistas em vulnerabilidade socioeconômica da EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrado no *Campus* Florianópolis. Consideram-se que suas demandas durante acolhimento no atendimento e possíveis ações necessitam de direcionamento às outras dependências da instituição, ou seja, criar um processo que auxilie nas funções, no sentido de que o andamento do serviço possa seguir seu curso ideal.

Neste sentido, no decorrer da pesquisa, serão analisados os procedimentos e

fluxos atuais²³, bem como os resultados da entrevista com os estudantes em vulnerabilidade social do ensino médio para subsidiar o produto educacional proposto, ou seja, uma proposta de fluxograma que apresente uma nova visão de um fluxo mais racional e que atenda aos interesses do estudante e da instituição.

Origem / Chegada

- 1 - O aluno vem da sala de aula para o Setor de Saúde sozinho
- 2 - O aluno encaminhado ao Setor de Saúde pelo professor
- 3 - O aluno encaminhado ao Setor de Saúde pela coordenação de curso
- 4 - O aluno encaminhado pelo setor pedagógico
- 5 - O aluno encaminhado pelo NAPNE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais.
- 6 - Remição/resgate do estudante em ambiente externo ao setor ou da instituição.
- 7 - Processos no acolhimento de saúde.
- 8 - Questionamento informal.
- 9 - Execução do procedimento de saúde de acordo com a anamnese.
- 10 - Possíveis direcionamentos.

Procedimentos realizados pelo Setor de Saúde no atendimento aos estudantes:

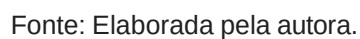
- Sinais Vitais (Temperatura, Hemoglicoteste - HGT, Oximetria, Pressão Arterial).
- Curativos.
- Aplicação de injeção (com receita e medicamento).
- Retirada de pontos.
- Aplicação de calor e frio.
- Aplicação de aerossol anti-inflamatório a promover o alívio de dores musculares.
- Alimentação (Bolachas e biscoitos)
- Oferta hídrica oral (Chá, café e água)
- Acompanhamento de enfermagem (sala de repouso)
- Nebulização
- Orientação de enfermagem
- Agendamentos odontológicos
- Amparo a crises: afetivas, nervosas, pânico, convulsivas, ansiedade, asmática, entre outras.
- Encaminhamentos a demais unidades organizacionais da instituição

Encaminhamentos realizados pelo Setor de Saúde no atendimento aos estudantes:

- Consultório Médico
- Consultório Odontológico

²³ Conforme indicado no Apêndice 1.

- Serviço Atendimento Médico de Urgência - SAMU
- Contato com pais ou responsável
- Direção Geral
- Coordenação de Curso
- Sala de aula
- Laboratório (professor)
- Coordenadoria Pedagógica
- NAE
- Daltec



APÊNDICE 3 – Produto Educacional



INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
DADE - DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PRODUTO EDUCACIONAL

**FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO NO SETOR DE SAÚDE AOS ESTUDANTES COTISTAS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFSC- CAMPUS FLORIANÓPOLIS**

Mestranda: Luciane da Cruz Rabello
Orientadora: Marizete Bortolanza Spessatto

Produto educacional vinculado a Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – ProfEPT/IA Associada IFSC/DADE - Departamento Acadêmico de Desenvolvimento Educacional, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Florianópolis/SC, 2023



FICHA TÉCNICA DO PRODUTO

Título: Fluxograma de Atendimento do Setor de Saúde do IFSC Florianópolis.

Autora: Luciane da Cruz Rabello

Orientadora: Prof^a. Dr^a Marizete Bortolanza Spessatto. Origem do Produto: Trabalho de Dissertação com o título: o atendimento no Setor de Saúde do IFSC: uma análise com estudantes cotistas do ensino médio integrado em vulnerabilidade socioeconômica do campus Florianópolis, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), na Instituição Associada - IA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Público-Alvo: Estudantes Cotistas em Vulnerabilidade Socioeconômica do Ensino Médio Integrado, servidores dos institutos federais diretamente ligados ao atendimento a alunos com o perfil descrito.

Categoria deste produto: Ensino

Finalidade: Contribuir para qualificar o atendimento e os encaminhamentos realizados no Setor de Saúde ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica.

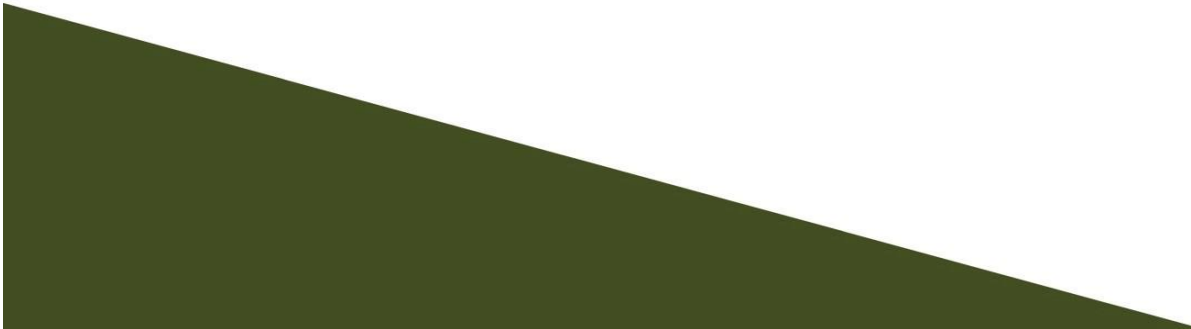
Registro do Produto: Biblioteca do IFSC – Campus Florianópolis.

Avaliação do Produto: Este produto foi avaliado por três doutoras que compuseram Banca de Defesa da Dissertação.

Divulgação: Por meio digital.

Idioma: Português.

Local: Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Ano: 2023.





PRODUTIVO
EDUCACIONAL

FLUXOGRAMA DE
ATENDIMENTO DO SETOR
DE SAÚDE DO IFSC
CAMPUS FLORIANÓPOLIS

APRESENTAÇÃO

O Produto Educacional é a ferramenta didático-pedagógica elaborada a partir de uma pesquisa aplicada que deve ser fundamentada no rigor do desenvolvimento da Pós-Graduação Stricto Sensu. Com foco específico em um projeto pedagógico, orientado por conhecimentos e habilidades voltados para a prática profissional e avanço tecnológico.

O Produto Educacional desenvolvido abrange um fluxograma que descreve o fluxo e rotina que servidores, professores e estudantes do IFSC - Campus Florianópolis devem percorrer para um melhor atendimento no Setor de Saúde e nas Unidades organizacionais necessárias ao atendimento de saúde dos estudantes. Leva em consideração, especificamente, cursos da ETPNM do integrado, um setor de saúde, coordenadorias de curso, comunidade acadêmica e estudantes.

O produto educacional é parte integrante da dissertação de mestrado do curso de mestrado em rede ProfEPT 4, referente a pesquisa sobre o atendimento no setor de saúde do IFSC, com foco na análise com estudantes cotistas do ensino médio integrado em vulnerabilidade socioeconômica do campus Florianópolis.



OBJETIVO



Desenvolver um produto educacional que envolva a criação de um fluxograma, com orientações aos estudantes cotistas do ensino médio integrado e servidores das unidades organizacionais do IFSC - Campus Florianópolis, cujo o foco é:

- Apresentar o fluxo mais adequado ao atendimento do estudante do EMI, em vulnerabilidade socioeconômica;
- Desenhar um fluxograma qualificado aos direcionamentos realizados no Setor de Saúde e demais unidades da comunidade acadêmica;
- Melhorar o fluxo atual de atendimento do Setor de Saúde.

METODOLOGIA

O processo metodológico iniciou com a construção de um formulário eletrônico, com questões desenvolvidas, a fim de analisar a efetividade do produto educacional.

Perguntas encaminhadas a um grupo de onze servidores, distribuídos nas unidades organizacionais: Departamento de curso (DALTEC), coordenação pedagógica, Coordenadoria pedagógica, Setor de saúde, NAE - Núcleo de Acessibilidade Educacional. Para a análise crítica a respeito da ferramenta proposta (PE) e sua funcionalidade durante a prática de trabalho, fomentando o desenvolvimento, implementação e estruturação do PE.

DIAGNÓSTICO

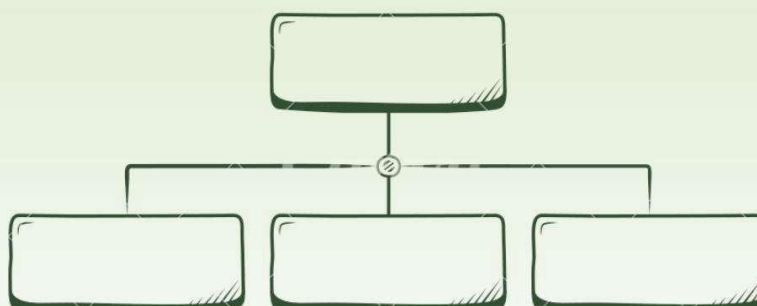
A partir da análise do fluxo atual, descrito do fluxograma de diagnóstico e da pesquisa realizada com os estudantes do EMI em vulnerabilidade social, chegou-se ao seguinte diagnóstico:

- Ausência de regularidade e carência de uma visão clara para os direcionamentos;
 - Necessidade de entender o funcionamento do ambiente pesquisado (SS);
 - Falhas no fluxo atual de trabalho, atuação dos profissionais e unidades organizacionais vinculadas às demandas envolvidas no atendimento aos estudantes em vulnerabilidade da EPTNM;
 - Necessidade de mudança na orientação do fluxo de direcionamento, identificado pela aproximação e um pré-diagnóstico, a partir da atuação da pesquisadora como servidora do Setor de Saúde;
 - Procedimentos e fluxos executados atualmente pelo SS para o atendimento, acolhimento e direcionamento aos estudantes do EMI, sem definição;
 - Queixas com indefinição no propósito da procura por atendimento no SS;
 - Possibilidade de criar um desenho ao fluxo atual, utilizando a ferramenta organizacional de análise de processos chamada fluxograma.
-

O FLUXOGRAMA DE DIAGNÓSTICO

Para chegar a proposta do produto educacional, há necessidade de entender inicialmente o funcionamento do ambiente pesquisado, caracterizado pelo seu fluxo atual, atuação dos profissionais e unidades organizacionais, vinculadas às demandas envolvidas no atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade da EPTNM. A ideia central da proposta, como já especificado, surgiu pela atuação da pesquisadora como servidora do Setor de Saúde, o que tornou possível se aproximar de um pré-diagnóstico, baseado nos procedimentos e fluxos executados atualmente pelo SS, para atendimento aos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Partindo do diagnóstico com o conjunto de informações, documentos e procedimentos prévios, foi possível criar um desenho do fluxo atual, utilizando a ferramenta organizacional de análise de processos chamada de fluxograma. A Figura 1 apresenta esse diagnóstico em forma de fluxograma.



O FLUXOGRAMA DE DIAGNÓSTICO

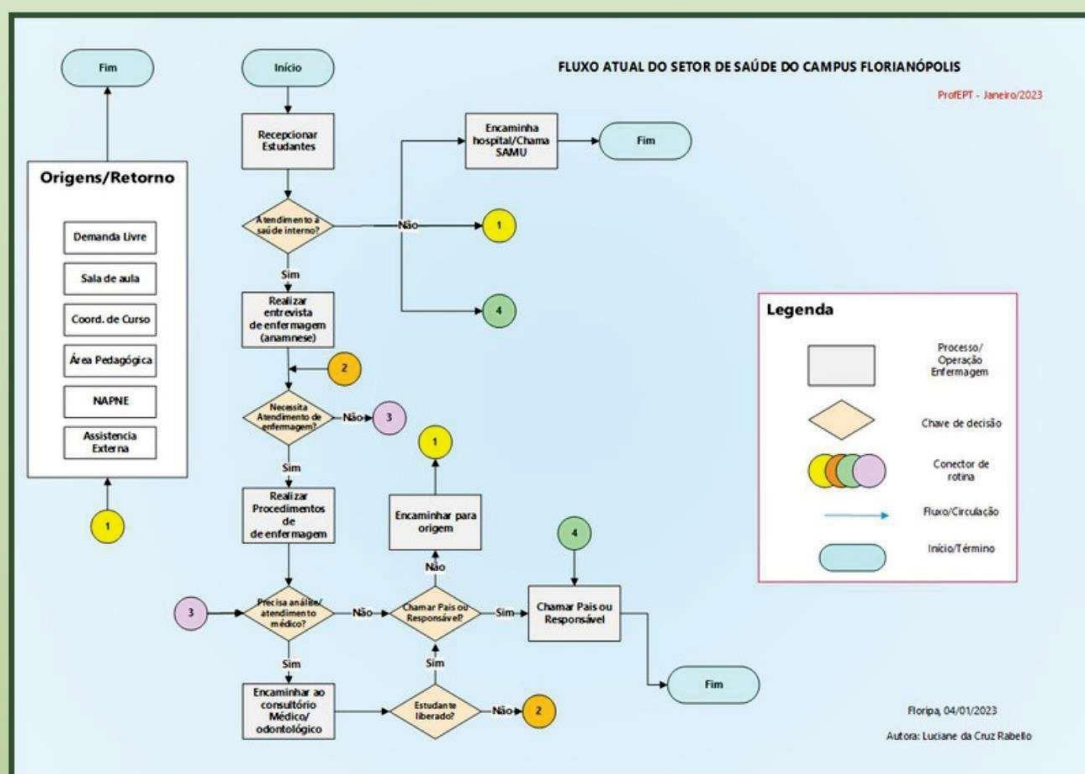


Figura 1 - Atual fluxo de atividades do Setor de Saúde

PROPOSTA DO FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC-FLORIANÓPOLIS

A proposta de novo fluxo possibilita um olhar mais amplo às relações entre o Setor de Saúde e o estudante em situação de vulnerabilidade. Com o intuito de impulsionar e melhorar a execução das atividades, categorizando seus procedimentos técnicos, capazes de propiciar um funcionamento permanente e potencializador ao andamento do Setor de Saúde, para o tempo de atuação do servidor, no sentido favorável ao atendimento do estudante e à instituição educacional. Para esta proposta de fluxo entre as áreas, o estudante, ao sentir necessidade de procurar orientação, deve acessar o portal do IFSC, para saber que caminho é o mais adequado, à resolução do seu problema ou necessidade.

Essa proposta atende ao que foi apresentado pelos estudantes ouvidos nesta pesquisa, já que muitas das situações de adoecimento listadas por eles, têm alguma relação com questões vivenciadas em sala de aula, como sentimentos de discriminação ou de dificuldades de acompanhar o processo ensino-aprendizagem. O papel do fluxograma é permitir ao usuário entender o esquema de distribuição de um serviço como um todo. Ao acessar um prático mapeamento de informações, composto por estruturas das unidades organizacionais e coordenadorias envolvidas. Neste caso específico, permitindo ao estudante acessar o setor que atenderá sua necessidade. A proposta está detalhada na Figura 2 e 3.

PROPOSTA DO FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC-FLORIANÓPOLIS

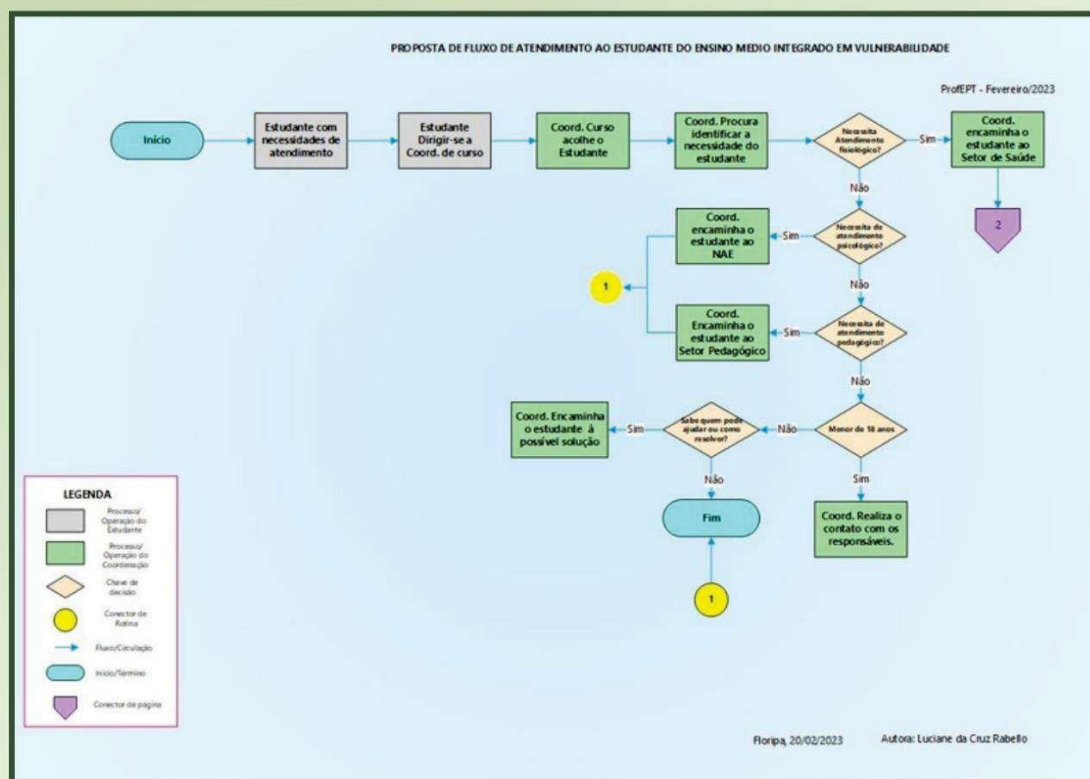


Figura 2 - Proposta de fluxograma de atendimento - Parte 1

PROPOSTA DO FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC-FLORIANÓPOLIS

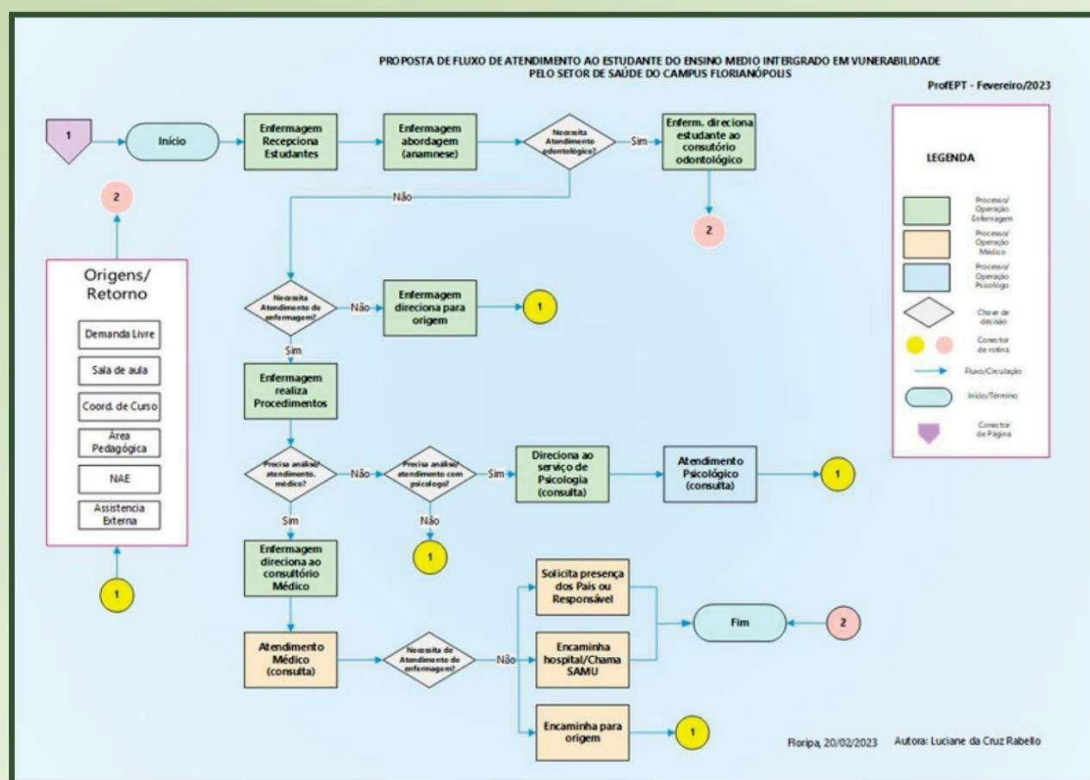


Figura 3 - Proposta de fluxograma de atendimento - Parte 2

PROPOSTA DO FLUXOGRAMA PARA O SETOR DE SAÚDE DO IFSC-FLORIANÓPOLIS

OBJETIVOS

- Possibilitar ao usuário do serviço (servidores, estudantes e comunidade acadêmica) identificar o melhor direcionamento a ser seguido;
 - Responder efetivamente às dúvidas, anseios e necessidades de atendimento em relação as questões de saúde;
 - Atender as situações que venham estar envolvidas a fatos, condizentes com a instituição e a comunidade acadêmica como um todo, em suas demandas educacionais;
 - Fluxograma que represente através da simbologia, compreensão a um direcionamento uniformizado e catalogado dentro da instituição;
 - Promover a conexão entre as unidades organizacionais, afins;
 - Tornar-se elemento hábil para orientar, direcionar e ajudar, na resolatividade das demandas relacionadas aos aspectos de saúde e educação;
 - Subsidiar informações, para melhora do processo de atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade, quando esse busca orientação nas unidades organizacionais envolvidas;
 - Apresentar um fluxo atualizado das atividades de atendimento, dentro da comunidade acadêmica a esse estudante do EMI.
-

IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A sugestão de implementação do produto educacional é uma forma de socialização e propõe-se, após validação e aprovação por banca, que o fluxograma seja apresentado à gestão do Campus Florianópolis para avaliação e possível implementação.

Como forma de aplicação, a sugestão é que o fluxograma de atendimento do Setor de Saúde seja disponibilizado no Portal do IFSC-Florianópolis, na página que trata dos assuntos direcionados aos estudantes.

Para que a implementação seja possível, é necessário que se tenha apoio técnico da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTI. Que deve disponibilizar e desenvolver dentro do portal do IFSC – Campus Florianópolis, espaço e layout adequado para visualização e acesso dos estudantes e servidores. No portal do IFSC - Campus Florianópolis o fluxograma tem como objetivo:

- Dar ao estudante informações fundamentais a respeito dos serviços existentes na instituição, para que tenha conhecimento sobre os processos e serviços;
 - Demonstrar os procedimentos e fluxos necessários, para acolher esse estudante em suas necessidades de saúde;
 - Proporcionar às unidades organizacionais, um fluxo que permita um atendimento mais humanizado ao estudante;
 - Atender às necessidades dos estudantes, dando um melhor direcionamento ao problema e de acordo com cada caso.
-

RESULTADOS ESPERADOS COM O PRODUTO EDUCACIONAL

- Avançar para além das expectativas, com resultados aptos a superar desafios, sendo este efetivo, ao dirimir limitações e abrir a novas possibilidades, existentes no ambiente de trabalho;
 - Ser útil em suprir as necessidades do jovem público integrante da Educação Profissional e Tecnológica, ao servir de auxílio às dificuldades que impactam a saúde do estudante;
 - Criar um instrumento consonante com tudo o que implique em mobilizar, integrar, transferir e compartilhar conhecimentos entre os profissionais do IFSC-Florianópolis;
 - Promover integração e maior conexão às unidades organizacionais (UO) do campus;
 - Trazer resultados positivos com a presente pesquisa, contribuindo com as ações das unidades organizacionais da instituição em questão, com outros campi da rede e demais instituições educacionais;
 - Possibilitar obter um pré-diagnóstico a partir da atuação da pesquisadora, enquanto servidora do Setor de Saúde;
 - Fundamentar a criação de um fluxograma baseado nos procedimentos e fluxos executados, atualmente pelo SS, para otimizar o atendimento aos estudantes do Ensino Médio Integrado.
-

CONCLUSÃO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido neste trabalho visa contribuir, em alguma medida, com as ações do setor de saúde, o tempo do servidor, do estudante e da instituição, como elemento transformador dessa realidade e útil às mais diversas áreas do mundo do trabalho do Campus Florianópolis.

O fluxograma proposto é uma ferramenta facilitadora à compreensão e favorecimento de um direcionamento uniformizado dentro da instituição. Contribuindo à conexão entre unidades organizacionais afins. Tornando-se este, um elemento preciso em orientar, direcionar e ajudar, na resolutividade de circunstâncias, proposições, intercorrências e demandas que surgem, relacionadas a vários aspectos educacionais. E, principalmente, para atender com um olhar atencioso às necessidades tidas como problema a partir da reação que é manifestada por comportamentos, desejos e necessidades reveladas por este público alvo, em situação de vulnerabilidade.

Por fim, o fluxograma promove o compartilhamento de sugestões entre profissionais, para contribuir na aplicação de recursos adequados a uma prestação de serviço, útil, funcional e favorecedora ao bem comum de todos, como um produto aplicável e que venha valorizar as ações didático-pedagógicas, científicas e tecnológicas na EPT.



PRODUTO EDUCACIONAL

OBRA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
RICA À PRÁXIS DO CONHECIMENTO
ÚTIL AO PROMISSOR MUNDO DO TRABALHO
UNO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
FOMENTO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

BÁLSAMO EDUCATIVO
À VIDA
ÀS PESSOAS
AO HUMANO
AO TODO

